

MARIA DE LOURDES ELIAS SOBRINHO

**ALFABETIZAÇÃO NA LÍNGUA TERENA: UMA CONSTRUÇÃO DE
SENTIDO E SIGNIFICADO DA IDENTIDADE TERENA DA ALDEIA
CACHOEIRINHA./ MIRANDA/ MS.**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE - MS**

2010

MARIA DE LOURDES ELIAS SOBRINHO

ALFABETIZAÇÃO NA LÍNGUA TERENA: UMA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO E SIGNIFICADO DA IDENTIDADE TERENA DA ALDEIA CACHOEIRINHA/ MIRANDA/ MS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Educação. Área de concentração: Diversidade Cultural e Educação Indígena.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adir Casaro Nascimento



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE**

2010

ALFABETIZAÇÃO NA LÍNGUA TERENA: UMA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO E SIGNIFICADO DA IDENTIDADE TERENA DA ALDEIA CACHOEIRINHA/ MIRANDA/ MS.

MARIA DE LOURDES ELIAS SOBRINHO

BANCA EXAMINADORA

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire

Banca Examinadora: Prof.. Dr. Antônio Jacó Brand

Prof^ª: Dr^ª Adir Casaro Nascimento
(Orientadora)

DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar a *Vúnae* (Deus), pela argúcia e saber que tem me dado para que pudesse interatuar o meu mundo indígena com o mundo *do purutuye, puxârara, hopú'iti* (não índio).

Aos meus pais que já não estão mais neste mundo, mas que me educaram com tanto carinho e amor para que eu pudesse viver com tanta veemência e insistência a minha cultura.

Aos meus patrícios Terena, os velhos, jovens e crianças de minha comunidade de Cachoeirinha que ao encontrar estorvos na democratização de seus saberes, continuam resistindo na busca de reconhecimento de seus direitos e de autonomia.

Aos meus irmãos: Luzia, Moises e Vacílio que me apoiaram nos momentos de dificuldades.

AGRADECIMENTOS

A meu filho Renan, pela compreensão nos momentos de minha ausência no decorrer da realização desse trabalho.

A Fundação Ford pelo apoio financeiro na construção dessa pesquisa.

À minha orientadora Professora Doutora Adir Casaro Nascimento pela compreensão e paciência nos momentos de minhas dificuldades na transcrição dessa dissertação para a língua portuguesa.

Aos meus colegas professores, terenos funcionários e alunos da Escola da Aldeia Cachoeirinha, que contribuíram muito no decorrer dessa pesquisa.

Aos professores: Fernando Azambuja de Almeida, Antônio Hilário Aguilera Urquiza, Antônio Brand e Vera Lúcia Vargas que me orientaram e apoiaram na elaboração do meu projeto para Fundação Ford.

SOBRINHO. Maria de Lourdes Elias **ALFABETIZAÇÃO NA LÍNGUA TERENA: UMA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO E SIGNIFICADO DA IDENTIDADE TERENA DA ALDEIA CACHOEIRINHA/ MIRANDA/ MS.** Campo Grande, 2010. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Esta pesquisa está inserida na Linha de Pesquisa 03: Diversidade Cultural e Educação Indígena, PPGE/UCD, têm como objetivo analisar a alfabetização na língua terena, discutindo a construção de sentido e significado a partir de uma experiência realizada, no 1º ano do ensino fundamental na aldeia Cachoeirinha no ano de 2007. Para fazer a análise foram coletados depoimentos dos velhos, professores indígenas terena, alunos, pais que participaram do projeto: *Yuhó'ikoti yoko Yutóxoti ya Emó'u Terena* (Ler e escrever na Língua Terena). De acordo com o resultado preliminar de minha pesquisa, é possível perceber que a língua terena é meio de socialização entre nós terena construindo sentidos e significados na cosmovisão terena, promovendo afirmação da identidade. A pesquisa aponta também que alfabetizar criança na língua materna é um grande desafio, pois a mesma encontra impasses politicamente por não reconhecer a sua relevância na construção do pensamento e do conhecimento.

PALAVRAS- CHAVE: língua terena; identidade; alfabetização.

SOBRINHO. Maria de Lourdes Elias **LANGUAGE LITERACY IN TERENA: CONSTRUCTION OF A SENSE OF IDENTITY AND SIGNIFICANCE OF THE VILLAGE CACHOEIRINHA TERENA / MIRANDA / MS.** Campo Grande, 2010. Dissertation in Education - Dom Bosco Catholic University.

ABSTRACT

This research is part of the Research Line 03: Cultural Diversity and Indigenous Education, PPGE / UCD, have to analyze the literacy in the language Terena, discussing the construction of meaning and significance from an experiment conducted in the 1st year of elementary school Cachoeirinha in the village in 2007. To make the analysis were collected testimonies of old, Terena indigenous teachers, pupils, parents who participated in the project: Yuhó'ikoti yoko ya Yutóxoti Emó'u terena (read and write in terena Language). According to the preliminary results of my research, you can see that the terena language is a means of socialization among us Tereno constructing meanings in the worldview Terena, promoting assertion of identity. The research also indicates that child literacy in mother tongue a great challenge, because it is politically dead ends by acknowledging in its relevancy in the construction of thought and knowledge.

KEYWORDS : Terena language, identity; alfabetizao.

SOBRINHO. Maria de Lourdes Elias **ALFABETIZAÇÃO NA LÍNGUA TERENA: UMA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO E SIGNIFICADO DA IDENTIDADE TERENA DA ALDEIA CACHOEIRINHA/ MIRANDA/ MS.** Campo Grande, 2010. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Católica Dom Bosco.

Yûho ra nyúndoe

Enepora Nyúndoe, hane hóko xoko linha 3: xoko ákoti tópi kó'íyeovoku kixovókuti yoko kíkoku enékea ne kopénoti, PPGE/UCDB, hane kahá'aya komómoyea ihíkaxovoti kalivôno yúhoikea yoko yutóxea ya emó'uke terena yaneko 2007, xoko 1º ano ítuke Ensino Fundamental ya Mbókotike. Enepone ihíkaxovoti yuho'ikea yoko yutóxea ya emó'ke terena xúnati xapa viyéno. Enepone kopénoti ihíkaxovoti yutóxea yoko yúho'ikea kónoko ítúkeovo emó'uke véko ne íhikauvo. Koe'ikomoka po'i yûho: muhíkoti itukapu emó'uke purutuye véko íhikauvo koêku yutóxea yoko yúho'ikea ne kopénoti, konókoti ákoyea tipá íxea ne kíkoku ítúkeovo koane ne kíkoku enékeokoko, konókoti ixómoyea kóxunakokono. Motovâti indúkea ra énjatina, ngámokenoyeahiko emó'u ne úsotine xâne, ihíkaxotihiko, ihíkaxovotihiko yoko há'âtihiko, huvo'óxotihiko ya isoneûti yaneko véko emó'útike ne yuho'ikoti yoko yutóxoti ya emó'u terena. Enepone íhikauvoti véko emó'utike koxunákoatineoxo ne emó'úti, motovâti ákoyea aúke'e koane motovâti téyeya ne kíkoku ko'isoneuyea ne xâne xoko ihíkaxovokuti. Xoko hinókoku ra nyúndoe iyúseoti ítúkeovo énone kóxunakeovo úti ne vemo'ú terena énone porexó'ovi kixoaku komómopea úit ra vitúkeovo uti kopénoti; kóxunakovineoxo vitúkeovo kopénoti. Enepone víhikaxea ne kalivôno ya emó'uke, êno tokópone úti ya, vo'ôku ákoyea huvá'axavi ne pahúkotihiko ákoyea akáha'á éxea ítúkeovo xoko vemó'u úkea ne visóneu ítúkeovo énone úkea inúxoti véxone.

LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação dos Pais e Amigos Excepcionais

CEE/MS – Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

MEC – Ministério do Educação

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas

SED - Secretaria Estadual de Educação

SIL - Summer Institute of Linguistics

UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Dança do <i>kohixoti kipâhi</i> ou dança do bate pau.....	39
Foto 2: A dança do <i>Putu'Putu ou xiputrena</i>	41
Foto 3: <i>Hiyokéxoti Kali Kámo</i> (A dança do Cavalinho)	43
Foto 4: <i>HÎHI</i> (feito com massa de mandioca).....	46
Foto 5: E.M.I. Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa	53
Foto 6: Aula de língua terena.....	65

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização geográfica da Aldeia Cachoeirinha	33
--	----

LISTA DE ANEXO

ANEXO I - Projeto: Yuho'íkoti Yutóxoti ya Emó'uke Terena (ler e escrever na língua terena)	101
ANEXO II – Entrevistas	109

SUMARIO

INTRODUÇÃO: Língua Terena: Afirmação de minha identidade.....	14
CAPITULO I- TERENA DE CACHOEIRINHA: HISTÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	17
1.1. Quem so eu? (Kuti ûndi?).....	17
1.2. Èxetina Mbókoti (História de Cachoeirinha).....	32
1.2.1. Poké'e koxunákoviti ya xoko vemó'u yoko xoko vitúkeovo (O território como construção e reconstrução dos significados, da existência de nossa língua, costumes e tradições).....	33
1.3. Kuti itúkovahikoye inúxoti ovâti (Quem são seus primeiros moradores).....	34
1.4. Ûkeaku iha Mbókoti (A origem do nome "Mbókoti")	35
1.5. Kuti itúkovahikoye inúxoti Natina (Quem foram os primeiros Nâti (líderes) de Cachoeirinha)	36
1.6. Híyokenahiko íhae Mbókoti (As danças praticadas pelos Terena de Cachoeirinha)	36
1.6.1. A dança do Kohíxoti Kipâhi ou Dança do bate pau.....	37
1.6.2. A dança do Putu'Putu ou Xiputrena.....	40
1.6.3. Hiyokéxoti Kali Kámo (A dança do Cavalinho).....	41
1.7. Crença Terena: Mito ou Lenda? Para mim é a verdade.....	43
1.7.1. Inámati kohê (A lua nova)	43
1.7.2. O Purungueiro (Ohókoti).....	44
1.8. Nika Terena (comida Terena)	45
1.9. Èxetina emó'u Terena yonoti 1990 (História de língua terena falada pelos terena de Cachoeirinha até 1990).....	46
1.10. Èxetina Ihíkaxovokuti ya Mbókotike (História da escola da Aldeia Cachoeirinha).....	53
1.11. Èxetina ra nyúdoe: Na koeti íhikaxinovo yutóxea yoko yúhoikea ya emó'u Terena? (História do meu projeto de pesquisa: Porque alfabetizar na língua terena)?.....	57

CAPÍTULO II- LÍNGUA TERENA: UM DIALOGO ESCOLA E COMUNIDADE.....	63
2.1. Emó'u terena íhikaxovokuke Mbókoti (Língua terena na escola de Cachoeirinha)	63
2.2. Ihíkaxoti terena kotíxoti itúkeovo (Professor terena defensor de sua cultura).....	69
2.3. Emó'u terena yaneko mekúke yoko kó'oyene (A língua terena antes e depois).....	82
2.4. Ngomomâti koeku hinókoku ra nyúdoe (Minha analise conforme resultados de minhas entrevistas)	88
NGÍXOAKU NO'ÍNJEA RA HINÓKOKU NYÚDOE (CONSIDERAÇÕES FINAIS)	
.....	92
REFERENCIAS	97
ANEXOS	100

INTRODUÇÃO

Na introdução de minha dissertação trago com relevância a explicitação da escrita de língua terena. Não focando somente a escrita, mas o que essa língua representa para mim enquanto construção de minha relação social com meus patrícios terena para identificação e afirmação do meu “ego” terena. Saussure, citado por Hall (2006, p. 40) afirma: “A língua é um sistema social e não um sistema individual”. Não teria sentido passar pela academia, sem registrar um dos símbolos de minha etnia terena e que por meio dela continuo reconstruindo e dando novo significado para o meu “eu” terena. A relevância de língua para as sociedades indígenas é descrita por Raquel Figueiredo Alessandri. Teixeira como:

A língua é também a chave que nos permite conhecer todo o universo cultural de um povo. A cultura de um povo é nada mais nada menos que o conjunto de respostas que aquele povo dá as experiências pelas quais ele passa e aos desafios que ele sofre. A língua, bem como a cultura, vão sendo moldadas ao longo do tempo. Qualquer grupo social humano é um universo completo de conhecimento integrado, com fortes ligações com o meio em que se desenvolveu. O conhecimento das línguas indígenas e, através delas, o conhecimento da experiência e do conhecimento acumulados pelos povos que as falam é de valor cultural e social inestimáveis (1995, p. 293).

Por esse motivo, a escrita é no sentido de clamar pelo seu reconhecimento, pois como afirma a autora é por meio dela que expressamos todo nosso saber. A introdução dela na alfabetização escolar da Aldeia Cachoeirinha, que é o foco principal dessa pesquisa, é no sentido de supervalorizar a existência dela enquanto edificação de identidade do povo terena. A valorização de língua terena pela escola desde a fase de alfabetização significa preservar, construir conhecimento, compreender o que está sendo ensinado e é um meio para ressignificação do “eu” da criança terena em todos os aspectos de sua cultura. Isto é, o modo de vida, costumes, tradições, crenças que ainda estão presentes no cotidiano da comunidade. Neste sentido, a

importância de um sistema lingüístico dialogar com outros sistemas lingüísticos sem perder o seu valor cultural que elabora significados e identidades, tendo como referencias os saberes locais que possam dialogar e reelaborar conhecimentos no encontro com outros saberes. Um ensino de língua Terena que possa dar sentido à identidade indígena, ao pertencimento à etnia terena. O reconhecimento pela legislação ao direito ao uso de língua é vital na salvaguarda da mesma. Neste sentido, o professor José Ribamar Bessa Freire traz reflexão sobre o risco de extinção das línguas:

Nós sabemos que no mundo são faladas 6.700 línguas, e que mais de 5.000 estão ameaçadas de extinção. Cada quinze dias morre uma língua no planeta. As nossas línguas são consideradas moribundas, no corredor da morte, quando na realidade estão anêmicas e precisam ser revitalizadas. Nós não queremos que a nossa forma de falar desapareça. Somos povo da oralidade. Queremos fortalecer a expressão oral em nossas línguas, mas queremos também nos apoderar de uma nova forma de comunicação: a escrita (2009, p.02).

Entendo que a alfabetização na língua terena é o caminho no fortalecimento étnico da nossa cultura. Expressamos nossos saberes na oralidade, mas é preciso que essa oralidade seja registrada, valorizada e respeitada. Como disse o autor citado acima, que as línguas precisam ser revitalizadas para não desaparecer. Os Terena de Cachoeirinha tem a língua terena como língua materna, que conforme minha observação já sofre mudanças.

Na busca de resposta para atender meus objetivos fui desenvolvendo observações, entrevistas, análise dos documentos, fontes orais com os mais velhos da comunidade, com os professores, alunos, pais, leituras dos teóricos e com a minha experiência enquanto educadora e membro dessa etnia.

No 1º capítulo trago com ênfase as histórias de minhas andanças pelo mundo do não indígena que, para mim, foram significantes: os enfrentamentos, desafios, lutas, persistência em manter a minha língua terena e a minha auto-afirmação enquanto indígena terena, os impasses encontrados com relação ao uso de minha língua terena como estudante, educadora, mãe e militante das questões pertinentes com relação à preservação de minha cultura terena. Isto é, Terena de Cachoeirinha: sua história, cultura e educação escolar indígena.

Trago também o porquê da escolha do tema de minha pesquisa, sua relevância no sentido de dar autonomia para nós o povo terena seja na aquisição de novos conhecimentos, de aprendizagem ou na construção de sua história. Com base nos teóricos selecionados, em especial

em autores como, José Ribamar Bessa Freire, Bartomeu Meliá, Stuart Hall, Homi Bhabha, Ruth Monserrat, Tomaz Tadeu, entre outros. Busco trazer reflexões principalmente com a questão do uso de língua terena na alfabetização respeitando a primeira língua da criança terena, a falta de política lingüística para efetivação da mesma no currículo escolar.

No 2º capítulo foco mais a questão da língua terena: um diálogo escola e comunidade trazendo reflexões relevantes como: Língua terena na escola de Cachoeirinha, professor terena como defensor de sua cultura, a língua terena antes e depois, as propostas de construções de palavras novas na língua terena e as possíveis resultados das perguntas: Em que língua alfabetizar as crianças terena falantes de sua língua materna? O porquê alfabetizar na sua língua? O que isso representa na auto-afirmação da cosmovisão terena?

CAPITULO I

TERENA DE CACHOEIRINHA: HISTÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

1.1 Kuti ûndi? (Quem sou eu?)

Undi Maria de Lourdes kopénoti Terena íhae Mbókoti xe'okuke Miranda MS. (Sou Maria de Lourdes da etnia Terena da aldeia Cachoeirinha Miranda MS). Motovâti nduríxea ra énjatina, hara inunjo ngoyúhoyea nzá'a yoko ênon. (Ao falar de minhas andanças, começo falando um pouco do meu pai e da minha mãe). Vo'oku énone kapayá'ikonu, énone enekónu. (Porque foram eles que me criaram e me educaram).

Enepora yúndoe énone véko ainapo yákoé ngíxea Vúnae porexonu inzoneu xoko ínzikauvo, poréxonu nzá'a yoko ênon. (é por meio da escrita que agradeço a Deus por ter me dado inteligência e sabedoria nos meus estudos, me deu meu pai e minha mãe).

Koane ngoyúhomaka nje'éxa Renan po'ínumaka porexónuti njunáko enepo angô'o ya xokóyoke, motovâti nzímea ra yundóxea enepora inzoneu. (Também falo do meu filho Renan que compreendeu a minha ausência para que eu pudesse chegar onde estou escrevendo minha dissertação).

Ngoyúhotimaka koeku ngalivónoxoiko, ngoekumeku koane ngíxokumeku indúkeovo. Mbiu ko'emaka Ngoyúhoyea ra koêku píhea pó'eayea ra mê'um, koane po'eayea koêku enepora inámatihiko kalivôno kopénoti. (Falo também quando era pequena como vivia e como me

comportava. É bom lembrar que conforme a transformação do mundo, a criança indígena também muda o seu modo de ser).

Po'ínumaka nyûnzo, yara xoko yúndoe, hanê iná urúngovo inzíkaxeovo Mbókotike, yonoti Normal Superior Indígena, yoko enepora nzímokune Mestrado. Yane ngoyúhoti koêku iná ndurixóvo inzíkaxea. (Outro ponto importante no meu registro são os meus primeiros anos escolares na aldeia Cachoeirinha, do Normal Superior indígena, até o mestrado). Enepohiko ra yúndoe énjatina, aínovo nône ngxóvoku xoko óvongu koane xokóyohiko ne véngoku po'ihiko pitivóko aínovo xúnatinoe kíxone njokóyoke enepo ngomomópa ra ngoêku indukeovo seno kopénoti Terena. (Esses registros de minha história são retratos da minha vida na aldeia, e das minhas andanças por outras cidades e o que esses fatos significaram no meu contexto atual de ser índia Terena).

NZÀ`A YOKO ÊNON (meus pais) yara xoko nyúndoe ngoyúhoti nzá'a yoko ênon, vo'oku énone nzókea kixóvoku itúkeovohikumeku motovâti ákoyea kuríka ne itúkeovo terena. (Na minha escrita falo do meu pai e da minha mãe, pois foram eles que me deram exemplo de luta e persistência de continuar sendo terena). Enepone Nzá'a yoko ênon aínovo terena (Meu pai Brasileiro Elias e minha mãe Paulina Correia, ambos da etnia Terena). Enepone piâti, ákomeku tópi óvoku opósikea únati poké'emotovâti nó'iyea sopôro, nakáku, pêxau, pânana yoko po'ínuhiko nonéti. (Os dois construíram suas vidas juntos morando em vários lugares na busca de terra boa para plantar, onde plantavam milho, arroz, feijão, banana e outros produtos). Enepone ákoyeameku óvokuhiko opósikea únati poke'e, óponohiko límauke xe'ókuke Kidavana, Pulóvo'uti, Saîpuri yane ina ôpo Mbókotike. Ênone vápeyea ûndi yoko nove koêti mbo'ínuhiko, vo'oku ákoyea ipixáxoviti yaneko mekúke sé'i koe ivókêovo mbo'ínu kó'oyene kuatione koe ûti apêtihiko. (Nessas suas andanças em busca de terra boa para plantar moraram em: Limão Verde que fica perto de Aquidauana, Pulóvo'uti (lugar isolado de Cachoeirinha e que hoje fica na aldeia Morrinho), Saîpuri (outro local afastado de Cachoeirinha) depois vieram morar no centro de Cachoeirinha onde nascemos eu e meus nove irmãos, na falta de atendimento médico naquela época morreram seis irmãos e hoje somos entre quatro irmãos vivos). Ênomaka ko'ítukeyea xapa purutuye ne nzá'a, kali éxomeku éheukea, énonemuku yumopâ ne prurtuye enepo símo vóvokuke, kene ûndi, mbo'ínuhiko yoko ênon ákomeku vexa véheukea. (Meu pai trabalhou muito no meio do purutuye (branco) e quando o purutuye chegava em casa era só ele que entendia o português, só ele que conversava com os brancos, eu, meus irmãos e minha mãe não

falávamos o português). Àkonovo íhikaxavi véheukea ne nzá'a, koane ákonovo páhukavi víhikaxeovo uti seno, poehane novo ânyo ne motova íhikaxeovo. (Meu pai nunca ensinou a falar a língua portuguesa, também nós as mulheres, não estudávamos, somente os homens que podiam estudar). Ênone ininjinoa unátiyea kóxunakeovo ne vemó'u óvokuke ne kalivôno, yane ákonemo inátapa okóvo. (Nesse sentido, penso que a nossa língua é muito boa ser fortalecida na família, pois aí, a criança jamais vai esquecer. O fortalecimento da língua terena desde a infância é importante. È a partir da língua materna que a criança se conhece, amadurece, se desenvolve cognitivamente e se auto afirmar como Terena. A medida que usa a língua terena na vida familiar e na comunidade, começa a construir seu mundo próprio do ser indígena e aos poucos vai interagindo com o mundo do não índio sem conflito.

Penso que o conflito existente na atualidade é justamente porque a criança indígena não sabe qual língua usar se é a língua terena ou português. Confusão que os pais criaram na tentativa de fazer com que os filhos dominem a língua portuguesa desde criança. O fato que a língua terena está presente no uso oral da comunidade e que precisa ser fortalecida pelos pais. Outro fator importante é o papel dos professores terena no sentido de sempre estarem em diálogo com os pais para fortalecer o uso de língua terena seja na família e na comunidade.

Enepora ngoyúhoyea ra emó'um terena, ênone íhikaxonoa ne evo nzá'a yoko ênon. Àkoikopo okónoko víhikaxeova ne emó'u purutuye ehane véxoa konokoane úti, ênone kónoko éxea há'âtihiko, enepone kalivôno éxoa ne éheukea tumúneke enepo “konokoane ánahíxeova ne hopú'iti”¹” kíxone Meliá (1978). (O fato de falar a língua terena, foram meus pais que me ensinaram. Então, não precisei aprender falar o português, com o tempo eu aprendi conforme a necessidade, e, é isso que os pais precisam compreender que a criança aprende quando for preciso é o que Meliá (1978) chama de “situação de contato”.

Koeku ngoyúhoyea ne evo nzá'a yoko ênon, ênone ngíxo ne kónokea xuná'iyea ne vemó'u xapa iyénoxapa ne kalivôno, vo'oku síma xoko íhikaxovoku tokopâtinemo ne emó'u purutuye yoko vemó'u, yane ákomo xúnati emo'úti, enepone emó'u purutuye kutipasi koatimo ne emó'u terena. (Ao falar de meus pais destaco a importância da língua terena ser fundamentada na convivência oral da criança com a família. Pois quando a criança chegar à escola se deparará com a língua portuguesa e a língua terena, onde as duas línguas serão iguais nem “superior ou inferior” RCNEI (2005).

¹ Outra denominação do povo terena para identificar não indígena.

NGALIVÒNOXOIKO (Minha Infância) enepone kalivôno énone nône ne kopénotihiko. Enepo yexa kemómoyi kixóvoku itúkeovo, itikinoâti iséneu, yexoâtimo kíxone ne educação escolar indígena, kónokea idúkeovo póiti koêku. (A criança indígena é o retrato da realidade de uma comunidade indígena. Se você souber observar como ela vive fazendo reflexão, compreenderá o significado, e o porquê da educação escolar indígena ser diferenciada). Entendo que a educação escolar tem como objetivo educar e ensinar a criança a partir de sua realidade e principalmente a partir de sua língua materna (MELIÁ, 1978).

A língua terena estava presente no contexto de minhas brincadeiras enquanto criança, nas danças, quando minha mãe me benzia na lua nova, no canto do pajé, nos nomes das comidas típicas e das brincadeiras. Nesse sentido, relato a história de cada uma delas trazendo a escrita da língua terena, mostrando que a língua faz parte de todo contexto cultural, seja no nome das brincadeiras e das danças. Portanto, ao falar de minha infância, das minhas tradições e costumes como Terena, creio que estarei narrando à fase mais significativa de minha vida. Significativa porque é a partir dessa educação adquirida através do exemplo que meus pais me deram que pude perceber o quanto foi válida nas caminhadas que tenho feito pelo mundo a fora. No meio de inúmeras diversidades culturais estava o meu ego Terena resistindo com todas as suas especificidades, confrontando com situações completamente diferentes onde o preconceito era mais forte, e, é ainda marcante, foi necessário incorporar alguns conceitos do purutuye (branco), buscar me vestir como eles, comportar-me como eles e falar a língua portuguesa. Entendo que essa passagem é o que o Bhabha (2007) chama de negociação onde busquei negociar meu “eu terena” para poder conviver com o outro.

É importante destacar que a kalivôno kopénoti (criança indígena) desempenha papel ativo, não só na reprodução dos padrões culturais de comunidades, como, também, contribui para a resignificação destes padrões e para a criação e incorporação de novas práticas.

O meu ego indígena terena é formado e construído a partir da convivência com meus pais, onde vivi, não só trabalhando na roça como também nas brincadeiras nas canções, nos ritos e nos contos de lendas sem formalidade. Seguindo esse exemplo de meus pais e dos mais velhos fui aprendendo que o sentido e significado da vida devem ser construídos no coletivo, na partilha e no respeito mútuo. Na época de colheita, quando um colhia o que plantava, chamava o outro para usufruir o que o outro tinha e assim sucessivamente era tudo repartido. Quando alguém chegava

da pescaria, o peixe era dividido com os vizinhos. Para nós, Terena, o outro não era vizinho e sim um irmão.

Algumas brincadeiras terena marcaram muito na formação de minha identidade, não citarei as regras por não ser esse o tema do trabalho, mais citarei apenas os nomes em terena. Pois ao fazer isso além de ser importante para a minha identidade, eles registrarão a escrita da língua terena. Creio que a explicitação dos nomes em língua terena é uma maneira de refletir o passado buscando compreender o presente, como as crianças terena no contexto atual fazem interação com brincadeiras do *purutuye*. Sendo assim, a língua terena, vai desaparecendo, pois está sendo substituída por outra língua. Com a ajuda de minha irmã Luzia, de 53 anos, passo a citar nomes dessas brincadeiras que serão importantes na leitura dos educadores pesquisadores e acadêmicos terena: *Tope* (agulha-espinho de uma planta) essa era uma brincadeira de buscar uma agulha até achar; *Ivahânoke* (coçar pescoço) nessa brincadeira não pode rir, deu risada perdeu; *Môxe* (vendar os olhos) é uma brincadeira de quebrar um purungo; *Tokolôlo* (correr apoiado numa vara); *Kurikê* (Kutia); *Marékoti Xúpu* (arrancar mandioca) perde aquele que arrancar menos mandioca, a mandioca é a própria criança agarrada no outro; *Kipâe* (ema) dançar como ema; *Soporó'ohi* (palha de milho); *Ôho* (rato) *yoko(e) Marakáya* (gato); *Horóxo* (anel); *Kuríkoti Rápitaka* (jogo de coquinho); *Kasa'irikoti Paxíxi* (virada de frutas); *Ikatákoti Kámo* (cavalinho); *Namúkoti nomíti* (correr atrás de vaga-lume); *Itúkoti Pêno* (brincar de casinha); *Kipóheôti* (Lavar roupa no rio); *Veyoti Yúku* (Pegar lenha); *Yoko (e) Yonoti Kavâne* (Ir a roça).

Além dessas brincadeiras, há também os contos e as lendas, como a lenda do trovão, mãe da água, caminho de ema no céu e outras me ensinaram que o uso oral da língua terena é importante no momento de repassar a cultura para as crianças. Todo mês, na lua nova era momento sagrado e especial, onde toda a comunidade fazia a sua veneração em coro na língua terena pedindo proteção para seus filhos e para a comunidade. Essa prática até hoje faz sentido para mim, quando é lua nova, chamo meu filho, faço com ele o que meus pais faziam comigo, na certeza de que a lua atenderá todo meu pedido. Sei que Deus não condena as práticas culturais, pois todo ser humano criado por Ele, tem inteligência e sabedoria para viver harmoniosamente com Ele e com a natureza, cada qual com sua cultura, língua, costumes e tradições.

Inzikaxovo (minha vida escolar) enepo nzimoné'e ihikaxovokutike, komómo ngixoioxa ne ihikaxonuti vo'ôku ákoti enjea yûho, vo'oku ehé'uko ko'iyea. (Quando cheguei à escola fiquei

olhando para minha professora, pois não entendia nada o que ela falava, porque falava a língua portuguesa).

Da primeira até quarta série do Ensino Fundamental cursei na Aldeia Cachoeirinha de 1968 a 1972, minha professora era *purutuye* (branca). Quando cheguei à sala de aula, meu primeiro impacto foi com a questão da língua isto é, eu falante da língua terena e a professora da língua portuguesa. Quando ela começou a explicar a matéria parecia que eu estava em outro mundo, pois não entendia nada do que ela estava falando. Fiquei olhando para ela com vontade de dizer que não estava entendendo nada, mas não sabia como falar. Sei que aos poucos fui decorando os nomes das letras e consegui com muito custo juntar as sílabas e a decodificar tudo o que lia.

Refletindo o que passei na escola começa então, a mudança radical na minha vida, onde deparo com regras e língua diferente. A minha língua terena passará a ser inferior, pois a língua portuguesa é o que a sociedade moderna valoriza para quem domina a escrita e a fala. Hall ao falar da identidade coloca que “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (2006, p. 11). De fato, quando fui para a escola levei comigo a identidade formada o “eu terena real” e que aos poucos foi passando por processo de transformação no decorrer de minha vida escolar. Muitas vezes ficando “entre lugares” (BHABHA, 2007), e hoje no mestrado continuo com essa ambigüidade que Bhabha traz, adquirir novos conhecimentos do não índio. Mas o conhecimento de minha cultura continua presente em minha vida. Muitas vezes, esses dois conhecimentos que adquiri, passa por enfrentamentos conflituosos, pois a teoria confronta-se com a realidade indígena.

Ao manipular o material didático que trazia realidade diferente e língua diferente distante do meu mundo cultural indígena, lembro de minha primeira cartilha: “O caminho suave”, “O boi baba”, não imaginava o que significava “caminho suave”, o significado da palavra boi quanto menos a palavra baba, mas lia muito bem e tirava sempre 1º lugar. Ganhava prêmio da professora porque era a melhor aluna da classe. Ficava feliz em receber o presente, mas não compreendia o porquê. Saindo da aldeia em 1975, fui morar com as freiras na cidade de Miranda, para “ser freira”. Chegando à casa das freiras era tudo estranho, a começar pela língua, o ambiente totalmente ligado a formação religiosa, costumes bem diferentes dos meus. Não entendia o que as freiras falavam comigo. Lembro quando uma freira me pediu água. Fiquei parada na cozinha sem

saber o que ela tinha pedido. Eu não voltava a perguntar o que ela queria, pois não sabia como perguntar. A minha comunicação com elas era bom dia, boa tarde e boa noite. Essas foram as primeiras palavras que me ensinaram.

Em 1976, na cidade de Miranda fui para uma escola pública cursar a 5ª série à noite. Numa das noites de aula, a professora pediu para eu ler um texto de história. Depois ela pediu para explicar para aos colegas o que tinha lido. Sem dizer nada, comecei a chorar, pois não sabia o que o texto dizia, não falava a língua portuguesa. A professora não entendeu o porquê chorei, apenas disse para eu não ficar com vergonha. Continuando minhas andanças fui para convento em Campo Grande, na Congregação de São Vicente de Paula, em 1977, onde entrei como postulante e depois passando a noviça. Era uma vida totalmente diferente do que eu vivia na aldeia. Aprendi muito com as freiras. Fundamentei minha vida na religião Católica, isto é, na fé. Elas tiveram muita paciência para comigo no sentido de ensinar a língua portuguesa. Fiz da 6ª à 8ª série no colégio particular Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, onde vivi outra realidade diferente. Na escola pública estavam os filhos de pobres e no colégio particular estavam os filhos de ricos. Senti-me isolada de tudo, do costume dos jovens não indígenas, da linguagem deles, seu jeito de vestir e de se comportar. O meu jeito era conforme minha cultura terena, não via maldade nas coisas, pois na aldeia não existia ninguém superior ao outro, todos éramos irmãos um dos outros. Percebia que a minha diferença na língua e nos costumes chamava atenção deles. Mas, ficava na minha, pois eu tinha um ideal: “ser freira”, e para ser freira, era importante concluir o ensino fundamental e prosseguir nos estudos. Essa experiência para mim foi marcante. Aprendi a ter noção de outras realidades.

Quando os meus colegas de classe e os professores descobriram que estava no convento, estudando para ser freira, passaram a me olhar diferente, talvez questionando: uma índia freira? O quê uma índia esta fazendo numa escola particular? Seja qual o questionamento deles, sei que passaram a me olhar diferente e com isso, me sentia orgulhosa por conquistar respeito por ser freira e não porque era uma índia.

A convivência com as freiras e as doutrinas as quais me foram ensinadas me ajudou no sentido de compreender a realidade do não índio. Pois no convento, além de aprender o que é certo e errado, com base na cultura não índia, ou seja, diferente da minha formação enquanto terena tive a oportunidade de participar de várias situações e setores da sociedade. A convivência com essa sociedade não-indígena me fez olhar outra realidade como: pobreza, injustiça social,

drogas e outras. Não conhecia esse lado dramático da sociedade, pois na cultura indígena, como já dito acima, aprendi por meio de exemplos de vida sem regras e sem maldade. Observando a realidade, comecei entrar em conflito interno, me questionando: como ser justa e verdadeira no meio de uma sociedade tão conflituosa e tão injusta com o outro? Quando chegava à aldeia nas férias, via as condições que meus pais e meus patrícios viviam, em extrema pobreza. Muitas vezes não tinham nada para dar a seus filhos. Naquele dia, eu ficava angustiada sem poder fazer nada. Já pensava logo na minha vida no convento onde havia muita fartura na mesa. E também no que tinha aprendido com meus pais, a repartir e assim ninguém ficava com mais ou com menos, era tudo igual.

Nduríxovope Inzikaxea (Início de minha carreira como professora). Em 1978 a 1979 ministrei aula de ensino religioso no Colégio Perpétuo Socorro, e no município de Terenos lecionei no ensino médio no período noturno. Os alunos me olhavam com discriminação, alguns me respeitavam. Mas continuei meu trabalho com muito entusiasmo, cheio de vida e sonhos como os jovens. Lembro que a maior indiferença que faziam era quando eu não falava corretamente a língua portuguesa. Isso não me desanimava, pois antes eu não falava nada e naquele momento estava já conseguindo me comunicar com eles.

Em 1980, sai do convento e passei a conviver com outro tipo de família, outra formação, onde reinava patrão e empregada. Tudo o que eu aprendi na formação religiosa levei comigo, mesmo me deparando fortemente com a questão de poder (BHABHA, 2007). Trabalhava durante o dia, e a noite continuava meu segundo grau numa escola pública, Escola Riachuelo, em Campo Grande. Nesse período da saída do convento, tinha vergonha de falar a língua terena no meio dos brancos, isto porque não queria que eles percebessem que eu era índia, pois quando percebiam parecia que me isolavam do grupo. Ia aos clubes e procurava dançar como os jovens não indígenas dançavam, tinha a tal da discoteca, mas dentro de mim estava o meu eu terena vivo, mas, reprimido pelo preconceito. Com essa experiência dolorosa, a sociedade não conseguiu apagar a minha língua, cultura e minhas tradições.

Quero dizer com isso, que apesar de tudo o que passei consegui manter viva a minha identidade terena. Essa experiência fez com que eu entenda o porquê os jovens indígenas quando saem de suas aldeias negam a sua identidade, porque não são respeitados como indígenas. Eles precisam sair da Aldeia por uma questão de sobrevivência. Para isso, precisam disfarçar-se de ser o “outro” para não passar por humilhações. Ser realmente indígena no contexto atual da

humanidade é um grande desafio para os jovens indígenas, isto é, manter o que você é, perante o preconceito e a ideologia de “civilização”, de “contato”, o que não é uma tarefa fácil (MELIÁ, 1978). Terminadas as férias, voltava novamente a minha angustia, mas eu tinha que concluir meu curso para tentar um emprego melhor na cidade. A minha intenção era ajudar meus pais a ter uma vida melhor. Viver somente do produto da roça ou do serviço de ourives o qual meu pai fazia, não dava mais para sustentar toda a família. Comecei fazer o curso de atendente de enfermagem, na Santa Casa de Campo Grande, mas na prova final não fui aprovada.

Em 1983, optando por outro tipo de vida, casei-me. Meu companheiro foi designado para trabalhar na Rede Ferroviária de Corumbá, onde continuei meu curso de 2º grau, entrando no 2º ano até 3º ano de magistério, na escola Pública Maria Leite de Corumbá. Neste momento, não pensava em ser professora, muito menos em ser professora indígena. Sabia que o curso era para ser professora, mas eu não tinha noção como seria, isto é, onde exerceria a função de educadora. Nesta fase de minha vida, ao terminar meu curso de magistério comecei a questionar “quem sou eu”, mas sem muita reflexão.

Em 1987, meu companheiro foi transferido para Bauru no interior de São Paulo onde passei a morar na aldeia Araribá, Município de Avaí- SP. Nesta aldeia moravam índios Terena, Guarani e Kaingang. Em 1988, fiz meu quarto ano de magistério em Duartina/SP, isto porque na época, em Mato Grosso do Sul o magistério era de três anos, chegando à São Paulo o magistério era de até 4 anos. Participando das atividades festivas da comunidade, dando aula de catequese para crianças e adultos, a comunidade começou a perceber que eu tinha magistério e era falante de língua terena. Assim as lideranças pediram para que eu trabalhasse na “revitalização” da língua terena, já que eu falava muito bem e as crianças tinham como primeira língua, a língua portuguesa. Assim elaborei um projeto junto à Secretaria do Estado de São Paulo que foi aprovado, e comecei o ensino de língua terena. Estavam na sala de aula os filhos de índios Guarani, Kaingang e Terena. Pois das três etnias quem falava a língua eram os mais velhos, portanto, os pais optaram para que seus filhos aprendessem a língua terena. Foi relevante essa experiência. As crianças conseguiram se identificar como indígenas que tinham uma cultura diferente. Além do ensino de língua, incluí as danças culturais dos Terena. Era início de minha vida de professora indígena e não tinha muita consciência e reflexão da relevância da língua enquanto um sentido e significado da identidade Terena. Mas já começava a questionar a importância de revitalizar a língua junto à comunidade. Sem muita noção de como começar criei

minha pedagogia, traduzindo palavras soltas para as crianças como: Bom dia! Qual é o seu nome? Onde mora? e etc..

Fiquei na aldeia Araribá de 1987 a 1989 trabalhando no projeto citado. Esse projeto era anseio da comunidade revivificar a língua terena, mas o resultado esperado foi insatisfatório, pois as crianças não passaram a ter domínio da língua.

Em 1990, meu companheiro foi demitido da Ferrovia e assim voltei para Cachoeirinha, com magistério concluído. Retornei para minha Aldeia Cachoeirinha, em 1991, dando aula para séries iniciais em uma sala multisseriada na Aldeia Morrinho (*Kali Mopôî*). O autor Bessa Freire, em seu artigo publicado em 17 de maio de 2009, no Diário do Amazonas cita:

Durante 500 anos – eu diria – nós ficamos emudecidos, sem voz. Discriminaram e proibiram nossas línguas e tudo aquilo que era guardado e transportado nelas: nossos conhecimentos, nossos pensamentos, nossa história, nossas narrativas míticas, nossos cantos sagrados. O padre João Daniel conta que no século XVIII um missionário espancou uma índia na ilha do Marajó com bolos de palmatória, dizendo: “Só paro de bater quando você disser ‘basta’, mas não na tua língua”. A mão dela sangrou, mas não traiu sua língua (p.01)

Creio que a resistência é a única forma de preservar o que sou, ou, o que somos como indígenas. A condição exigida na minha primeira experiência de educadora de volta para minha Aldeia foi a proibição de usar a língua Terena em sala de aula com as crianças (todas falantes da língua Terena), tal fato foi marcante para mim. Era como se dissessem que a língua não tem significado: para quê conservar? O mais interessante que essa proibição aconteceu depois da Constituição Federal de 1988, a qual garante a inclusão e valorização da língua materna. O não falar a língua Terena com os alunos, muito menos escrever em Terena, era justificado mediante a necessidade de que os alunos precisavam dominar a escrita e a leitura da língua portuguesa. Afirmo que não segui a regra imposta, pois as crianças eram falantes de língua Terena. Como falar a língua portuguesa com elas se não entendiam o que eu estava falando? O material didático escrito era todo na língua portuguesa, assim lia os textos e traduzia para a língua Terena. Caso contrário não teria como dialogar com os alunos e ter resultado na sua aprendizagem.

O texto de Bessa Freire (2009), citado anteriormente, vem iluminar a reflexão no sentido de compreender que é a partir da língua que a criança constrói seu conhecimento, pensamento, história, mitos e lendas. Assim estava diante de duas realidades diferentes: pois vinha de uma aldeia que desejava revitalizar a língua perdida, e na outra, era proibido o uso da língua materna em sala de aula. Mas, quem proibia? Era o indígena ou o não indígena? Conhecendo a história da

colonização, com a chegada dos espanhóis não resta dúvida que quem continuava proibindo o uso de língua terena no currículo escolar era o sistema o qual as escolas indígenas estavam submetidas. O educador Terena segue o modelo pronto, mas na sala de aula, meio que escondido implanta o ensino diferenciado, isto é, não há como falar só na língua portuguesa com os falantes de língua terena. Tem que usar as duas línguas, sendo que a alfabetização deve ser em língua materna, no caso a língua Terena.

Se for para concretizar realmente como deveria ser a escola indígena diferenciada, o professor tem que ser não somente bilíngüe, mas trilingue... Porque às vezes numa Aldeia, como o caso da Mãe Terra que tem índios Guarani, Kinikinau e Terena. Cito também outra aldeia, a Aldeia Lalima, que tem Guarani, Terena, Kaingang, Kinikinau. Como ficaria essa comunidade para preservar a sua língua e cultura? Nesse sentido, o professor seja indígena, ou não-índio tem que dominar não somente a língua portuguesa, como também dominar a língua materna de cada etnia.

A educação escolar indígena envolve formação do professor isto é, uma formação específica. Para isso, é preciso uma política que invista na construção da escola diferenciada. A nomeação do professor para as escolas indígenas deve ter critérios a serem cumpridos, e esses critérios devem ser feitos pelos indígenas. E não como as Secretarias de Educação fazem, nomeando professores sem formação nenhuma com relação à cultura indígena, principalmente com a questão da língua. O meu conceito sobre as escolas indígena presentes nas aldeias é preservar a língua, as tradições e os costumes, caso contrário, a escola continuará formando indígena para assimilar a cultura ocidental como vem acontecendo desde o processo de colonização. O mesmo status que a língua portuguesa tem na sociedade assim também deve ser com relação à língua indígena RCNEI (2005).

De 1991 até 1994, lecionei aula na primeira série do ensino fundamental na Aldeia Cachoeirinha (*Mbókoti*) pela rede estadual, e também na Aldeia Morrinho (*Kali Mopó'i*), entre 1991 até 1992. Foi o começo de um grande desafio devido a proibição do uso de língua terena na sala de aula. No final de 1994 fui para o município de Sidrolândia/MS, isto porque meu companheiro tinha a promessa de emprego na Rádio Pindorama de Sidrolândia. Moramos de aluguel na cidade e consegui uma sala na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), de crianças especiais, que foi outra experiência totalmente diferente daquilo que eu estava vivenciando. Eram crianças que precisavam de tratamento especial, diferentes de outras

crianças consideradas “normais” que podiam andar, correr, pular, mas que buscavam sua autoestima e respeito dentro da sociedade.

Em 1995 a 1996, na outra etapa de minha jornada de trabalho, foi em Sidrolândia, na Aldeinha Tereré, também, desenvolvendo projeto de Revitalização de Língua Terena, envolvendo crianças, jovens e pais. De manhã trabalhava com as crianças e à noite com os pais. Era um trabalho exaustivo, pois não tinha material didático específico para o trabalho com a língua Terena. Foram dois anos de trabalho na tentativa de revitalizar a língua Terena, que aquela comunidade já tinha perdido. No final do curso aprenderam somente algumas palavras básicas na língua terena, como: *nakeyeye* (como vai?). Ou bom dia, boa tarde e boa noite. *Kuti kéha?* (Qual o seu nome?) Na *yóvo?* (Onde você mora?). Além de outras palavras simples, em forma de diálogo.

Saindo de Aldeia Tereré, em 1997, voltei novamente à Miranda, morando na cidade e trabalhando com a primeira série na Escola 15 de Outubro, com crianças não indígenas. Então, passei a observar a diferença de comportamento entre crianças não-indígenas e as indígenas. Totalmente diferente no seu modo de ser, as crianças não indígenas são mais rebeldes e as nossas crianças indígenas são mais tranquilas e obedientes.

Em 2000, lecionei em outra escola, chamada Estanislau Bossay, ainda na cidade de Miranda, também, trabalhando com a alfabetização. Foi uma experiência inovadora no sentido de aprender a conviver e compreender as diferenças, isto é, dando aula para crianças não-indígenas na cidade. Onde pude perceber comportamentos diferentes das crianças não só no sentido de ser e agir como também o seu status, uns menos e outros com aparência mais sofisticada. Uns mais rebeldes e outros mais tímidos, uns com facilidade de aprender e outros com dificuldades de aprendizagem. Fato interessante para refletir: eu, a outra diferente no meio delas, com todo meu jeito indígena de conversar e apresentando dificuldade no domínio da língua portuguesa, tive que mudar meu jeito de ser e de falar com elas. Tive que falar em tom mais alto com as crianças. Foi uma mudança de comportamento adquirido. Foi preciso mudar meu jeito de ser para que as crianças pudessem me ouvir e me respeitar. São culturas diferentes. Para compreender essas diferenças trago a contribuição de Laraia citando Kroeber, coloca “A cultura, mais do que a herança genética, determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações” (1932, p. 48).

Meus pais não usavam o diálogo para me educar e sim por meio de exemplos de vida, de trabalho, de luta, contos, mitos e lendas. No contexto atual é necessário criar um ambiente de diálogo porque existem outras coisas, outros interesses competindo com a cultura indígena na Aldeia. Com essa experiência comecei a observar e compreender que a cultura é uma coisa adquirida, construída e dinâmica e passei a entender a mudança cultural que ocorre com as crianças e jovens indígenas, que adquiriram outro comportamento devido à chegada brusca de costumes não-indígena na Aldeia, também, resultado de sua convivência com a sociedade envolvente. Conforme Hall (2006) a identidade indígena estará deturpada, fragmentada.

Assim, procurava me vestir melhor. Talvez por ser uma indígena, as crianças e alguns colegas professores me olhavam dos pés à cabeça com ar de discriminação. Esforçava-me para ser igual a eles, mas dentro de mim ficava uma coisa inquietante: o meu ser indígena. Quando ia para a escola onde trabalhava, me via dentro de um capuz onde escondia o que eu era na realidade, para poder conviver com o outro. Não via o momento de ir para a Aldeia para poder ficar descalço ser realmente o que sou.

Falar de minha língua Terena é ser “eu” de verdade, sem disfarce. Nesse sentido, percebo que é mais fácil para os indígenas conviver e compreender o branco, do que o branco compreender a realidade indígena. Eis aí o porquê da educação escolar indígena não acontecer na prática, pois, é mais fácil o branco nos inserir no seu contexto, do que o branco vir até os indígenas.

E assim continuei minhas andanças enfrentando os estereótipos da sociedade com relação a minha identidade. Até nesta fase de minha caminhada não tinha muita clareza do meu conceito como indígena em meio à sociedade. Não estava preparada para ensinar os meus pequenos patrícios que temos os nossos valores e como um povo diferente etnicamente deveríamos ser respeitados. Ensinava os conteúdos impostos sem reflexão. O importante era ensinar a ler e escrever, mecanicamente. As políticas públicas e o sistema educacional continuam sem reconhecimento das diferenças culturais dos povos indígenas não aceitando a proposta de alfabetizar na língua terena. Para efetivar o ensino de língua terena na escola desde a alfabetização é necessária uma política lingüística, para atender a todas as comunidades indígenas que reivindicam uma escola diferenciada, intercultural e bilíngüe.

O começo de minha vida acadêmica foi no final do ano de 2000 quando prestei vestibular na UEMS, para o câmpus de Aquidauana, concorrendo a uma vaga no Curso Normal Superior

Indígena. Os candidatos eram somente professores indígenas, pois era um curso específico para nós. Sem muita noção do que é um curso específico, fiquei muito feliz quando vi meu nome na lista dos aprovados na certeza de que em 2001 começaria uma caminhada na graduação. Quando as pessoas falavam que fulano (a) era universitário, para mim era como se dissesse que era um doutor (a) que a partir daquele ano eu já seria uma doutora, que decepção! Era apenas o começo de uma grande caminhada no sentido de me compreender como índia terena, sendo que era o começo de minha angústia, inquietações com relação a minha identidade, principalmente, com a língua terena, pois a partir das reflexões percebi com mais clareza a importância de manter a língua não só comigo, mas, também, como expressão fundamental na continuidade da História dos Terena. No meio das carteiras quebradas e esparramadas, começariam as desconstruções, reconstruções e ressignificação de minha identidade terena. É o início de minhas angústias, pois a oralidade de minha cultura será questionada pela ciência, que para mim, era uma coisa construída, fundamentada pelos meus pais, mas que passaria por transformações constantes. A pergunta que uma professora da Universidade fez para mim: sua cultura é ciência? Eu sem nenhuma dúvida respondi: sim, professora, é uma ciência! E a professora respondeu: para ser ciência é preciso provar cientificamente. Eu não pude entender muito o que ela queria dizer com isso e continuei minha dúvida, pois a figura do nosso herói, *Yurikoyuvakai*, não era mito como o branco o chama. Para mim sempre foi real, uma história verdadeira (SGANZERLA, 1992). A idéia do colonialismo, de civilizar, integrar o índio à cultura da sociedade nacional continua e está presente. Neste sentido, a educação escolar indígena diferenciada é um sonho. Precisa provar cientificamente tudo o que nós somos para ser uma realidade?

Em 2001 a 2003 continuei trabalhando e freqüentando a Universidade. O Decreto Municipal de Miranda nº 1.262, de 26/08/2002, incluiu a língua Terena no currículo Municipal. Assim fui chamada para dar aula na Aldeia *Kali Hó'openo* (Passarinho) e na Aldeia Moreira. Essa comunidade, não fala mais a língua indígena. Com a inclusão de língua terena no currículo escolar começa então, a tentativa de revitalização, sendo que a aula era duas vezes por semana, de 50 minutos, como se fosse aula de inglês.

Em 2004, volto novamente para Cachoeirinha dando aula para uma sala de 4ª série do Ensino Fundamental. Em 2005, por iniciativa da comunidade, houve eleição para diretor da Escola Pólo Indígena Coronel Nicolau Horta Barbosa. Fui eleita pela maioria. Só que essa iniciativa não foi reconhecida pelo órgão Municipal, dizendo que o diretor é cargo de confiança,

apesar da Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 231, garantir o direito e respeito à organização de uma comunidade indígena. Nesse período fui chamada para a coordenação pedagógica da escola. Como coordenadora elaborei e implantei o projeto de alfabetização na língua terena no 1º ano do Ensino Fundamental. O desenvolvimento do projeto que me levou a elaborar o projeto de pesquisa para a seleção do Mestrado em Educação, concorrendo bolsa da Fundação Ford. Fui selecionada e hoje sou bolsista dessa Fundação, na Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande/MS.

Ao descrever minhas andanças até chegar ao mestrado, percebo que o fazia com muita dedicação. Mesmo atendendo os anseios daqueles meus patrícios, eu não estava preparada para tais questões e, na atualidade, com a graduação concluída e iniciando Pós-Graduação, acredito que já tenha outra visão, a de olhar a realidade com uma visão ampliada, refletida com outras reflexões, e assim, adquirindo novos conceitos e novas concepções. Assim, mediante a esses pensamentos, aprendi a desafiar minhas questões indígenas no sentido de buscar colocar na prática pedagógica essa escola indígena diferenciada intercultural e bilíngüe.

No início de minha história de vida coloquei “Quem sou eu?”, no meio dessa diversidade cultural com a qual nós indígenas nos deparamos no dia a dia. Penso que todos nós indígenas deveríamos, constantemente, fazer essa pergunta, pois a cada dia precisamos encontrar uma resposta para poder sobreviver enquanto indígena, principalmente com a questão da língua que está se perdendo por conta dessa diversidade lingüística. A língua portuguesa chega como dominadora no meio das comunidades indígenas. Outro fator que influenciou na minha formação indígena foi à chegada da tecnologia na aldeia como a televisão, o rádio, a internet e o celular. Esses aparelhos tecnológicos trouxeram outras identidades diferentes da minha, isto é, identidades de aparência de “status”. Com essa realidade, a formação do “ser” e a formação da criança indígena começará a sofrer influência e passará por crise de identidade (Hall, 2006). Nessa etapa muita coisa foi substituída por outras como, por exemplo, a língua, as brincadeiras, os costumes as crenças, as tradições. É o ficar “entre lugares” (BHABHA, 2007).

As minhas andanças fizeram com que não deixasse de ser terena. Ao deparar várias vezes com palavras como: “bugra”, “lugar de índio é na aldeia” e “você está tomando nosso espaço”, essas eram as palavras de discriminação que mais ouvia na boca do não índio. São tratamentos de indiferença como coloquei acima, tipo “é coisa de índio” e outros. Percebi que dentro de mim existia algo superior a essas palavras que é o meu “ser índia Terena”. Nesse sentido, fui dando

outro significado ao meu “eu” indígena, por meio de enfrentamentos, de lutas e resistências. Por meio dessas discriminações eu tinha que ser forte para conscientizar meus patrícios no sentido de que vale a pena lutar por aquilo que somos com todas as nossas diferenças.

São idéias manipuladoras das instituições que chegam às aldeias indígenas, sem o mínimo respeito com as nossas diferenças, como se nós indígenas, não tivéssemos línguas, culturas e costumes diferentes. Coloco isso, como procedimento impensável da sociedade com relação à nossa cultura indígena, que deve ser repensado com urgência e as escolas devem começar a incluir em seus currículos a nossa história. Vejo a relevância de que a língua terena deve ser valorizada seja na nossa família entre nós terena, quanto na escola pelos educadores terena e os não índios. Assim poderemos dizer que continuaremos resistindo incentivando nossos filhos a continuar usando a língua terena no dia a dia da aldeia. Nós terena manteremos vivos os nossos costumes e as práticas culturais buscando a ressignificação de nossa identidade. A proibição que me foi imposta de não falar a língua terena com os alunos falantes, em 1991, me marcou muito enquanto educadora. Hoje começo a refletir sobre o que o colonizador fazia para exterminar a nossa cultura, proibindo o uso da nossa língua. Por mais que a Constituição Federal/88 já garantia aos povos indígenas o direito a uma educação diferenciada, com os processos próprios de aprendizagem, continua a ideia de uma educação assimilacionista nas nossas escolas indígenas. Falar de minhas andanças não é tão fácil, pois foram longos caminhos percorridos de lutas dolorosas no sentido de desafiar as questões pertinentes a afirmação de minha identidade. Vejo a importância da persistência e resistência na conquista dessa luta seja na educação escolar, nas questões de demarcação de terra e que precisa ser entendida a relevância dessas questões pelos poderes públicos para a preservação da nossa cultura.

1.2 *Èxetina Mbókoti* (História de Cachoeirinha)

A aldeia Cachoeirinha, chamada Mbókoti, na língua terena, está localizada a 14 quilômetros da cidade de Miranda, com população estimada em cinco mil índios. A reserva de Cachoeirinha foi delimitada em 1904, em 3.620 hectares, depois reduzida para 2.660 há. Sendo a terra concedida ao Serviço de Proteção ao Índio - SPI pelo estado de Mato Grosso, no ano de 1948 (VIEIRA, 2006). Com a redução de terra para 2.660 ha, os índios vivem confinados, sendo

necessária a demarcação urgente das terras indígenas para Cachoeirinha. Para falar de Cachoeirinha não poderia deixar de explicar a situação atual do contexto terena dessa Aldeia, que vive um grande desafio no sentido de exigir de a volta do que era nosso, que é a nossa “Mãe terra”. Sem ela os índios não continuariam existindo enquanto um povo com suas características próprias, costumes e línguas diferentes. Portanto, os patrícios de Cachoeirinha começaram suas retomadas das terras ocupadas pelos fazendeiros. Em novembro de 2005, retomamos uma parte do nosso território tradicional cujo estudo antropológico foi reconhecido pela FUNAI e esta área recebe nome de Mãe Terra. Esta terra hoje ocupada é reconhecida pelas decisões judiciais, garantindo a permanência dos meus patrícios terena.

Outro momento importante de luta pela terra aconteceu no dia 25 de agosto de 2008. As 3:00 horas da madrugada 90 pessoas, entre mulheres e homens, retomaram a fazenda Petrópolis que fica na divisa de Cachoeirinha. Segundo professor Sebastião² até às 10:00 horas o número de pessoas no mesmo dia já contava com mais de 100 pessoas. Nessa retomada, o fazendeiro ganhou a reintegração de posse e os patrícios deixaram a fazenda Petrópolis, retornando para a Mãe Terra. Mas não paramos a luta e houve outras retomadas e com certeza essas retomadas continuarão, pois é preciso que os *purutuye* percebam que estamos vivos e queremos continuar vivos para que os nossos filhos e netos possam continuar a nossa história. Somente dentro de nossa terra podemos continuar e manter a nossa cultura.

² Professor Sebastião Rodrigues é índio Terena da Aldeia Campão Babaçu, professor de séries iniciais do Ensino Fundamental na E.M.I. Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa. O professor tem participado das ações de retomada de território com a comunidade de Cachoeirinha.



Mapa 01 - Localização geográfica da Aldeia Cachoeirinha Fonte: <http://www.neppi.org/fz>

1. 2. 1. O território como construção e reconstrução dos significados, da existência de nossa língua, costumes e tradições

O território para os Terena representa a continuidade da história, é por meio da garantia de nossa terra que a língua vai continuar viva, pois como experiência própria, juntos preservaremos nossas raízes. Os Terena buscam o nosso direito de serem respeitados e reconhecidos enquanto pessoas que tem a sua cultura específica e diferenciada. Portanto, a Terra para nós significa a vida, a preservação e o revitalizar de toda a cultura. Pois como reza o artigo 231 da Constituição Brasileira de 1988:

São reconhecido aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (p.127)

Na madrugada do dia 21 de outubro de 2009, mais ou menos 150 patrícios terena retomam, pela segunda vez, a fazenda Petrópolis em Miranda. Nós Terena estamos cada vez mais conscientes do nosso direito à terra. No dia seguinte, a retomada contavam com a participação de 300 patrícios. Outro grupo terena na aldeia Buriti, também, retomou suas terras. Essa retomada é

uma maneira de exigir com certa urgência a posição do governo com as questões fundiárias que já vem há muito tempo sendo reivindicadas pelos indígenas. A legislação é clara nas afirmações com relação as nossas questões, isto é, ao direito de sermos diferentes dentro do nosso espaço territorial. Assim, no dia 02 de dezembro de 2009, a comunidade Terena de Cachoeirinha recebe de volta as 12 propriedades ocupadas pelos fazendeiros há séculos. Os Terena não querem enriquecer com a terra, querem viver uma vida digna para continuar a história de vida como povo resistente que continua mantendo viva a sua cultura e a reconquista do território. É de suma importância a manutenção e preservação do ser terena.

1.3. *Kuti itúkovohikoye inúxoti ovâti* (Quem são seus primeiros moradores)

Baseado no relato oral do ancião Felix Candia Antonio, de 90 anos, morador da Aldeia Cachoeirinha, passo a descrever como começou a Aldeia. Para o senhor Felix a Aldeia Cachoeirinha teve seu primeiro líder, ou melhor, seu primeiro *Nâti* o senhor Josezinho Felipe, conhecido pelos terena de “*kali Sîni*” (pequena onça). *Kali Sini* foi um grande líder guerreiro, que lutou muito em favor dos seus patrícios, defendendo-os de seus inimigos e buscando parcerias no cultivo de plantações de roça. Felix coloca que, em 1940, o Cacique Timóteo dividiu Cachoeirinha em setores que são: Morrinho (*Kali Mopô’i*), Argola (*Ákulea*) e Campão Babaçu (*Pû’iti Exáte*), com o objetivo de organizar para melhor atender a comunidade. Roberto Cardoso de Oliveira (1976, p. 71) informa que, de acordo com o senso regional de 1954, a Aldeia Cachoeirinha já contava com 834 habitantes. Nesse contexto a população da aldeia citada continuou aumentando e assim o espaço físico tornou-se cada vez mais reduzido.

O senhor Felix relata que a Aldeia Cachoeirinha começou com 8 pessoas, mas de 1919 a 1920, a Aldeia Cachoeirinha *Mbókoti* já contava com mais de 200 pessoas. Oliveira (1976) confirma esses dados que a Aldeia Cachoeirinha não deixou de aumentar e que, em 1919 estava com 228 pessoas. Aos poucos o número de pessoas foi aumentando. As casas das famílias eram construídas na rua principal da aldeia, que hoje recebe o nome de Avenida Principal, que é o centro da Aldeia Cachoeirinha.

O senhor Felix coloca que a primeira casa construída foi do primeiro *Nâti*, o senhor Vitorino da Silva, conhecido pelos patrícios como Valatae (cacique). Depois foram construídas as casas do Manesinho da Silva; a do Felipe Antonio, pai do Felix; do Joaquim Cipriano, conhecido

como Canderó; do Benedito José; José Marques; Américo Antonio, irmão do Felix; José Leopoldino conhecido como Kiri Mê'um; José Afanhaque e o José Custodeo. Senhor Felix em seu depoimento citou outros nomes dos primeiros moradores que são: Júlio Matias; Pedro de Souza; José Raimundo, pai do cacique atual de Cachoeirinha Cirilo Raimundo; José Timóteo (cacique); Joaquim Salvador; Mané Pedro; João Metelo e José Balbino, sogro de Felix Candia Antonio. Felix conta que tais moradores vieram correndo do *êxiva* fugindo dos índios "ilai": "o meu sogro veio de lá diz Felix". Felix demonstra sua admiração de como os patrícios eram unidos:

Quando eles chegaram aqui, um foi ajudando o outro na construção de suas casas, nós éramos unidos, hoje os jovens e as crianças devem aprender a importância da união na preservação de nossa cultura. Depois que terminou de construir as casas veio a construção da Escola Coronel Nicolau Horta Barbosa, em 1930 a Igreja Católica, construída em 1931 e o Posto Indígena da FUNAI construído em 1943.

O depoimento de Felix é confirmado pelo Elias Antonio da etnia terena de Cachoeirinha, que coloca que a Aldeia, em 1920, não tinha muitos moradores.

1. 4. *Ùkeaku iha Mbókoti* (origem do nome *Mbókoti*)

A aldeia Cachoeirinha conhecida pelo nome de *Mbòkoti*, pelos Terena, que significa corrente de água. Isso porque no século passado, uma corrente de água cortava bem o meio da aldeia. Com o passar do tempo essa água acabou secando. De acordo com depoimento do senhor Felix, havia vários tipos de peixes naquela correnteza d'água, onde as crianças, jovens e adultos pescavam para se alimentar. Além disso, nessas águas a roupa era lavada e pegava-se água para beber em pequenos poços que ficavam ao redor.

1.5 *Kuti itúkovahikoye inúxoti Natina* (Quem foram os primeiros *Nâti* (líderes) de Cachoeirinha)

Segundo o senhor Elias Antonio de 76 anos, da etnia Terena, de Cachoeirinha em entrevista realizada no dia 25 de maio de 2009 ele diz que:

os primeiros líderes ou *nâti* (=líder) foram: sendo o primeiro líder foi o senhor Vitorino, conhecido como *Valatae* pelos patrícios, depois veio o capitão Timóteo, conhecido pelos terena de Cachoeirinha como *Hamikoti*, em seguida o senhor Lino Metelo; o Ciriaco Julio; o Dionísio Antonio; Mario Pedro; Aniceto Julio; Sabino Albuquerque; Izidio Albuquerque; Argemiro Turíbio; novamente o Sabino de Albuquerque; Lourenço Muchacho, que ficou no cargo apenas por dois anos onde o seu vice Cirilo Raimundo assume por mais 2 anos, pois a permanência do *nâti* no cargo são 4 anos. O Cirilo Raimundo concorreu a última eleição onde permanecerá no cargo até ao final de 2009. Na época do Valatae, Timóteo e Lino, os *nâti* eram por hereditariedade, isto é, a liderança era passada de pai para filho.

No contexto atual, os Terena já fazem eleição para escolher seus representantes, que não é mais chamado de *nâti*, nem de capitão e sim de cacique.

É interessante observar as variações lingüísticas que ocorrem com a nossa língua terena, vem mudando conforme o contexto a qual estamos vivendo. Quando se refere ao líder se falava *nâti*, depois veio o termo de capitão. Segundo o índio Terena Elias Antônio, de 76 anos, foi inserido pelo Rondon, pois “Rondon era o Coronel”. Depois veio a palavra “cacique” que o Antônio coloca como linguagem do *Purutuye* (branco) e desconhece seu significado.

1.6 Hiyokénahiko íhae Mbókoti (As danças praticadas pelos Terena de Cachoeirinha)

Quando falo da língua terena não podia deixar de registrar as danças praticadas pelos meus patrícios, pois é através das danças, comidas típicas, crenças e outros costumes como mitos e lendas é que se manifesta os sentimentos de pertencimento a etnia. Quando apresentamos nossos costumes e tradições são linguagens de luta, de manifestação ou de alegria e nelas está a oralidade da língua terena. Isto é, a nossa Língua terena está presente em todas as nossas manifestações culturais, ela que dá sentido ao nosso ser terena. Por esse motivo passo a descrever a seguir as nossas danças, comidas e crenças. As pinturas corporais, as vestes o ritmo da dança, o toque do *pepêke* (tambor) do *étakati* (pife), também, são linguagens da cultura Terena.

1.6.1 A dança do Kohixoti Kipâhi ou Dança do bate pau

A dança do *kohixoti kipahi* ou dança do bate pau, como é interpretada pelo branco, é uma dança tradicional dos homens Terena, sendo que dentro dessa dança aparece o símbolo da

organização tribal, que diferencia o comportamento dos dois grupos: o *Xumonó* e o *Sukirikeonó*. Isto é, uma fileira de *Sukirikeonó*, com pintura vermelha destacada e a outra fileira, o do *Xumonó*, com pintura azul em destaque. O número de participantes é indeterminado. Consta com dois músicos: *Oxoti étakati* (pifeiro ou flautista), *Ixúkoti Pepêke* (que bate o tambor). A mudança das partes da dança, que comentarei a seguir, vai ser conforme o ritmo da música. Às vezes os músicos chamam o grupo a ir para frente ou para trás e assim sucessivamente. A referida dança era apresentada nos casamentos, nas colheitas, na caça, em grande quantidade de pesca, principalmente, na derrota de seus inimigos quando dançavam para expressar a vitória. Hoje essa dança é apresentada somente no “Dia do Índio”, 19 de abril e em algumas vezes nas festas importantes realizadas na comunidade.

Segundo os velhos, os *Xumonó* eram brincalhões, os feiticeiros, os pajés eram os grandes líderes respeitados na comunidade. Alegres e mansos confiavam muito na força de sua religião. Meu pai contava que havia um grande feiticeiro na Cachoeirinha, chamado Xuri, que tanto curava, quanto matava seu inimigo. Esse *Xûri* é conhecido em quase toda aldeia Terena pelos mais velhos. Outro grupo brilhante na dança do *Hiyokexoti kipâe* é o *Sukirikeonó*, classificado pelos velhos como bravos, guerreiros, guardiões da aldeia e que não aceitam com facilidade os não índios como bons amigos.

Roberto Cardoso de Oliveira (1976) cita essa divisão do grupo Terena como metades: *Xumóno* e *Sukirikeonó*. Segundo a pesquisa oral realizada pela professora Ester Silva Sobrinho, com os mais velhos nas aldeias Bananal, Limão Verde e Cachoeirinha, o *Xumonó* pintavam-se com jenipapo para caracterizar sua cor, que é azul, além de outras cores como: cinza (sapé queimado) caracterizado como branco e carvão que simboliza a cor preta.

Quanto ao *Sukirikionó* eram guerreiros, defendiam seus patrícios quando era preciso contra os inimigos. Na dança os *Sukirikeonó* se apresentam como vermelhos e se pintam de terra vermelha, urucum, cinza (sapé queimado) e carvão. As características de cada grupo ainda está presente. Antigamente se vestiam de penas de ema, mas devido à extinção desses animais, as vestimentas mudaram, usando *Hitûri* (bacuri), tanto homens quanto mulheres, ou saco de estopa para as mulheres.

Essa dança apresenta 7 partes, gestos ou passos sendo que cada passo significa uma linguagem:

- 1ª parte: *Kóho* (tuyúyu), simulando uma caçada mudam de passos devagarzinho e com cuidado para não fazer barulho e não assustar a caça e, eventualmente os inimigos poderá surgir antes da caça;
- 2ª parte: *Tokopoti* (encontro com caça ou inimigo);
- 3ª parte: *Sa'íkovoti* (*defende-se de seu inimigo ou caça*);
- 4ª parte: *Isukókoti Tûti* (simulam a luta cabeça com cabeça);
- 5ª parte: *Xuméxoti* (ataque com fecha);
- 6ª parte: *Kounákovope ne alu'okoti* (preparo para levantar o cacique da dança);
- 7ª parte: *alú'okope* cacique (o cacique é levantado para cima pelos companheiros de dança). Ao ser levantado o cacique grita três vezes: Óoo! Cada centímetro de subida ele dá seus gritos e vai subindo aos poucos. Depois do terceiro grito, o quarto, quinto e o sexto são para descer e voltar a dançar junto com seus companheiros. Esse ato de subir significa a vitória! Vencedor!

Quando não é o cacique da dança que sobe é aquele que é corajoso, que lutou em defesa de seu povo e que merece ser exaltado, coroado. Geralmente são dois caciques da dança que sobe para ser exaltado, um cacique do grupo *sukirikeonó* e outro do *xumonó*. Além disso, os dançarinos pedem para uma pessoa subir seja qual for sua posição na comunidade. Se é de luta ou representa alguma entidade em favor dos Terena é convidado a subir como reconhecimento de sua participação na comunidade. Como encerramento da dança, os dançarinos dançam *Putu`Putu* que hoje é conhecida pelos indígenas terena de *Xiputrena*, que é a mesma dança das mulheres.

Nesta dança sempre tem alguém que está dançando pela primeira vez. Então é feito o batismo desse jovem ou criança pelos pais. Coloca-se pano branco no chão e o batizado fica em pé no pano estendido. Em seguida, o cacique faz a recepção e depois é jogado milho, arroz, amendoim e feijão na cabeça do batizado, que significa que foi integrado à comunidade. Naquele dia terá muita fartura, ou seja, a partir deste momento do batizado poderá participar de todas as atividades do seu grupo.

Na dança do século XXI, poucas famílias usam produtos da terra no batismo de seu filho, irmão ou marido. Na maioria das vezes jogam balas, doces e outros. Voltando a refletir sobre as mudanças culturais, está que claro que os Terena eram agricultores por excelência, e que na falta de terra para plantar foram obrigados a mudar de hábitos. Terminado o batismo, a família do batizado chama uma pessoa, geralmente uma idosa para ficar com o pano e passar a usá-lo. É

como se dissesse à pessoa idosa: obrigado pelos saberes que está me passando. É a passagem da responsabilidade pela continuidade da cultura.

Na dança do *Hiyokéxoti Kipâhi* ou Bate Pau para os Terena todos os símbolos ou gestos são grandes marcas de linguagem, e manifestam o fortalecimento da identidade, a qual, em meio aos conflitos sociais e aos enfrentamentos.



Foto 1: Dança do *kohixoti kipahi* ou dança do bate pau. Arquivo da autora.

1.6.2 A dança do *Putu'Putu* ou *Xiputrena*

Há dança do *Putu'Putu* conhecida, como *Xiputrena*, pelos mais jovens, conta com um *oxoti étakati* (tocador de pife) e um *ixúkoti pepêke* (tocador de tambor) e o ritmo da música é única, mas muito convidativo. Participam somente as mulheres, moças e meninas a qual participam com orgulho e entusiasmo. Na minha percepção a dança significa uma manifestação de alegria, tristeza, luta ou manifestação. Dependendo da situação do momento ela tem seu significado. Quando danço é como se algo sobrenatural incorporasse. Não consigo explicar cientificamente, o que sinto no momento da dança. Só sei que aquele momento é algo tão

significativo, expressa todo sentido e significado de minha cultura terena. É esse significado, que talvez, queria que a sociedade não indígena entendesse e passasse a compreender, respeitar e não folclorizar, como fazem em muitas ocasiões de eventos realizados nos Municípios e Estados brasileiros. Meu pai, Brasiliano Elias, contava que, quando iniciava-se a dança dos homens, as mulheres se organizavam para compartilhar os mesmos sentimentos expressos na dança dos homens, seja na luta ou na alegria. Essa prática acontece quando há comemoração especial na comunidade ou no “Dia do Índio”. A relevância dessa dança, tanto para os homens quanto para as mulheres, é a representação da organização política dentro da nossa comunidade. É o marco da nossa especificidade enquanto indígena. O ritual de batismo que é realizado na dança das guerreiras, quando se dança pela primeira vez, é um símbolo de integração nas atividades comunitária da comunidade.



Foto 2: A dança do *Putu'Putu*. Arquivo da autora

1.6.3 *Hiyokéxoti Kali Kámo* (A dança do Cavalinho)

Continuando a apresentação de várias linguagens da cultura Terena, além das danças citadas acima, existe a Dança do Cavalinho do qual participam somente os homens que, também,

usam sinais de luta e vitória. No passado, os dançarinos usavam seu próprio cavalo, treinados para a luta. Até 1990, os dançarinos usavam couro de animal desenhado em forma de cavalo. Na atualidade, os *hóyeno kalivôno* (meninos) usam caixas de papelão desenhado em forma de cavalo, da qual participam somente os meninos da comunidade. Antigamente, eram homens adultos que dançavam, pois, como disse acima, era símbolo de luta e vitória contra os inimigos.

Segundo Elias Antonio, os Terena aprenderam a usar o cavalo com os Kadiwéu na luta contra seus inimigos. Nessa dança também aparece o *Sukirikeonó* e o *Xumonó*. Os *Sukirikeonó* com chapéu e roupas com tiras de pano ou papel de seda vermelho. Os *Xumonó* com tiras de pano ou papel de seda azul no chapéu e na roupa. Depois de vários ritmos de dança com seu cavalo começa a disputa do vermelho com azul, isto é, *Sukirikeonó* com *Xumonó*, cada um com seu cavalo. Há uma apresentação e depois se preparam para acertar o alvo simbolizado por uma argola, que fica na frente. Mais adiante fica um *ixúkoti pepêke* que acompanha a dança como se fosse ritmo de um cavalo a galopar.

Essa dança não conta com *oxoti étakati*, pois usa somente o tambor que simula a galopagem de um cavalo. O ritmo do tambor vai sendo tocado mais rápido como se o cavalo fosse galopando com mais rapidez. O cavaleiro acompanha indo ao encontro de uma argola que fica pendurada no meio de uma corda amarrada. Essa argola representa o inimigo, com uma espada na mão (arma do índio) o dançarino vai galopando seu cavalo mais rápido para atingir o alvo. Neste momento o ritmo do toque do tambor conhecido com o nome de *pepêke* é muito mais acelerado. Se o cavaleiro acertar a argola, dança em frente ao *ixúkoti pepêke* (tocador de tambor), requebrando seu cavalo em sinal de vitória e alegria e volta galopando para o seu grupo. Caso não consiga não há comemoração na frente do *ixúkoti pepêke* e volta normalmente triste para o seu grupo. É assim, sucessivamente, até que todos participem dessa lançada da argola. Ganha o grupo que conseguir pegar argola com maior número de participantes isto é, do grupo *Xumonó* ou *Sukirikeonó*.

As três danças terena, apresentadas com ajuda dos depoimentos dos velhos, apresentam a divisão do grupo terena que é o *Sukirikeonó* e o *Xumonó* que, segundo a Esther Silva Sobrinho, o *Xumonó*, tem como símbolo a pintura azul que significa paz, calma, serenidade e conta com a força espiritual dos Pajés. E o *Sukirikeonó*, vermelho, significa luta, guerra se for preciso ou sangue. Em todas as danças terena sempre há torcida, isto é, quem é da família *Sukiriokonó* torce pelo grupo vermelho e quem é da família *Xumonó* torce pelo azul. Vence aquele que acertar mais

o alvo seja a argola, na dança do cavalinho, ou quem dançar melhor com mais entusiasmo na dança do *Putu'Putu* ou *Xiputrena* e na dança do *Hiyokéxoti Kipãe* ou *Hiyokéxoti Kipahi*.

Sobre a questão de pertencimento ao grupo do vermelho ou azul, é hereditário, sendo passado de pai para filho. Desde pequenina a criança já sabe qual grupo pertence. Existe família que não sabe mais a qual grupo pertence, mas na hora da dança ou quando os membros da comunidade usam seus trajes em momentos especiais ou em sinal de luta, pode-se aderir e integrar em qualquer um dos grupos, sem nenhuma restrição.



Foto 3: Hiyokéxoti Kali Kámo (A dança do Cavalinho). Arquivo da autora.

1.7. Crenças Terena: mito ou lenda ? Para mim é a verdade.

1.7.1. *Inámati Kohê* (A Lua Nova)

Somos diferentes na língua nos costumes e no jeito de ser. Eu terena, tenho a minha verdade conforme a educação que meus pais me passaram. Uma expressão da cultura esta na língua terena. Quando faço o meu benzimento faço na minha língua. Se fosse em outra língua

talvez a lua não me entendesse, por isso faço na minha língua terena. O Referencial Curricular para as escolas indígenas coloca:

O homem usa a linguagem para expressar seus pensamentos, suas emoções e sentimentos, seus sonhos, seus desejos e intenções; pode usá-la para convencer e para construir discursos políticos; para fazer poesias, descrições e relatos. É a linguagem, também, que nos permite criar narrativas, cantos, rezas e mitos, espaços onde buscamos dar sentido a nossa própria existência RCNEI (2005, p. 113).

Todo mês acontece a lua nova. Na minha família, quem vê primeiro a lua nova, vai avisando o outro e lá vamos nós se posicionando em direção a lua nova para a gente se benzer. É uma força sobrenatural que existe na lua que somente os terena compreendem. Força e proteção são o que a lua nova traz. Essa crença me marcou muito, pois meus pais faziam todo mês essa prática, isto é, nos benzia e com isso ficávamos protegidos de todo mal e de qualquer tipo de doença. No contexto atual da Aldeia Cachoeirinha, poucas pessoas fazem, somente os mais velhos. Eu e meus irmãos praticamos o que nossos pais nos passaram e ensinaram e assim, fazemos com nossos filhos para que eles possam continuar dando significado naquilo que marcaram nossa cultura no passado. Meu irmão Moisés de 65 anos de idade conta que quando pequeno, era uma festa na aldeia no momento que aparecia a lua nova, pois toda comunidade, crianças, jovens e adultos saiam de suas casas para rua, com seus gritos de alegria ao mesmo tempo pedindo proteção para consigo e para toda a comunidade. Na língua terena esse ritmo de grito se chama *ITAVÁVAKOTI* (gritos todos juntos).

1.7.2 O Purungueiro (Ohókoti)

Os Terena acreditam também, no purungueiro, aquela pessoa que todo ano na quinta-feira véspera da sexta-feira santa passa noite toda cantando com seu purungu e com seu *kipâhi* (feiches de penas de ema) invocando ao vento, ao sol, lua e as estrelas. Cada purungueiro tem seu canto, conforme depoimento oral do idoso Antônio Muchacho, o purungueiro da Aldeia Cachoeirinha, a pessoa tem que sonhar com seu canto, para depois cantar durante a cerimônia. Antonio, ainda acrescenta, que nem todos têm o dom de ser purungueiro. O canto dele é para pedir proteção para si, para sua família e para toda a comunidade.

Quero frisar, que o canto é na língua terena. É um canto emocionante e suave. Todos os que participam se assentam ao redor do purungueiro, ouvindo e respeitando a cerimônia. Quando participo dessa cerimônia, começo a refletir sobre o que as religiões significam para os Terena na aldeia. Elas chegaram trazendo normas e formalidades, condenando esses nossos costumes. Chego à conclusão, que o que nós respeitamos é o nosso purungueiro e os nossos pajés. Observo por exemplo, quando estou numa igreja, quem se comporta é somente os mais velhos. As crianças e os jovens facilmente se distraem, talvez porque não entendem as formalidades. Ainda durante a caminhada, notei que as pessoas, independente de idade, quando chegam à casa do purungueiro ou do pajé, assistem em silêncio.

Qual a função da religião e a escola nas comunidades indígenas? É para integrar-nos a sociedade ou para revitalizar toda nossa cultura?

É importante os professores indígenas refletirem com os nossos alunos o papel e o valor que os nossos purungueiros representam para o fortalecimento de nossa identidade Terena. O purungueiro é aquele que reza pela comunidade e fica preocupado com a organização social da aldeia em todos os aspectos. Além do purungueiro existe a figura do pajé, aquele que benze e cura um doente, faz remédio caseiro se for preciso, também usa purungu, mas ele é diferente do purungueiro, porque este canta e reza por toda a comunidade e o pajé só cuida dos seus pacientes. Esse relato é baseado na minha participação na vida de minha comunidade e no meu diálogo com os velhos.

1.8. Nika Terena (Comida Terena)

Como foi colocado acima, falar de alfabetização na língua materna e refletir sobre as mudanças ocorridas no contexto cultural e sua função social, não poderia deixar de registrar, também, outra parte de nossa cultura Terena, que é a nossa alimentação. Os velhos continuam fazendo nas práticas o *híhi* (alimento com massa de mandioca ralada e espremida no pano, sem nenhum tempero, que é cozido na água). *Lapâpe* (feita com a mesma massa de mandioca, que é aberta como se fosse uma massa de pizza e depois que colocada numa frigideira quente em poucos minutos está pronta, não contém nenhum tempero). *Pôreo* (É um tipo de bebida Terena feita com o caldo da mandioca cozida, sem tempero). *Râmoko* (farinha de mandioca que não pode faltar na mesa dos índios Terena).

No contexto atual, a alimentação é bem diversificada, pois muita coisa foi aprendida com os *purutuye* (branco). Antes a carne que nós tínhamos na mesa era a de animais ou peixe, arroz colhido da roça, como também o milho, feijão e outros. Infelizmente hoje, poucas pessoas cultivam roças entre os Terena. Para isso a demarcação de mais terras é fundamental para a subsistência das comunidades indígenas. *Enepo vitapâ ne poké' exa ûti, énonemo xuná' iyea ne vemó' u, vo'oku ákonemo vitáhinea* (Quando a gente conseguir de volta a nossa terra, a nossa língua será forte, porque daí não nos separaremos mais). Só então será possível dar continuidade aos costumes praticados pelos mais velhos, pois os jovens já têm outra visão de mundo, pensam numa outra oportunidade na sociedade e têm a educação como solução para outro tipo de vida. Penso que a educação seja de grande importância, mas a educação escolar indígena, também, é fundamental, não só para preparar os jovens, mas, também, para manter viva a cultura.



Foto 4: *HÍHI* (feito com massa de mandioca). Arquivo da autora.

1.9. *Èxetina emó' u* Terena (História de língua terena falada pelos Terena da Aldeia Cachoeirinha).

Cachoeirinha é uma aldeia com maior número de pessoas falantes de língua terena e que preservam maior parte de suas tradições e costumes. Apesar de deparar com pais falando a língua

portuguesa com seus filhos, o número de falantes ainda é maior, mas, nitidamente, notam-se as variações lingüísticas. Para Rodrigues (1985), as línguas estão sujeitas a um grande número de fatores de instabilidade e variações que determinam nelas fortes tendências a constantes alterações. O autor explica que essa tendência é conseqüência de uma necessidade de mútuo ajuste entre os indivíduos de uma mesma comunidade social, ajuste sem a qual não se cumpriria a finalidade básica da língua, que é a comunicação explícita, o quanto possível.

Essas variações acontecem tanto da língua terena para a língua portuguesa (empréstimo da língua) ou de língua terena para terena. Em 2009, elaborei um levantamento na escola de Cachoeirinha, por meio do qual constatei que o número de falantes da língua terena numa sala de aula entre 20 a 25 alunos, apenas dois ou três alunos têm a língua portuguesa como primeira língua. Apesar dessa realidade, a Aldeia Cachoeirinha ainda é vista como referência na preservação de língua materna e de aspecto cultural relevante, mas que não deixa de ser preocupante. A mistura de língua terena com a língua portuguesa é muito marcante na fala, dos jovens e crianças. Essa realidade traz bem clara a ausência de uma política lingüística para a língua terena. Com isso, a adaptação da língua terena para a língua portuguesa está ocorrendo freqüentemente, pois a presença das inovações tecnológicas está presente no dia a dia das crianças e dos jovens. Pode-se notar que alguns professores terena, usam a língua portuguesa para com os seus filhos.

O não uso da língua materna por parte desses professores é justificado pela não valorização da língua terena e pela falta de política lingüística, o que faz com que a língua seja desvalorizada e por isso a opção pelo uso do português. Porém, mesmo falando o português com os filhos, na escola esses professores defendem o uso da língua materna e acreditam que a mesma deve estar em primeiro lugar.

Cabe ressaltar que, mesmo sem uma proposta pedagógica voltada para o uso e ensino da língua materna de forma interdisciplinar, esses professores, quando estão em sala de aula, recorrem à língua materna, tanto na oralidade como na escrita, para facilitar a explicação e compreensão do conteúdo. Na minha experiência como professora do 4º ano do ensino fundamental, tenho vivenciado esse fato com meus alunos, pois é comum perguntarem se na resposta da atividade é necessário o uso do português ou se a resposta pode ser dada em terena. Diante disso, acredito que seja mais fácil para os alunos compreenderem o conteúdo quando utilizam a língua materna ao invés do português.

A língua é fundamental na expressão cultural. Isso é bem visível entre os velhos da comunidade. O único pajé que temos na Cachoeirinha, seu canto invocando o seu pássaro ou a natureza é expresso na língua terena, sem nenhuma mistura com a língua portuguesa. Daí pode-se entender o desaparecimento de muitas tradições terena porque a língua está desaparecendo. Ou, melhor, a língua esta perdendo seu valor, somente esta presente nas manifestações culturais ou na comunicação oral. Na comunicação oral, podemos aportuguesar o Terena que será entendido do mesmo jeito, ou seja, não há preocupação em manter viva a língua terena, pois na escola não precisa usar e na sociedade não indígena nem se quer faz o uso de língua Terena.

Como falante de língua terena e como pesquisadora trago no quadro abaixo algumas palavras que estão se modificando conforme a nova geração terena. O quadro traz os dois contextos das mudanças lingüísticas de língua terena, isto é, de terena para terena e de língua terena para a língua portuguesa. Quero mostrar a preocupação com relação as mudanças lingüísticas que vem ocorrendo com rapidez com relação da língua terena para a língua portuguesa. Enquanto que, com relação as palavras de língua terena para a língua terena não ocorrem com a mesma facilidade.

TABELA 01 - MUDANÇAS DA LINGUA TERENA

LÍNGUA TERENA PARA LÍNGUA TERENA		LÍNGUA TERENA PARA A LÍNGUA PORTUGUESA	
Linguagem dos velhos	Linguagem dos jovens e crianças	Ihikaxovoti (aluno)	aluno
<i>Evé'okovoti</i> (pessoa esperta)	<i>Xeméketi</i> (pessoa esperta)	<i>Ihikaxoti</i> (professor)	professor
<i>Xe'o koêti</i> (parar em pé)	<i>Exe'ókoti</i> (parar em pé)	<i>Kopútoe tapí'i</i> (ovo)	ovo
<i>Njolopíxovotiko</i> (vou descansar)	<i>Omómingotiko</i> (vou descansar)	<i>Ihikaxovokuti</i> (escola)	escola
<i>Mône</i> (estou com sede)	<i>Epékonuti une</i> (estou com sede)	<i>Úne</i> (água)	água
<i>Yuporoheôti</i>	<i>Uhe'ókoti</i> (costurar)	<i>Hóyeno tapí'i</i> (galo)	galo

(costurar)			
<i>Yava poké'e</i> (senta-se)	<i>Ivétaka</i> (senta-se)	<i>Hékere</i> (estrela)	Estrela
<i>Leve koêti</i> (foi a pé)	<i>Levékoti</i> (foi a pé)	<i>Kohê</i> (lua)	Lua
<i>Nâti</i> (líder) Capitão (líder)	Cacique (líder)	<i>Úko</i> (chuva)	Chuva
<i>Xulúpaki</i> (obrigado(a))	<i>Aínapo yáko</i> (obrigado(a))	<i>Ahikovoti</i> (banho)	Banho
<i>Álunoe</i> (moça)	<i>Árunoe</i> (moça)	<i>Hokómori</i> (lixo)	Lixo
		<i>Noixeovoketi</i> (espelho)	espelho

Assim poderia colocar vários exemplos de mudanças ou variações lingüísticas de terena para terena e de terena para português. Mas o que quero frisar é que os patrícios Terena de Cachoeirinha vem mudando seu contexto lingüístico. Isso envolve as questões culturais no qual se deve ressaltar a relevância do papel da escola ou da comunidade na reconstrução de sua língua. Falo de reconstrução porque muitas palavras são oriundas das novas tecnologias. Isto significa que precisam ser criadas palavras em terena para sua identificação.

A seguir colocarei as propostas de construção dessas palavras feita pelos jovens da Aldeia Cachoeirinha. Nesse contexto é visível a transformação da língua. Porém, mesmo com as mudanças, a língua não deixou de ser um elemento importante na comunicação entre os Terena. Por meio da língua, nos identificamos como Terena, é um meio que usamos quando estamos juntos com a família e com a comunidade. No que se refere a concepção com relação a essa língua, os terena já apresentam outro discurso. Os educadores assumem papel fundamental nesse diálogo com a comunidade, no sentido de colocar na prática dentro do currículo escolar a língua terena como primeira língua da criança.

Mas, para que isso de fato aconteça, é preciso que a iniciativa do professor, o apoio da comunidade, seja respaldado pelo o governo, pelas entidades responsáveis pela educação escolar indígena nas aldeias e que façam investimento na formação do professor indígena, como, também, na elaboração do material didático e na construção de uma escola que possa atender as

especificidades de cada cultura indígena. Para isso, queremos uma escola intercultural, isto é, a inclusão dos dois conhecimentos: do nosso e do não índio. Essa questão Bessa Freire coloca:

Queremos que a escola promova tanto a oralidade como a escrita em língua indígena para que possamos descobrir e valorizar nossos próprios conhecimentos, nossas tradições e os saberes dos anciãos. Queremos ler e escrever bem em nossa língua e em português. (2009, p.02).

É a partir da escola que os nossos valores serão conhecidos e valorizados, mas enquanto estiver pautado nos interesses dos partidários políticos, e nos cargos de confiança dos diretores indígenas, os jovens e crianças indígenas continuarão a não se auto-afirmarem como indígenas.

Por muito tempo foi defendida a idéia de que era necessário ter contato com a sociedade não índia, e, para isso, era necessário ter o domínio da língua majoritária, o português. Muitos pais acreditam que seus filhos precisam aprender português para se defender na sociedade. Acredito que essa idéia deve ser revista. Não quero dizer com isso que devemos desvalorizar o português. Ao contrário, os Terenas já estão em pleno contato com a língua portuguesa. Eles aprendem todas as regras gramaticais, durante o decorrer dos anos escolares. Quero dizer que a língua terena deve ocupar papel principal na comunidade, ou seja, não se deve discutir qual língua é melhor. A língua materna deve ser valorizada e ter um espaço dentro do currículo escolar, desde a educação infantil. Assim os professores indígenas, independente de serem ou não professores de língua terena, podem fazer o uso dela dentro da sala de aula.

Os pesquisadores têm que reverter o teor do seu discurso: Os *purutuyes* (não indígena) têm que aprender a língua indígena para entrar em contato com o indígena. A mesma precisa aparecer no currículo das escolas públicas para que possa ser reconhecida e respeitada. O índio tem orgulho quando é valorizado nas suas diferenças. Penso que é preciso refletir a palavra de um índio quando coloca: “ensinar na língua terena, meu filho já fala, para quê aprender”. Essa é a visão de alguns pais sobre a alfabetização na língua terena. Acredito que isso ainda seja reflexo do contato e da valorização do português em relação à língua indígena.

Assim, vejo que é necessário um trabalho de resgate e valorização da língua materna. É preciso que todos os envolvidos no processo de educação escolar indígena lutem para uma mudança na forma de ver a língua terena na escola. Pois de acordo com o RCNEI

Para que a língua portuguesa se tonasse a língua de maior poder lingüístico e, por isso, a língua oficial do país, foi preciso que ela lutasse contra as línguas indígenas, numa guerra lingüística que começou há muitos anos e que

continua até hoje... Uma das maneiras utilizadas por falantes de línguas dominantes para manter o seu poder lingüístico é demonstrar desprezo pelas línguas minoritárias. Isso faz com que os falantes das línguas indígenas passem a se envergonhar de suas línguas, passem a ter atitudes negativas em relação a elas, terminando por abandoná-las. No entanto, essas afirmações, como esclarecem os lingüistas, não têm nenhum fundamento científico... Não existe língua primitiva. Toda a língua é completa, rica e serve plenamente para todos os usos que dela se queira fazer. A inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o *status* de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira (2005, p. 117/8).

A língua portuguesa domina a língua minoritária (RCNEI 2005), ocupando espaço, fazendo com que a língua terena seja desvalorizada pelos próprios patrícios. O filho de um Terena, “precisa aprender a língua portuguesa” porque o que ele “é”, não tem significado para a sociedade. O que vale no mundo não é o que você é, mas, sim, a aparência.

Mexer com a língua é mexer na casa de formiga (BESSA, 2009). Essa expressão do professor Bessa Freire durante a realização de uma oficina no Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, em março de 2009, me marcou muito. Ao falar de minha língua terena, seja na alfabetização ou em contexto atual dos Terena da Aldeia Cachoeirinha, deparo com situação semelhante quando os professores propõe uma metodologia diferenciada com relação à língua terena. A sua aceitação, tanto por parte dos poderes públicos, impondo tanto obstáculo, reflete a “não” aceitação dos patrícios terena. Pregar é fácil, difícil é deixar-se picar por formigas no enfrentamento dos desafios na construção da escola indígena diferenciada. Segundo Bessa Freire (2009), a língua é a raiz de uma cultura onde não há como falar de língua sem refletir em todo contexto cultural, seja na língua propriamente dita, seja nos costumes e tradições.

Nós, Terena, estamos passando por várias transformações, nas vestes, nos costumes, nas tradições e na língua. Antes os antigos usavam *xiripa*, feito com linha de algodão. Segundo o relato oral da Terena Paulina Correa, 60 anos, o *xiripa* era para o uso dos homens e das mulheres, ele cobria somente a parte íntima. Os mais jovens usam roupas comuns, igual do não indígena. Com esse modo de ser, os Terena são interpretados como não indígena. Quero dizer com isso, que posso me vestir igual ao branco, mas o que vale é o que sou na realidade, índia ou índio Terena.

Convivendo com crianças de 6 a 7 anos, na Aldeia Cachoeirinha, observei que estas já criaram outras maneiras de se comunicar. Entre elas usam: *Yéxoa* fulano (a)? A palavra *yéxoa* significa você conhece? Mesmo que aquela pessoa faz parte da família a criança faz a pergunta antes de falar de uma pessoa: *yéxoa*? Na idade de 10 a 15 anos, em diante, quando se refere a uma pessoa, não faz a pergunta, usa-se um pronome ou um artigo: *enepone* aquele (a) ou fulano (a). Isto significa que a palavra *enepone* está sendo substituída pelo *Yéxoa* pelas crianças.

Outra palavra observada entre os jovens: na minha geração ao cumprimentar o outro nós falamos: *nakeyeye* ou *mbiu kôe*? Como vai ou tudo bem? Os mais jovens, ao se cumprimentarem usam: *mása*? Para eles, é o mesmo significado do *nakeyeye* ou *mbiu kôe*? Talvez é a gíria de língua terena, mas já aportuguesada, pois é quase igual a palavra massa de tomate, massa de bolo e outros. Diferente do significado de massa de bolo, de tomate, na língua terena a palavra massa refere-se ao cumprimento “tudo bem?”

Palavras em terena com relação aos pronomes de tratamento foram usadas entre os Terena. Na minha infância e juventude era muito comum e que as gerações novas já deixaram de usar como: *âti* palavra, usada tanto pela mulher quanto pelo homem para referir-se a irmã mais nova ou irmão mais novo; *úte* palavra usada pela mulher quanto pelo homem para se referir à irmã mais velha; Quando o homem se refere a sua irmã, prima, ou por consideração e respeito pela moça, ou mulher usa a palavra *têno*; A palavra *únaem* é usada pela moça ou mulher quando se refere ao seu irmão, primo ou em consideração pelo homem; *Léle* palavra usada pelo homem quando se refere ao seu irmão mais velho; *ôtu* significa meu avô se referindo ao próprio avô ou aos velhos da comunidade. Antes ninguém sabia o nome de ninguém, pois todo mundo se tratava como se fosse irmão ou parente. Na atualidade, todos os Terena, exceto aquelas pessoas idosos (as), já se identificam pelo nome legítimo. Com relação. a essa história relatada por mim sobre o contexto da língua terena do antes e depois, Meliá (1978, p. 77) coloca que:

Uma língua tem uma história. Palavras e modos de dizer envelhecem e morrem. A língua se realimenta continuamente com novas experiências. A sua história não está desligada dos fatos sociais que ela vive. A língua, que é uma representação do espaço vital, é também o modo de vivê-lo socialmente, com todas as suas mudanças históricas. Nas línguas indígenas as diferenças de classes sociais apenas se fazem sentir, mas elas apresentam muitas vezes significativas diferenças culturais. Por exemplo: a língua das mulheres difere da língua dos homens. Outro exemplo: a língua ritual é diferente da língua coloquial.

É nesse contexto que a história da língua terena deve ser refletida enquanto fator principal na existência e revitalização histórica do povo Terena.

1.10. *Èxetina Ihikaxovokuti ya Mbókotike* (História da escola da Aldeia Cachoeirinha).



Foto 5: Escola Municipal Indígena Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa. Arquivo da autora.

A escola indígena de Cachoeirinha, Coronel Nicolau Horta Barbosa, até 1991 estava sob a coordenação da FUNAI, passando depois a responsabilidade para a Secretaria Municipal de Miranda, em 2002. Para relatar sua história, buscamos o depoimento oral do senhor Felix, o qual relatou que a construção da escola começou em 1929, sendo inaugurada em 1930. As primeiras professoras foram as senhoras Odete esposa do Chefe do Posto e sua sobrinha Inês. Em 1991, tive a oportunidade de ouvir relato do meu pai Brasiliano Elias, que foi um dos alunos das respectivas professoras. Ele contou que as aulas começavam as 10:00 horas da manhã e iam até as 11:00 horas. Era apenas uma hora de aula todos os dias. Ele me disse, admirado, como os *purutuyehiko* (brancos) faziam de conta que nos ensinavam. Mas, mesmo assim, conseguiu aprender a ler e escrever.

Até 2001, a escola Coronel Nicolau Horta Barbosa era extensão da Escola Municipal Rural Pólo Raimundo dos Santos, que fica em Duque Estrada, Município de Miranda. Com o Decreto nº 1.262, de 26/08/2002, a Escola de Cachoeirinha passou a ser Escola Municipal Pólo Indígena Coronel Nicolau Horta Barbosa. Esta criação baseou-se nos direitos que a Constituição Brasileira, de 1988, garante aos povos indígenas uma educação escolar indígena diferenciada, intercultural e bilíngüe. Implantou em todas as escolas indígenas da região de Miranda/MS o ensino de língua terena, como qualquer outra disciplina, como se fosse a segunda língua dessa comunidade. Continuou prevalecendo o ensino da língua portuguesa na alfabetização, como se a primeira língua da criança terena fosse a língua portuguesa.

A organização escolar, de acordo com o Regimento Interno de Escola, é da seguinte forma: Diretor, Coordenador Pedagógico, Associação de Pais e Mestres, Secretário, Auxiliar Administrativo, Corpo Docente, Zelador e Merendeiras. Todos os professores do ensino de Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental são indígenas. No Ensino de 6º ao 9º ano, a maioria são professores não indígenas.

Quanto à estrutura física, a escola funciona no antigo prédio da FUNAI que precisa urgentemente de uma reforma e não tem mais condições para funcionamento. A antiga Escola tem 02 salas de aula que são escuras. Não há iluminação adequada, prejudicando a visão dos alunos. As salas encontram-se com pinturas apagadas e paredes rachadas. Nunca houve reforma dessa escola. De 2004 a 2006, foram construídas 04 salas de aula, sendo 2 salas pela Prefeitura Municipal de Miranda e 2 salas construída pelo Governo do Estado, próximo do prédio da escola. O número de alunos cada ano aumenta e as salas de aula nunca foram suficientes para atender a demanda.

Perto do mesmo prédio há um vestiário da quadra de esportes da comunidade, onde, também, funciona uma sala de aula sem ventilação, imprópria para um bom rendimento de aprendizagem.

Até no segundo semestre de 2009, funcionavam mais 03 salas emprestadas: 01 na igreja UNIEDAS, 02 salas no Posto da FUNAI, o qual, recentemente, pela força da natureza, acabou caindo uma árvore em cima, desabando a metade do prédio. Há, também, a Escola Manuel José Caetano com mais duas salas de aula perto do Posto de Saúde, prédio antigo, também, precisando de reforma. As salas mencionadas não comportam todos os alunos.

Com o movimento de professores e lideranças de Cachoeirinha, o Ensino Médio ganhou 12 salas de aula construídas pelo Estado, inauguradas no ano de 2009. Em convênio com o Município de Miranda, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul cedeu 5 salas de aula para as séries iniciais, amenizando, assim, o problema do espaço físico não resolvido, totalmente. Os alunos do Município continuam espalhados nos espaços, um longe do outro, dificultando, assim, o acompanhamento pedagógico.

No período vespertino, a Escola Indígena Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa funciona do Ensino Infantil ao 5º Ano do Ensino Fundamental. Já no período matutino funcionam 09 salas de aula do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Pelo que observo as salas de aulas estão sendo construído por etapa, o que não atende à demanda. A associação de professores, junto com liderança, fez reivindicação de uma escola com 12 salas de aula, que seria ideal para o ensino de qualidade. A educação intercultural dos alunos indígenas terena precisa de local para trabalhar os dois conhecimentos, isto é, um espaço intercultural.

A Escola Municipal Pólo Indígena Coronel Horta Barbosa conta com 833 alunos desde o ensino infantil até ao 9º Ano, incluindo os alunos da EJA. Com o Ensino Médio teremos, aproximadamente, 1.100 alunos e um corpo docente com 06 professores não indígenas e 39 professores indígenas.

A escola possui seis extensões, sendo: Escola Manuel José Caetano, localizado na Cachoeirinha (*Mbókoti*) Escola José Balbino (*Pú'iti Exáte*), na Aldeia Campão Babaçu, Escola Felipe Antônio, na Aldeia Argola (*Ákulea*), Escola Luís Raimundo, na Aldeia Morrinho (*Kali Mopô'i*), Escola Alexandre Albuquerque, na Aldeia Lagoinha (*Lâvona*), a comunidade da Mãe Terra (*Enôti Poké'e*) lugar retomada por nós Terena, em 2005.

Sobre a estrutura física, o prédio da Escola Municipal Indígena Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa, contém: 01 cozinha, 02 merendeiras: Enedina e Malisa, 04 banheiros, sendo: 02 para atender os professores e os demais funcionários e 02 para os alunos da escola, 01 sala para direção e não há sala para a coordenação, 01 secretaria e 01 mini biblioteca, onde os professores utilizam para elaborar suas atividades e seus de planos de aula e 01 quadra de esporte coberta que atende à escola e à comunidade. A escola possui dois computadores; 01 na secretaria e 01 na sala do diretor, 01 televisão e 02 mimeógrafos. Os alunos utilizam computadores no centro comunitário.

Nas salas extensões: Escola Manoel José Caetano há 02 salas de aula, 02 banheiros, sendo: feminino e masculino para alunos e professores e 01 cozinha. Na escola Luiz Raimundo na Aldeia Morrinho consta 02 salas de aula, 02 banheiros masculino/feminino, 01 cozinha, 01 geladeira e 01 merendeira. A Escola Felipe Antônio na Aldeia Argola possui 04 salas de aula, 03 banheiros, sendo: 02 deles para uso dos alunos e 01 exclusivo para funcionários, 01 cozinha, 01 sala de informática e 01 merendeira. A Escola José Balbino na Aldeia Campão Babaçu tem 03 salas de aula, sendo 01 sala no centro comunitário, 02 banheiros, 01 cozinha e 01 merendeira. A escola Alexandre Albuquerque na Aldeia Lagoinha possui 02 salas de aula, 02 banheiros, 01 cozinha e 01 merendeira. A escola “Mãe Terra” funciona com 04 salas de aula, sendo 02 salas no período matutino e 02 salas no período vespertino. No período matutino, funciona da Educação Infantil ao 2º Ano, com a professora Maria Belizário. No período vespertino funciona de 3º a 5º Ano com o professor Sebastião Rodrigues. A escola funciona mais 02 salas da EJA.

Desde a criação da escola pólo, a gestão tem sido ocupada por indígenas. No período de 2002 a maio de 2004, o Profº. Elizeu Lindolfo Sebastião foi o primeiro diretor indígena a assumir a gestão. A partir de agosto de 2004 até ao final de ano letivo, o prof. Genésio Farias entrou como diretor interino.

No período de março a julho de 2005, ficou sob a responsabilidade do secretário da Escola Marcolino Joaquim, até que nomeasse o novo diretor. Em 2005 a 2006 fiquei como coordenadora pedagógica da escola. Em agosto de 2006 foi nomeado o professor Edilson Antônio Pedro como novo diretor, que continua no cargo até o presente momento.

A comunidade, junto com liderança e professores, baseado no artigo 231 da Constituição de 1988, que afirma: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo á União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” propôs uma eleição para o diretor onde teve quatro candidatos. A comunidade apresentou o meu nome para as eleições. Fui eleita com maior número de votos.

Quando o resultado da eleição foi apresentado ao órgão público não foi reconhecida. Eles alegaram que todos os diretores são cargos de confiança. A comissão de professores, junto com a liderança, levou a questão ao Ministério Público que, também, não teve resultado.

O funcionamento dessa escola quanto ao seu currículo segue o modelo que a Secretaria Municipal de Educação elabora. Um modelo acabado, unificado sem nenhuma diferenciação nos

seus conteúdos com relação à especificidade indígena. Principalmente no tocante à língua, a qual deveria ser preservada e respeitada enquanto caminho para o desenvolvimento cognitivo da criança na sua aprendizagem (AUTOR/ANO/P.).

Não se pode mais pensar uma sala no fundo de quintal quando se refere a uma comunidade indígena, pois, nós os indígenas Terena ou outras etnias também acompanham as transformações sociais, e nessa mudança que começa o questionamento com relação as suas raízes com isso desconstruindo sua identidade.

1.11 *Èxetina ra nyúdoe: Na koeti ihikaxinovo yutóxea yoko yúhoikea ya emó'u Terena?* (História do meu projeto de pesquisa: Porque alfabetizar na língua terena?)

Para mim a língua ela é marca de nossa diferença de nossa identidade. Sou índio terena, mas não falo idioma, morei em Cachoeirinha que fala idioma, não participava de bate-papo e era desconfiado dos diálogos em minha volta. Vivia fora da realidade de minha origem. Relacionava-me com pouca parte da comunidade que falava português. Resumindo: deixava-me desconfiado e não existia interatividade. (Gilson Manoel Sobrinho, indígena Terena, 53 anos de idade).

No período de 2005 até julho de 2007, a escola estava sob minha coordenação pedagógica e tive a oportunidade de elaborar o projeto de alfabetização na língua terena: *Yuhó'ikoti yoko Yutóxoti ya Emó'uke* Terena (ler e escrever na língua terena). Foi um grande desafio, pois os professores e alunos se envolveram na pesquisa, consultando os mais velhos para elaborar seus conteúdos na língua terena dentro de cada disciplina, seja de Artes, Geografia, História, Ciências e Matemática. No final do projeto, foi elaborada uma cartilha de alfabetização na língua terena. A seguir contarei mais detalhada a História desse projeto, pois foi a partir dele que nasceu o tema de minha pesquisa de mestrado.

A experiência adquirida nesse período de coordenação foi um grande passo na construção de autonomia do povo Terena, a qual também me trouxe uma grande inquietação com relação ao ensino aprendizagem das crianças e da nossa identidade enquanto Terena. A mudança percebida no uso da língua terena me levou a buscar uma resposta com relação ao ensino dela. O que a comunidade pensa sobre o ensino de língua terena na escola? Como perceber a importância de seu uso no dia-a-dia e a função que essa língua nos revela ao fazermos a utilização dela em meio

a nossa sociedade terena? Qual é a sua função enquanto sentidos e significados quando fazemos uso dela no meio da “sociedade não indígena”? Por meio da pesquisa, busco junto aos patrícios Terena, construir outro olhar, uma nova postura política com relação a nossa língua para que a mesma seja incluída no currículo escolar não como uma fantasia romântica que enfeita o currículo escolar, mas que seja reconhecida como raiz e significado de toda nossa cultura terena.

Esse projeto é resultado do diálogo com os professores e pais, no sentido de buscar uma solução das dificuldades apresentadas pelas crianças na sua aprendizagem, isto é, na sala de primeira série encontravam-se crianças com 04 e 05 anos. Sempre ao chegar o final do ano letivo a repetência acontecia.

Recém tinha concluído o curso Normal Superior Indígena pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/UEMS – Campus de Aquidauana. Durante o curso sempre refletimos as questões indígenas. A língua materna era colocada como instrumento primordial na alfabetização da criança nos seus primeiros anos escolares. Comecei então, fazer reunião e reflexões com os educadores a fim de levá-los a questionar sua posição com relação àquelas crianças que tinham dificuldade de aprendizagem, ao mesmo tempo, trazendo discussão com base em teóricos da educação escolar indígena, entre eles Meliá (1978), que escreve sobre a alfabetização na língua indígena.

As reflexões levaram os estudantes do curso a perceber a importância da língua enquanto condutor de todo conhecimento indígena, de maneira especial, a língua terena como caminho na aquisição de novos conhecimentos. Após vários estudos, comecei a organizar reuniões com os pais, com objetivo de refletir sobre as dificuldades apresentados pelos seus filhos em acompanhar os conteúdos ministrados na língua portuguesa no dia a dia na sala de aula.

Sem menosprezar o ensino de língua portuguesa, mas que a mesma seria incluída no 2º ano do Ensino Fundamental. Os pais concordaram com o projeto: *Yuhó'ikoti Yoko Yutóxoti Ya Emó'uke* Terena (Ler e escrever na língua terena).

O estímulo para a elaboração desse projeto foi o alto índice de repetência, pois algumas crianças repetiam de 04 a 05 anos a alfabetização. O projeto além de facilitar o processo de ensino aprendizagem serviu também para a construção da identidade Terena de alunos e professores.

Começa então, uma nova experiência dos alfabetizadores enfrentando a falta de material específico na língua, mas muito animados planejando e construindo junto com os alunos o seu

material na expectativa de que o ensino na Aldeia Cachoeirinha será de qualidade esperando resultado melhor na aprendizagem das crianças. Nesse sentido, com base na legislação educacional, buscou-se trazer para a sala de aula a prática do ensino na língua terena.

A Constituição de 1988, em seus artigos 210, 215, 231 e 232, garante aos povos indígenas o direito e o respeito à organização dentro de sua cultura, o direito à terra e aos processos próprios de aprendizagem e ao uso da língua materna. As garantias na área da educação foram normatizadas pelas seguintes leis: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96 (LDB) em seus artigos: 26, 32, 78 e 79; Plano Nacional de Educação lei 10.172-09/01/2001; Parecer 14/09/99 que fundamentou a Resolução CEB 03/99 do Conselho Nacional de Educação de 10/11/99; Decreto Presidencial 5.051, de 19 de Abril de 2004, que promulgou a Convenção 169 da OIT.

Segundo Meliá (1978), as crianças indígenas devem ser alfabetizadas na sua língua materna, pois será mais fácil a sua adaptação para a língua portuguesa. Desde que foi implantada a Escola Pólo Indígena na Aldeia Cachoeirinha, o ensino de língua terena iniciou no currículo a partir de 2002. Até o momento não paramos para fazer auto-avaliação do sistema de ensino, os quais estavam submetidos a cumprir.

Pensar na implantação do ensino da língua na alfabetização é ter certeza dos desafios que serão encontrados tais como: a falta de material para suporte do professor e para o aluno, o não domínio da escrita da língua terena por parte de professores terena, tendo como um de seus principais desafios o não domínio do sistema de acento das palavras e sua representação e outros problemas relacionados à escrita³.

Outro desafio refere-se aos pais, pois nem todos concordaram com o projeto: Alfabetizar na língua terena. Nesse aspecto, até mesmo entre os professores houve aqueles que afirmaram que a língua já é falada entre as crianças e o porquê aprender, se na sociedade não tem valor. Mas a maioria aceitou a proposta, com isso afirmamos a ideia de que todo trabalho na escola fosse construído coletivamente. Penso que a construção de educação escolar indígena diferenciada a comunidade deve ser ouvida, que conteúdos devem ser incluídos no currículo escolar das aldeias. Esse currículo tem que ser diferenciado, intercultural e bilíngüe, como consta na legislação educacional. Os impasses encontrados na educação escolar indígena é resultado da educação assimilacionista, pois ainda vivemos neste contexto desde a chegada do Summer Institute of

³ Conferir o texto NINCAO, 2008.

Linguistic (SIL) ao Brasil em 1956. Silva (1991, p. 44) descreve que “as línguas indígenas passaram a representar meios de ‘educação’ a partir de conceitos ‘civilizados’”. É um conceito enraizado que nem todos os agentes educacionais conseguem compreender o que esse conceito, causou para as populações indígenas. No passado, o ensino de línguas indígenas era apenas instrumental, usava-se as línguas indígenas para a tradução bíblica, na intenção de evangelizar, converter os indígenas para o cristianismo. Era um instrumento para dizer que a cultura indígena, não tem significado. Isso demonstra uma maneira de como a língua era introduzida nas comunidades indígenas sem reflexão e sem levar-nos a uma reconstrução e ressignificação de nossa história e de nossa identidade, ou seja, não tinha sentido para nós.

Vejo que a verdadeira conversão e acredito que a verdadeira evangelização hoje, é fazer com que as línguas indígenas sejam elementos para a revitalização de todo contexto cultural dos povos indígenas. No meu entender trouxe desmotivação enquanto o conceito, de ser indígena, não trouxe os valores culturais para dentro da escrita da língua, apenas tecnicamente na tradução da língua portuguesa para a língua terena.

Durante a execução do projeto tivemos muitos momentos de reflexão do por que alfabetizar na língua terena. Trouxemos a preocupação com a escrita e a leitura, mas fomos, além disso, buscamos por meio dos conteúdos a realidade das crianças da Aldeia Cachoeirinha, trazendo a escrita da língua terena como auto-estima do ser Terena na construção e reconstrução de nossa identidade.

A dificuldade foi além do previsto. Para ministrar aula nas séries iniciais era preciso capacitar os professores na escrita e na leitura da língua terena. Ao atender ao pedido, planejamos uma vez por semana a capacitação desses educadores, chamamos para capacitação os professores de língua terena que já trabalhavam com a língua desde a sua inclusão no currículo escolar indígena.

Durante a capacitação, trocamos experiência o qual planejavam as aulas a serem esplanadas nas salas de aula. Buscamos aprender com outras escolas indígenas que já haviam passado por essa fase de experiência, como o caso da Aldeia Bananal. O trabalho envolveu alunos que redigiam textos e os ilustravam, os professores recolhiam os trabalhos semanalmente para serem anexados ao plano de aula. Assim no final do ano foi realizado um material para a alfabetização na língua terena. Na elaboração e na confecção do material destaco o empenho dos professores-índios: Luzinete Julio Raimundo, Marlene Gonçalves, Maria Rosaria e Maísa

Antonio. É importante destacar a presença dos alunos que ajudaram na produção dos textos e na ilustração. Outra pessoa relevante para o desenvolvimento do material foi a professora não-índia Joseilda, que com muita paciência, digitou nosso trabalho no período de suas férias escolares.

Durante o desenvolvimento do projeto, na confecção e na elaboração do material contamos com apoio da Secretaria Municipal de Educação de Miranda representado por professor João Carlos Colli e o diretor da Escola Indígena Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa, o Professor Edilson Antonio Pedro, que compreendeu e incentivou a nossa proposta no sentido de buscar a qualidade de ensino para as crianças terena.

Para a elaboração do livro contamos com Museu Nacional de Goiânia por intermédio da antropóloga Rosane Moreira Leitão. O trabalho da antropóloga Rosane junto com sua equipe foi reconhecido por nós Terena da Aldeia Cachoeirinha. Hoje, todos os livros estão sendo úteis nas aulas de língua terena na escola.

O trabalho exaustivo foi uma experiência gratificante que fez perceber durante as aulas a alegria e a motivação das crianças, não só porque estava escrevendo na sua língua, mas porque estava vivendo o seu contexto, compreendendo o que estava fazendo. Elas faziam suas tarefas sem grandes dificuldades e a participação durante as aulas era notável. Contrário de quando a criança terena é alfabetizada na língua portuguesa, a sala de aula fica silenciosa, isto é, o aluno não participa da aula, pois não há compreensão do conteúdo. Razão para nós professores terena, repensar na nossa metodologia, e perguntar : Em que língua alfabetizar os pequenos patrícios terena que são falantes da língua terena? Esse seria um motivo tara que a Secretaria Municipal de Educação de Miranda elaborar um plano de ação no sentido de reconhecer e respeitar a nossa diferença, como já citamos acima, confirmado no artigo 210 da Constituição Federal.

No começo da alfabetização na língua materna as crianças tiveram suas dificuldades como qualquer outra criança quando entra pela primeira vez na escola, somos educados desde cedo a falar a língua Terena, mas a criança terena ao chegar à escola pela primeira vez, a sua língua é abafada é como não existisse. Para quem é falante de outra língua, perceberá o quanto é doloroso você chegar a um lugar onde você desconhece a língua daquele povo. Você se isola, pois não tem comunicação nem você entende o outro e nem o outro te entende. Talvez quando é adulto que passa por essa situação, acaba usando a mímica ou as línguas de sinais na tentativa de comunicar-se com ou outro. E a criança indígena o que faz quando depara com língua desconhecida? Retraí-se perdendo sua auto-estima, assimilado para o mundo que não é conhecido, isto é, o mundo do

purutuye (não índio). Trata-se aqui, da alfabetização da criança que deve ser na sua língua materna como afirma Meliá (1978), não desvalorizando a língua portuguesa e de outras línguas na escola.

Conforme o grau de escolaridade da criança terena vivenciará o contexto de outra língua, isto é, não será somente na língua terena, mas terena português e português terena. Pois é necessário que as crianças e jovens terena aprendam as duas línguas, não há como isolar a comunidade indígena do mundo não indígena.

A educação escolar nas áreas indígenas principalmente no caso de Cachoeirinha onde a maioria das crianças são falantes de língua terena deve valorizar a língua da criança para uma educação construída a partir dos valores culturais na edificação e revitalização de sua identidade Terena para depois vivenciar o conhecimento do *purutuye*.

CAPÍTULO II

LÍNGUA TERENA: UM DIÁLOGO ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE

2.1. *Emó'u terena ihikaxovokuke Mbókoti* (Língua terena na Escola da Aldeia Cachoeirinha)

Antes de começar minha reflexão com relação a língua terena na escola de Cachoeirinha coloco aqui uma adaptação de uma poesia feito pelo professor Bessa Freire referindo-se a língua guarani e a língua portuguesa. Baseado nesse texto faço uma adaptação para a língua terena e a língua portuguesa.

DUAS LÍNGUAS: terena e portuguesa⁴

Vivi muitos anos com a língua terena entortada,
 porque fui obrigado a falar palavras estranhas de uma outra língua.
 Queriam que eu falasse uma língua que eu não falava,
 que eu dissesse o que não dizia, que eu calasse o que sabia.
 Por isso, durante muito tempo fiquei emudecido.
 A língua presa, travada, reprimida.
 A palavra entalada na garganta, o não-dito.
 Tentaram tirar de mim aquilo que havia guardado como um tesouro:
 a palavra, que é o arco da memória.
 Diziam que me faltava inteligência,
 porque antes de gaguejar as palavras certas
 eu tinha de pensar, duas vezes, numa língua estranha.
 O tempo passou. Agora, tenho duas línguas.
 Uma língua nasceu comigo, no colo da minha mãe.
 É a língua que expressa a alma terena.

² Esse texto foi inspirado no poema Dues Lhéguas, de Amadeu Ferreira, escrito em mirandês, língua falada em trinta e uma aldeias de Portugal e oficialmente reconhecida pela Convenção Européia das Línguas Minoritárias. Reproduzido pelo professor Jose R. Bessa no Paraty, Rio de Janeiro - 20 a 30 de março de 2007 no Programa de Formação para a Educação Escolar Guarani do Sul e Sudeste do Brasil- KUAÁ-MBOE= conhecer – ensinar curso Educação Ambiental, e Interculturalidade 2ª etapa intensiva descentralizada no Rio de Janeiro .E hoje com autorização do prof. Jose R. Bessa faço readaptação me referindo a língua portuguesa e a Língua terena.

É a língua do Aruak,
 onde as palavras se abrem em flor e se convertem em sabedoria,
 as belas palavras, *uhe'ékoti*,
 palavras indestrutíveis, sem mal, *ákoti óvaku váherexea*.
 É nela que ouço as divinas palavras do *énon*.
 Com ela nomeio as plantas, as flores, os pássaros, os peixes,
 os rios e as pedras, o sol e a chuva, a roça e a caça.
 Com ela, faço soar o *pepêke*,
 danço xiputrena, canto pra mbéyo e rezo pra *Vúnae*.
Órengo pôreo, ningo hîhi, aprendo *ngomóhiyea*,
 tudo isso com ela eu faço: rio e choro, rezo e canto.
 Com ela, eu sou o que falo: terena.
 A outra língua que tenho é a que sobrou
 de uma guerra de muitas batalhas.
 Ela trouxe a espada e a cruz, o livro e as imagens,
 o sermão, o catecismo, a doutrina, as leis.
 Com ela, aprendi riscar as letras,
 e a desenhar as palavras no papel.
 Quando saio da aldeia, é ela quem me ajuda.
 Com ela, procuro escola e biblioteca, mercado e igreja,
 posto de saúde e hospital, cartório e tribunal.
 É com ela que me comunico com índios de outras línguas.
 Com ela navego na internet,
 descubro o pensamento do *purutuye*,
 caminho pelas ruas, leio as cidades, entro nos ônibus,
 embarco e desembarco na rodoviária,
 vendo o artesanato e converso com as pessoas.
 Com ela faço feira nas ruas e vilas da Cidade de Campo Grande.
 Agora já não posso mais viver sem as duas.
 Estou sempre trocando de língua com um pouco de medo,
 como se fosse um caso de bigamia.
 Uma língua sabe coisas que a outra desconhece,
 acham graça uma da outra, fazem gozação e às vezes se zangam.
 afora isso, elas se dão tão bem, que sonho nas duas ao mesmo tempo.
 Às vezes, a palavra de uma soa engraçado na outra.
 Às vezes, quero falar uma e me sai a outra.
 Às vezes, quando me perguntam numa, respondo na outra.
 Às vezes fico com uma delas tão engasgada que se permaneço calado. tenho a impressão de que
 vou explodir.
 Algumas vezes elas se enredam e se entrelaçam uma na outra
 e depois disputam uma corrida para ver quem chega primeiro,
 e muitas vezes permanecem misturadas uma na outra
 que me dá até vontade de rir.
 Há dias em que as palavras não ditas me pesam tanto,
 que eu libero todas elas, deixando-as voar como música,
 com medo que fiquem enferrujadas as cordas que as sabem tocar.
 Há dias em que quero traduzir uma para a outra,

mas as palavras se escondem de mim, fogem para bem longe
 e gasto muito tempo correndo atrás delas.
 Entre elas, dividem o meu mundo
 e quando atravessam a fronteira se sentem meio perdidas
 e não se cansam de roubar palavras uma da outra.
 Ambas pensam,
 mas há partes do coração em que uma delas não consegue entrar
 e quando se aproxima da porta, o sangue se põe a jorrar com as palavras
 Cada uma foi professora da outra:
 o terena nasceu primeiro e eu me habituei a dormir
 embalado por sua suave sonoridade musical.
 O Terena não tinha a letra, é verdade, mas era o dono da palavra falada.
 Ensinou ao português os segredos da oralidade, guiando-lhe a voz.
 Já o português, nascido na ponta dos meus dedos,
 ensinou o terena a escrever, porque este nunca havia freqüentado a escola.
 Tenho duas línguas comigo
 duas línguas que me fizeram
 e já não vivo sem elas, nem sou eu, sem as duas.



Foto 6: Aula de Língua Terena. Arquivo da autora.

A foto do ano de 2009 é um registro presenciado por mim durante uma aula de língua terena na Aldeia Cachoeirinha. A partir dessa imagem trago uma reflexão em torno de como está

sendo aplicado o ensino de língua terena nas salas de aula do Ensino Fundamental, apesar de a professora trazer para a lousa desenhos que são da realidade das crianças, mas nota-se ainda um “vazio” sem sentido e significado para os alunos enquanto meio de construção e reconstrução de identidade Terena. Em entrevista com a indígena Luzia Terena (53 anos), moradora da Aldeia Cachoeirinha, sobre o que acha do ensino de língua terena na escola ela coloca que: *Ako véxa ne vemó’u, énone ákoino vakáha’a. Koyúhoa úti, itea ako véxa yutóxea úti.* (Não sabemos a nossa língua, é por isso que não queremos – 2008)

Para Luzia, alguns pais e professores indígenas não querem o ensino da língua terena na alfabetização. O fato, segundo Luzia, é porque “não sabemos a nossa língua é por isso que não queremos”. Na resposta da Luzia, entende que, a nossa língua sempre foi vista como romantismo de nossa cultura e não como construção de sentidos e significados para a formação de nossa identidade Terena.

Um processo como este exige a utilização da língua indígena não apenas como veículo de comunicação entre alunos, ou restrita aos primeiros anos de frequência à escola, ou às classes de linguagem. A língua indígena precisa ser “estudada”, modernizada, ampliada, normatizada, e normalizada. (MONSERRAT, 1994, p.12).

Depois de 14 anos da promulgação da Constituição Federal, somente agora que foi implantado o ensino de língua Terena no currículo das escolas do Município de Miranda/MS. Apesar de já termos vivenciado outro momento da escrita da língua com a chegada das americanas: Nancy e Beth que trabalhou a escrita da língua na alfabetização. numa perspectiva assimilacionista. Situando minha reflexão sobre a importância da língua materna como algo que deve e pode trazer concepções inovadoras com relação a sua função trago a reflexão de Neves (2008) onde a autora com base em Vygotsky afirma que:

Situações como esta nos remetem às reflexões de Vygotsky sobre os estudos da linguagem enquanto um sistema simbólico produzido pelo ser humano, ou seja, uma espécie de ganho no processo evolutivo da espécie. Para ele, é por meio da linguagem, que podemos fazer a mediação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, bem como, possibilitar o desenvolvimento das funções mentais superiores que depois são culturalmente compartilhadas. (2008, p. 3).

Para que o ensino da língua terena produza significado para as crianças é necessário uma conscientização maior dos professores e dos membros da comunidade sobre a formação e a construção do conhecimento do ser indígena e do não indígena. Para isso Neves afirma: “O

ensino tem que ser organizado de forma que a leitura e a escrita se tornem necessários às crianças [...] e a escrita deve ter significado para as crianças, uma necessidade intrínseca deve ser despertada nelas e a escrita deve ser incorporada a uma tarefa necessária e relevante para a vida. (VYGOTSKY, 1989, *apud* NEVES, 2008, p. 3)

Os educadores indígenas precisam ensinar, refletir e problematizar o contexto de língua terena falada e escrita entre crianças, jovens e adultos da Aldeia Cachoeirinha. Durante a observação realizada no desenvolvimento da pesquisa, identifiquei que os professores de língua terena aplica seu conteúdo da maneira que acha melhor. Ressalto que nós não ampliamos nosso discurso a respeito de sua normatização, mesmo que tenhamos as cartilhas feitas pelas missionárias do SIL: Beth e Nancy. É necessária uma modernização como coloca Monserrat (1994). Isto é, a língua muda, a linguagem usada no livro já não é mais o contexto da criança terena na atualidade.

Como menciono acima, o uso dessa língua terena era apenas instrumental para facilitar a aprendizagem esvaziando o sentido e significado da língua terena. Um exemplo do livro: *Vukápanavo* (Vamos para frente) traz muitas linguagens antigas baseado no contexto da época como: *titikoti tákurei ne Vili* (Vili está chupando cana). Porém, hoje não há mais plantação de cana, isto é, a alfabetização tem como base os livros descontextualizados o que prejudicará o processo de aprendizagem. Por mais que o livro esteja na linguagem terena, as crianças não chupam mais cana e sim experimentam outros tipos de alimentos como: chocolate, picolé, bombons e outros, que são as comidas preferidas das crianças de hoje.

Não quero afirmar que as crianças não se alimentam de mandioca, farinha, *hihi* etc., mas quero chamar atenção como é importante refletir a prática da alfabetização na língua terena, que precisa partir do mundo atual das crianças. É necessário modernizar o ensino de língua terena, nesse sentido, a língua terena precisa ser reconstruída a partir de criação de novas palavras a qual comentarei e darei alguns exemplos de propostas de novas palavras em terena.

Se nós professores indígenas trabalharmos a língua terena conforme os avôs falavam, as crianças perderão suas motivações, pois não é a língua do seu contexto. Não quero dizer que as palavras antigas não tenham valor, pois foram através delas que se mantêm a língua viva e possibilita a luta para a sua manutenção. Discutir o uso da língua na escrita é uma questão política pertinente. Tal eminência se dá porque manter “viva” a língua é um direito reconhecido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, mas que não deixa de ser um grande desafio.

“A língua é para entender e ser entendida. É o meio para que uma mensagem seja transmitida e possa ser recebida. A língua de nenhum modo é uma soma de palavras desconexas” (MELIÁ, 1978, p. 77).

Afirmar que os indígenas devem usar a sua língua na educação escolar como forma de revitalização e preservação da cultura é buscar em primeiro lugar como deve ser aplicado essa língua se é na linguagem dos velhos, dos jovens ou das crianças isto é, a língua terena é usada conforme a fase de idade de cada pessoa. Então, a alfabetização na língua terena é complexa e quem deve questionar a sua prática: porque, como, e quando os professores terena. Falar é fácil, difícil é colocar na prática o ensino de língua terena, não é porque o terena fala muito bem a língua, que já pode ser um professor de língua terena, pois nem todos estão preparados para a missão de serem revitalizadores da língua.

Meus patrícios pequeninos são alfabetizados na língua portuguesa, já a língua terena, a primeira língua, é colocada como segunda língua. Até quando esse discurso utópico? Em vez de se manter a língua, estamos apagando, pois não há investimento na formação do professor. Esse investimento de formação deve ser aplicado pelo próprio terena em parceria com um (a) lingüista, como está sendo feito a capacitação dado pelo branco sem participação dos terena fica uma coisa “vaga” e que seja um (a) lingüista que conhece a realidade lingüística dos terena.

Nesse sentido quero argumentar na fala do Ferdinand de Saussure, descrito por Suart Hall que coloca:

A língua é um sistema social e não individual... Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais (2006, p. 40).

A língua terena é de muita importância enquanto um sistema social no fortalecimento de laço comunitário, seja, na oralidade ou na escrita. No entanto, da forma como está sendo trabalhada, uma vez por semana, permanece a ideia apenas de leitura e escrita, sem ampla visão de que a língua é um conjunto de sistema que envolve todo o significado de uma cultura (HALL, 2006). Esse sistema cria certa rejeição tanto por parte dos alunos como dos pais, pois ele está sendo imposto como qualquer outra disciplina e não como acepção e significado de todas outras disciplinas. A argumentação da não aceitação da língua é porque, não será usada no vestibular, no concurso público. Nesse sentido, deve haver por parte dos professores indígenas maior empenho no trabalho de conscientização sobre a importância e é a função da sua língua na sociedade

terena. Penso que, a partir da valorização a comunidade terena terá outro olhar com relação a sua língua. A questão da formação dos profissionais da educação escolar indígena, para que tenham argumentos em discutir com sua comunidade as leis que amparam o uso da língua, a valorização da língua, pois os professores e os pais não conhecem quais são essas leis como, RCNEI (1998), a Constituição Brasileira de 1988, a LDB 9394/96, a Resolução nº 3/99, Parecer nº 14/99 e Deliberação CEE/MS 6767/2002 que amparam a educação escolar indígena. Esses documentos existem, mas são engavetados, não há reflexão e debates com a comunidade indígena.

2.2. *Híkaxoti terena kotíxoti itúkeovo* (Professor terena defensor de sua cultura)

Enepo ihíkexa ya emó'uke Terena hako motova yokóvo. Vo'óku enepone ákoyea omotova yokóvo, eopovatimo kalivôno, yane apêtimo uhé'ekoti yêho (Quando você ensinar na língua terena “ame-a”. Pois o amor é contagiante e assim a criança perceberá seu amor por ela, e assim terá resultado positivo – Pensamento de Maria de Lourdes Elias Sobrinho).

Essa motivação fez com que os alfabetizadores na língua terena da Aldeia Cachoeirinha alcançassem resultado marcante na produção de conhecimento e na auto-afirmação da criança terena. Como mencionado acima, não somente preocupados com a repetência e a evasão escolar, apesar de que a ideia do projeto nasceu por essas duas realidades, mas que no decorrer da sua execução a reflexão foi amadurecendo aos poucos, onde os educadores buscaram ir além do ler e escrever, envolvendo todas as questões culturais da comunidade terena. Alfabetizar na língua terena é fazer com que a criança terena se conheça valorizando a sua língua e sua cultura no contexto mais amplo, pois a nossa língua e, quem somos nós, ficam no abstrato, apagado e sem vida.

Com a alfabetização, a criança começa apalpar sua língua, sua cultura e assim criar o seu próprio conceito como indígena. O empenho, a iniciativa, a criatividade dos alfabetizadores e a dedicação fizeram com que os alunos fossem superando suas dificuldades, e aos poucos se situando no contexto do ensino da língua terena. O desenvolvimento dos alunos na aprendizagem e a participação durante as aulas foram surpreendentes para a compreensão do conteúdo proposto pelo professor foi significativa para eles. Pois é o mundo deles é a língua a qual domina. Para ilustrar essa fala entrevistei um aluno que foi alfabetizado em 2007 e hoje cursando 3º Ano no Ensino Fundamental ele diz:

Uhhé'ekoti ínzikaxeova ne vemó'u. Anzá'axo ne vemó'u, vo'oku énone ngoyúho ne vemó'u. Ako ndena ne emó'um. Ako oríngoa nyuzo'ikoa ne vemó'u, kene ne emó'u purutuye, ti'uti. Ènjea nyúzo'ikea ne emó'u purutuye itea ako énja ngoyúhoyea. Àpe puvâti ne vemó'u vo'oku ásentuna ti'uti ne ásentu (É bonito estudar na nossa língua. Eu gosto da nossa língua, porque eu falo essa língua. Não tenho vergonha de minha língua. Leio facilmente a nossa língua, e a língua portuguesa, é difícil. Sei ler a língua portuguesa, mas não sei falar. Tem gente que não gosta da nossa língua por causa do acento o acento é difícil – índio Terena Julio Antonio, 09 anos de idade, 2009).

Esse aluno mostra claramente quem é o índio terena depois da alfabetização na sua língua. O domínio com a fala e escrita da língua terena, sem nenhuma dificuldade dizendo que muita gente não gosta do ensino de nossa língua porque o acento é difícil, mas que para ele não vê como problema. É um menino desembaraçado no falar, se identifica como indígena, tem orgulho de falar que a língua terena é a língua dele, por isso, usar na escola e não tem vergonha de ser índio.

No momento da entrevista apresentei dois livros com textos pequenos, sendo: um escrito na língua terena e o outro com textos na língua portuguesa. Pedi que fizesse leitura dos dois textos e percebi que a leitura dos dois textos foi claramente pronunciada pelo Julio. Depois da leitura, perguntei, qual era é o texto que tem dificuldade em interpretar? Imediatamente ele coloca que a língua portuguesa é difícil e afirma: “leio na língua portuguesa, mas não entendo”. Julio menciona que quando passou para 2ª série, deparou com outra língua que é a língua portuguesa. Na nossa língua terena usa muito as letras K, Y, NZ, ND, NJ e a letra H, elas apresentam som na língua terena enquanto que na língua portuguesa, essa mesma letra não tem som. As crianças que passaram para a 2ª série em 2008 fizeram confusão nas letras escrevendo casa com kasa, isto é, com letra k, cavalo com k e assim por diante. A escola teria que ter projeto de ensino bilíngüe para receber essas crianças que sai da alfabetização da língua terena para a escrita da língua portuguesa. Os professores da série seguinte, não foram preparados para essa nova missão.

É de suma importância, o professor ser indígena e no caso de bilíngüe, falar e escrever em português e terena, para que o contexto dos dois conhecimentos tenha relevância e significado para as crianças indígenas. Como diz um *purutuye* um dia para mim:

“não podemos fazer o aluno de “cobaia” quer dizer alfabetizar na língua materna é fazer experimento e não no sentido de respeitar a língua como parte responsável no desenvolvimento cognitivo do aluno e tão pouco quanto

função relevante na reconstrução da história da língua e na identidade do povo Terena.

Outra fala do *purutuye* deparada por mim durante o projeto: “como é que vai ficar essas crianças se quiserem vir para cidade? Como vai se comunicar com os professores não índios”? Como se nós terena não vivêssemos no contexto dos brancos, não precisa ir à cidade para conviver com eles, dentro de nossas casas já tem presença da televisão, do rádio, do celular, da internet, dos livros didáticos e os professores não índio na escola.

Em vez de questionar como o índio vai se comunicar com o não índio na cidade, que a preocupação do branco seja inversa: Onde está a presença da escrita da língua terena nas cidades, nas escolas das cidades ou nos comércios? Como fazer para me comunicar com índio Terena na sua língua? Visto que o contato dos Terena como vimos em texto do Oliveira (1976) desde que saímos do Êxiva do Chaco Paraguai convivemos com os hopú'iti (branco), até nos dias de hoje. Então já é mais do que compreensível a nossa resistência em manter a nossa cultura e nossa língua. A grande questão é: Legitimar a inclusão da língua terena no currículo escolar e conjuntamente todo aspecto cultural do terena. As crianças terena aprendem a falar a língua portuguesa com facilidade, a questão é que na língua terena aos poucos muitas palavras vão desaparecendo do cotidiano.

A preocupação dos “colonizadores” de nos ensinar a língua portuguesa, tentando matar a língua teve resistência e persistência dos patrícios em manter a sua língua. Nem todos desapareceram e os que estão vivos devem ser inverso a preocupação, ou seja, não mais ensinar a falar a língua portuguesa, mas sim, reaprender a nossa língua, manter o que está vivo. Eis a grande tarefa e missão, não só dos indígenas, mas de toda a sociedade *purutuye* (do não índio).

Psicologicamente, é o sistema de sinais significativos que na sua mente funciona automaticamente na expressão e no entendimento; sociologicamente, é um meio de identificação entre os membros da comunidade a que pertence; e educacionalmente, ela aprende mais rapidamente através dela do que através de um meio lingüístico que não lhe seja familiar. (MELIÁ, 1978, p. 88).

Outra situação observada durante a pesquisa com ajuda dos professores terena, é que as crianças que foram alfabetizadas na língua terena, se expressam melhor do que aquelas que foram alfabetizadas na língua portuguesa. São crianças comunicativas e participativas em todo contexto da cultura terena. Identificam-se mais como terena perante os outros assumindo a sua identidade indígena com muito mais ênfase. É bem diferente o resultado de quando você ensina uma língua

emprestada, do que ensinar com a língua do qual você domina. O resultado é consequência do seu domínio, da sua dedicação e do seu amor a sua cultura.

Os alfabetizadores se preparam muito, antes de ensinar fazendo reflexão de si mesmo, enquanto educador indígena. Assim aprenderam a amar e se identificar como Terena para depois passar para os alunos. A formação específica do professor indígena se faz necessário e urgente, para que o mesmo faça diferença na educação escolar indígena das aldeias.

Não há como pensar a uma educação intercultural e bilíngüe para os povos indígenas, se a maioria dos educadores indígenas não conseguem entrar na Universidade. Fato que pode ser atribuído a falta de interesse das políticas públicas em investir na formação desses professores indígenas.

Os conteúdos trabalhados nas escolas devem ser de muitos estudos e reflexões tanto para que tenha sentido e significado na formação das crianças terena. Entendo que o impasse encontrado na sala de aula é justamente porque os professores terena tentam transmitir aquilo que aprenderam com os seus pais ou aquilo que aprenderam no magistério. Nesse sentido vejo a relevância da formação do educador para compreender a realidade dos jovens e das crianças. Os conteúdos na escola precisam ser contextualizados conforme a realidade presente. Sabemos que a cultura é dinâmica, os jovens já têm outra concepção do mundo baseados nas transformações que ocorrem no dia a dia, que oferecem competições, que vence é aquele que tem o maior número de currículo.

No passado os jovens não tinham acesso às tecnologias como televisão, celular, energia e internet. Durante a noite os pais conversavam com toda família, contando lendas e mitos, era lindo, compreendendo a relação que existe entre o eu indígena e a natureza sem regras.

Os jovens e as crianças não falarão a língua terena igual dos nossos avôs, mas outras novas palavras como já é percebido no contexto atual, assim como não farão mais a rede, a cerâmica, a roça e a pesca, porque tudo muda. Para refletir sobre essas mudanças Laraia (2001) ressalta que o comportamento das pessoas depende da sua convivência de como aprender as coisas, chamando esse processo de endoculturação. Com isso, podemos entender que os jovens e crianças terena passam por esse processo de mudança cultural, mesmo que viva na aldeia de origem, a vivência já é outra, mas não deixaram de ser Terena. Eis aí, um grande desafio para nós educadores, que precisamos de formação para acompanhar esse mundo intercultural dos jovens e das crianças terena.

A questão lingüística, por exemplo, se não for trabalhada com seriedade é fácil de ser esquecida, como já mencionado anteriormente, a língua portuguesa tem “status” e os jovens se vê dentro desse “status” quando tem domínio da língua portuguesa não se importando com a sua própria língua. Também fui assim, me senti no “auge”, quando comecei falar e entender a língua portuguesa e com certeza os de hoje, não são diferentes de mim. É claro que dentro de nós temos a “alma terena”, mas penso que a língua depois que se perde muito difícil retomar o seu domínio. Percebo essa situação na fala dos patrícios que perderam a língua, fica um sentimento de perda, talvez sem volta... Por essa razão respeitar e valorizar a língua da criança na escola é nossa missão enquanto professor indígena.

Vivi muitos anos com a língua entortada, porque fui obrigado a falar palavras estranhas de uma outra língua. Queria que eu falasse uma língua que eu não falava, que eu dissesse o que não dizia, que eu calasse o que sabia. (BESSA FREIRE, 2007- poesia publicado no jornal Paraty, Rio de Janeiro/RJ).

Essa é a realidade a qual nós Terena vivemos e deparamos, que nos leva muitas vezes deixarmos de usar a nossa língua materna, muita pressão dos dominadores. As outras manifestações culturais, como: as danças, as pajelanças, os mitos, as lendas, as crenças, e outros costumes, podem recuperar ou pelo menos ressignificar todas elas por meio de projetos escolares ou da comunidade. A língua terena é insubstituível para dar significado a todos o que foram citados. Para quem não a domina, não tem como ressignificar no momento da fala, isto porque, quem não nasceu falando terena, mesmo que fala depois, fica usando palavras soltas e desconexas. A língua só tem sentido quando ela é construída a partir da vivência de um conjunto, isto é, no coletivo da comunidade indígena.

Nesse sentido, quero ressaltar que a implantação do ensino de língua terena na escola não deve se restringir apenas em aprender escrever e ler a língua terena, mas pensar na construção e reconstrução do ser indígena dentro de uma coletividade. A língua terena está viva, presente no dia a dia de uma comunidade indígena, mas ao mesmo tempo pede socorro. Para poder continuar viva, é urgente a prática pedagógica dos professores terena para sua revivificação. Qualquer língua só tem significado quando para quem a fala, compreende todo o seu contexto. Isso acontece comigo, quando ouço uma palavra difícil na língua portuguesa fico perdida é como se falasse para outra pessoa e não para mim. Por essa razão volto nos escritos de Laraia (2001) quando define o conceito de cultura, como a educação do ser humano será o seu comportamento, isto é, a educação indígena e a educação escolar deve se basear na língua terena para quem é

falante, como é o caso de Aldeia Cachoeirinha, para depois nas séries seguintes, ensinar duas, três até quatro línguas, quanto for preciso aprender. Até porque, não podemos ignorar o mundo globalizado, capitalista, consumista que está ao nosso redor.

Voltar ao passado é impossível até porque, somos um povo que caminha e não um povo estagnado, sem sonho e sem perspectiva. O fato de ser índio globalizado não deixará de ser índio, pelo contrário, se firmará cada vez mais, se trabalhado desde a infância.

Nesse sentido, os Terena irão para o Ensino Superior com o seu ser indígena já firmado e definido, e assim, fortalecerá sua identidade sem muito conflito, superando os embates encontrados no mundo a qual estamos vivendo, pois como afirma Stuart Hall (2006, p. 12/13) ao falar sobre sujeito pós-moderno “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação as formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.

Mesmo que os Terena deparam com a discriminação e o não reconhecimento de suas diferenças não chegará a ponto de negar sua identidade como é visto muitas vezes na sociedade quando um indígena ignora o que você é, para ser tratado de igual para igual. Para essa questão de discriminação Oliveira descreve: “os Terena continuam a enfrentar discriminação na sociedade chamando-os de bugre” (1976, p. 09).

Bhabha (2007) traz sua reflexão que o fato da sociedade não reconhecer as diferenças é uma questão de dominação sobre as minorias, não reconhecendo seus saberes por uma disputa de poder. Isto é, o poder domina os mais fracos, fato este, tão presente nos dias de hoje. “Acho que a identidade cultural não é fixa, é sempre híbrida. (HALL, 2006, p. 409)”. Sabemos que a cultura terena e a língua está em constante mudança, sempre hibridizadas por outros saberes, por outras culturas trazendo para os Terena novas identificações “globais” e novas identificações “locais” (HALL, 2006, p. 78).

Pensando nesse contexto comecei a me preocupar com as crianças e com a comunidade Terena da Aldeia Cachoeirinha, que tipo de identidade nós iremos construir se os professores indígenas não colocarem no seu currículo a questão de língua e a História de sua comunidade.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional 9394/96 no artigo 32, 78 e 79 afirma o direito a educação diferenciada intercultural e bilíngüe; as leis da Educação Escolar Indígena, 2002 e o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172) asseguram autonomia para as escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso dos recursos financeiros e

garante a participação das comunidades indígenas nas decisões relativas ao funcionamento dessas escolas como a criação da categoria de escola indígena (LDB, 2002, p. 27).

A autonomia para a criação da escola indígena como a comunidade deseja acontece se os professores terena, a comunidade e a liderança retomar a educação escolar indígena, ou seja, da mesma maneira como estamos fazendo com as nossas terras, retomando o que é nosso. Para isso, é necessária a determinação de toda a comunidade Terena.

No artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil são reconhecidos a aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e respeitar e fazer respeitar todos os seus bens. O Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE) visa contribuir para que os povos indígenas tenham assegurado o direito a uma educação de qualidade, que respeite e valorize seus conhecimentos e saberes tradicionais e permita-lhes acesso a conhecimentos universais, para que possam participar ativamente como cidadãos plenos do país.

A Resolução 3/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE) é a garantia de uma formação específica e diferenciada de professores indígenas, podendo estar ocorrendo em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização e a criação da categoria de escola indígena. De acordo com esse documento, o professor indígena Terena poderá: elaborar currículos e programas de ensino específico para a escola indígena e produzir material didático nas duas línguas, até porque, como disse acima, nós vivemos em dois contexto mesmo que seja dentro da Aldeia: a língua terena e a língua portuguesa.

Assistindo ao jornal do MS deparei com a seguinte fala de um não-índio que menciona sobre os estudos antropológicos das terras indígenas do MS: “A FUNAI precisa usar o recurso que tem, para aculturar o índio, não é a terra que vai salvar o índio, e sim inseri-lo no mercado de trabalho” (entrevista do Marivaldo Zeuli, Presidente do Sindicato Rural de Dourados no Jornal MS - 20/07/09). Essa fala tanto confunde meus patrícios como os brancos (não-índio), aderindo essa filosofia, o não indígena nos ilude ao falar que temos que ser doutor, advogado, médico para conquistar um bom emprego. Essa fala é resultado da ganância do capitalismo e do individualismo estritamente focado nas nossas terras.

O capitalismo baseia seu discurso no agronegócio e não na preservação do ser humano. Tanto a questão de língua, terra e cultura de povos indígenas é uma questão de preservação e revitalização de toda significação cultural. Diria que todo esse contexto é incompreendido pelo

purutuye (não índio) que a nossa relação com a terra é indiscutível e insubstituível. Nós indígenas devemos sim, estudar para se formar como doutores, advogados, mestres e outros, mas ninguém pode nos separar da nossa terra, seja qual, forem os anos fora da aldeia, um dia retornaremos para nossa aldeia, porque é lá, que temos nossas histórias de vida, nossos parentes e o nosso cordão umbilical, enterrado desde quando nascemos.

Essa é uma linguagem muito significativa para mim, é uma linguagem totalmente ligada á terra, “enterrar o cordão umbilical na terra”, é uma relação do eu com a terra é essa relação de pertencimento que nós indígenas queremos preservar quando falo de minha língua, dos meus costumes, das tradições, das lendas, das comidas, dos mitos e das crenças. Tudo isso, só se mantém vivo a partir da regulamentação do nosso território e a partir de uma educação intercultural e bilíngüe.

Quando falo da demarcação de nossa terra e educação escolar específica para nós terena, não pensamos em lucro, em riqueza, queremos apenas nosso espaço, onde podemos viver livremente com a natureza e afirmar nossa identidade. Toda técnica investida na agricultura é para sobrevivência da família e não para riqueza. Assim na educação escolar, é para garantir, manter a língua terena e assim recontextualizar a cultura terena. Como falar do ensino de língua terena na escola se não temos espaço suficiente para mantê-la viva? O nosso jeito de ir e vir do mundo do não índio para aldeia é uma questão de sobrevivência. Lembro-me, quando estava na cidade, um branco dizia para mim: por que você dá aula na cidade, lugar de índio é na aldeia. Em outro momento da fala: é preciso aculturar o índio, isto é, integrar-lo a cultura não indígena, dá emprego... É preciso muita resistência para poder sobreviver neste mundo imaginário do *purutuye*. Sou um exemplo dessa realidade. Fiquei 30 anos fora da aldeia estudando e trabalhando no meio dos brancos (não - índio) e hoje retorno para aldeia de origem na esperança de ajudar meus patrícios, mas não está sendo fácil.

Hoje não temos liberdade de fazer aquilo que queremos para a nossa escola, isto é, fazer realmente acontecer uma escola diferenciada a qual a Constituição Brasileira nos garante. O artigo 210 diz que: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Atualmente a realidade é outra, só faz sentido e significado, aquilo que dá condições de ser o que sou, isto é, como indígena, com toda sua identidade ligada a terra fazendo e vivendo conforme o nosso jeito e não como o branco quer que sejamos.

Vejo que a educação ou aprendizado acontece quando os produtores de conhecimento se encontram dentro do que fazem. Pensar uma escola diferenciada para as comunidades indígenas a ponto de colocar os conteúdos com seus sentidos e significados na minha concepção, ainda é um desafio. Penso que a revisão dos conteúdos nos materiais didáticos é de suma importância para que a sociedade também se atualize com relação ao que somos, enquanto etnias, que estão resistindo às pressões sociais sejam econômico, social e político.

Diante dessa questão, a postura do professor indígena terena enquanto mediador de sua cultura perante a cultura dominante trago reflexão que será relevante na construção da escola e currículo diferenciado: “Enquanto não descobri quem sou eu, não ensinarei nada sobre minha cultura aos meus patrícios” (depoimento do professor Elizeu Lindolfo numa reunião de professores na Aldeia Cachoeirinha. 2009).

Para construir uma educação diferenciada que fortaleça a identidade do povo terena, é importante o professor questionar interiormente “quem sou eu”? A partir dessa definição do seu interior, acredito na revitalização da cultura terena. Segundo Hall ao falar das concepções de identidade coloca que “o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (2006, p. 11). Desde que a escola chegou a nossa comunidade, nós professores indígenas nunca paramos para refletir quem somos, aceitamos sempre o mundo exterior, isto é, o mundo do outro, ensinamos uma cultura que não reconhece a nossa cultura.

A postura do professor Eliseu diante de sua missão como educador, reflete o momento em que vivemos nas escolas indígenas, onde o currículo diferenciado baseado na nossa cultura para mim, ainda não existe. Ele apresenta-se apenas de forma folclorizado, onde a língua terena e a arte são incluídas como qualquer outra disciplina.

Não há um projeto específico de Políticas Públicas voltado para manter viva a cultura terena, apenas para a escrita e a leitura. Sem preocupação com seu sentido e fundamento na reconstrução das palavras perdidas e de palavras novas, dos objetos que surgiram e com certeza surgirão. Para manter a língua, o trabalho do professor na sala de aula, não deve parar no tempo como se a língua não sofre-se com as mudanças que estão ocorrendo. Pelo que percebi durante o andamento de minha pesquisa, que busca compreender e analisar o processo de implantação da alfabetização na 1ª série do Ensino Fundamental na escola da Aldeia Cachoeirinha no ano de

2007, até que ponto essa experiência foi relevante no sentido de olhar a língua materna como processo na afirmação da identidade Terena.

O Estado do Mato Grosso do Sul conta com 23.234 índios Terena, segundo dados da (FUNASA/2010) a qual deveria ter um programa voltado para nós Terena, seja na escola, na saúde e na questão de terra. Somos pessoas que crescemos populacionalmente a cada ano, mas que a nossa diferença precisa ser preservada e revitalizada. A presença de língua terena, e a arte nos conteúdos escolas aparecem muito tímidas, sem resultado positivo enquanto afirmação de identidade Terena.

Numa reunião pedagógica entre os dias 12 e 13 de Fevereiro 2009, na Escola Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa da Aldeia Cachoeirinha, aconteceram vários debates entre os professores das séries iniciais.

Na reunião foi colocada a questão de prática pedagógica com relação a educação escolar indígena diferenciada destacando a importância da inclusão da língua materna no currículo escolar, o qual os professores se propuseram a enfrentar o grande desafio colocando a necessidade de capacitação com escrita e leitura da língua terena e a produção de material didático diferenciado. Os questionamentos apresentados pelos professores vêm de encontro com os escritos do professor Tomaz Tadeu da Silva (2007) que teoriza os estudos de currículo: “O que ensinar? Como ensinar?” Quando falo de ensino de língua materna me refiro a língua oral a qual falamos, não há escrita específico para cada série e a mesma não há estrutura padrão. Cada aldeia onde tem índio Terena, a sua linguagem é específica daquela aldeia, para isso, há uma complexidade na elaboração do planejamento, até mesmos entre os Terena de Cachoeirinha.

Cada família fala e se expressa diferente da outra. Portanto, quando se trata de ensino de língua, deve ser levada em conta a peculiaridade de cada aldeia e de cada família. Essa questão é observada por mim na aldeia quando converso com alunos, pais, jovens e adultos. Na escrita dessa língua também encontramos impasse nas acentuações, pois escrevemos como falamos sem preocupação com acentuações.

Quando trabalhamos com produção de texto, tenho dificuldade de corrigir as acentuações, daí procuro valorizar a ideia do aluno sem prejudicar sua nota, pois nem eu sei onde coloca acento nas palavras (Luzinete Julio, 2007, professora de 1ª série). A outra preocupação é com relação “como ensinar na língua terena se não há material didático?”. O professor Tomas

Tadeu da Silva (2007) vem justamente embasar esses questionamentos quando escreve sobre currículo e enfoca a questão de dúvidas com o “que e como ensinar?”.

Diante de tantas pressões políticas há uma reação de Comissão de Professores Terena que vem questionando junto aos professores a questão de legitimação e exigindo ação das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, no sentido de colocar nos seus projetos e planos educacionais as questões relevantes como: à formação continuada de professores terena. Para que os mesmos possam ser capacitados para trabalhar as suas próprias questões nas salas. Não somente ensinar, mas que os professores venham refletir seu papel de educadores, construtores e ressignificadores de sua própria história; a inclusão da língua materna desde a fase inicial da vida escolar da criança indígena; criar núcleo de educação escolar indígena nas secretarias Municipais e Estaduais de Educação; dar autonomia para que nós indígenas possamos construir nosso currículo, de acordo com o nosso pensar indígena; acabar com a ideia de que somos incapazes, manipulando nossos líderes onde prejudicam o nosso projeto comunitário; acabar com cargo de confiança na indicação de diretores da escola, pois o mesmo não tem autonomia para fazer da escola uma escola diferenciada, como deveria ser.

Portanto, volto afirmar que os órgãos responsáveis pela educação escolar indígena devem investir na formação do professor indígena. Outro item, que deve ser destacado é com relação à falta de material específico para a referida escola, já que cada comunidade indígena tem diferentes realidades, seja no contexto lingüístico ou no seu modo de viver.

Existem várias etnias no Brasil. Deve ser pensado quando o órgão maior, o MEC realizar publicações sobre material didático para as escolas indígenas, questionarmos o seguinte: Esse material é baseado em que realidade? De qual etnia? Nesse sentido, quero colocar que até entre nós, os Terena, temos realidades diferentes uns dos outros, com diferentes linguagens, costumes, jeito de dançar e viver. A construção do material didático será conforme a realidade de cada comunidade Terena.

No ano de 2009 as crianças do Pré-escolar e os alunos do 1º ano começaram a alfabetização na língua terena. No final do 1º bimestre os professores, das mesmas, foram chamados pelo diretor para mudar seu planejamento, voltando à alfabetização na língua portuguesa. Não é somente as crianças que passam por problemas de readaptação com a escrita e leitura da língua, as professoras também estão vivendo um novo desafio, pois os mesmos já vivenciavam a produção rápida das crianças enquanto estavam sendo alfabetizadas na língua a

qual dominam, enquanto que na língua portuguesa, as crianças só decodificam as palavras sem participação durante as aulas. Segundo as professoras, os textos na língua Terena são muito mais compreensíveis pelas crianças.

Em algumas observações durante a pesquisa, pude perceber que o professor desafia a legitimação do uso da escrita e da leitura na língua terena na sua sala, um exemplo claro é quando propõe a produção de texto em sala de aula. O professor deixa livre e a critério do aluno se quer escrever na língua portuguesa ou em terena.

Durante uma reunião pedagógica na Escola Pólo Indígena Coronel Nicolau Horta Barbosa destaquei a fala da professora Marlene Gonçalves da 3ª série que disse: “Por mais que tentam nos ocultar da nossa cultura irei colocar na minha sala a escrita na língua terena. Para mim, não existe lei que me proíbe usar a minha língua na sala de aula, colocarei alfabeto e palavras em terena na parede de minha sala”. A colocação da professora é a realidade vivenciada quando quer fazer diferença na escola indígena, principalmente com a questão lingüística onde esbarra na concepção escusado do poder público ou muitas vezes do próprio patrício que acaba aderindo o pensamento que o *purutuye* tem com relação a prática do ensino da língua indígena. Há um grande desafio por trás da proibição, visto que os professores buscam fazer uso dela nas suas práticas pedagógicas dentro da sala de aula.

A proposta com o uso de língua terena seria que todas as crianças fossem alfabetizadas na primeira língua, que é na língua terena, e depois a partir do 2º Ano das séries iniciais os conteúdos das disciplinas seriam Bilíngües: Terena e Português. Ao mesmo tempo incluindo os conteúdos do conhecimento não indígena.

O outro fato importante que surgiu nas discussões foi à colocação das professoras Luzinete Julio e Marlene Gonçalves contando suas experiências na alfabetização da língua materna no ano de 2007, sob a minha coordenação. Ambas as professoras ressaltaram a importância da continuidade do projeto, colocando que foi uma experiência extremamente relevante não só no tocante ao desenvolvimento cognitivo do aluno como auto-afirmação da identidade enquanto falante da língua terena. Para isso, é preciso o empenho e dedicação dos professores para que façam a diferença na sua ação pedagógica com relação a língua.

As professoras destacaram a sua observação com relação ao comportamento do aluno na sala de aula a compreensão e participação nos conteúdos propostos. Segundo as professoras, os alunos ficaram mais livres para questionar e dialogar, pois é a língua a qual a criança domina diz

a professora Luzinete. As colegas revelaram a experiência de se trabalhar com um texto de forma interdisciplinar, o qual incluía todas as outras disciplinas. A atitude do professor indígena com relação as suas questões, principalmente com o ensino da língua terena, para mim é passo extremamente otimista no sentido de que nós somos os responsáveis na manutenção e reconstrução dessa língua a qual falamos.

Ao observar uma aula de língua terena na sala do 3º Ano do Ensino Fundamental na escola da aldeia, percebi esforço dos professores de língua terena, trazendo o ensino não somente na escrita e na leitura, mas procuravam envolver todo o contexto cultural dos Terena, buscando ressignificar na confecção das cerâmicas, nas artes, nas danças e nas comidas típicas reflexões para uso da língua.

Para a professora de língua terena Ondina, não tem sentido ensinar a língua materna sem levar as crianças a observar a presença dela nos nossos costumes. Essa presença da língua terena na oralidade, que precisamos refletir para que as crianças comecem a ter uma ampla visão com relação a nossa identidade Terena. A professora faz sua colocação, sobre a importância de manter a língua enquanto fortalecimento da identidade, dizendo: “Quando falamos a nossa língua no meio do branco, logo percebem que nós somos indígenas. Então a língua, é o nosso símbolo no meio do *purutuye* (branco)”. À luz do teórico Matos (1996 e 1999) destaco os direitos lingüísticos do alfabetizando:

1. Ser respeitado, cognitivamente, linguisticamente e sócio – culturalmente
2. Saber como, por que e para que está sendo alfabetizado;
3. Aprender a identificar e a explorar os variados usos do ler e do escrever;
4. Ser alfabetizado pela própria comunidade em que reside;
5. Aprender com/de outros alfabetizandos e não apenas com/de alfabetizadores;
6. Relacionar sua alfabetização à sua vida em casa, no trabalho e em outros contextos comunitários;
7. Ter suas estratégias de aprendizagem de lecto-escrita identificadas, reconhecidas e ativadas;
8. Ser exposto a textos autênticos, variados e adequados.
9. Tornar-se um leitor crítico, independente, de textos e do mundo informacional à sua volta;

10. Ajudar a (re) construir sua própria realidade sócio-cultural, política, econômica e lingüística.

O problema, no entanto, é que devido à pressão social contra o uso de línguas indígenas, seus falantes passam a usar a língua portuguesa em ambientes que tradicionalmente não lhes pertence (RCNEI, 2005). Assim, enquanto o ensino da língua terena estiver pautado como uma das disciplinas no currículo escolar, como se fosse uma segunda língua, a comunidade indígena continuará usando a língua na oralidade, e por conseqüência da pressão e da discriminação, aos poucos vão deixando de ser usada.

2.3. Língua terena que desapareceram

Esse quadro que apresento partiu de minha vivência com relação ao uso da língua na comunidade de Cachoeirinha. Ressalto, que muitas palavras deixamos de usar, isto é, desapareceram conforme a mudança ocorrida no mundo globalizado. Estas palavras servem como elementos norteadores para uma reflexão: Que tipo de linguagem deve ser usada na alfabetização?

Seria interessante procurar usar a língua falada do momento atual das crianças, para que o ensino aprendizagem possa surtir o efeito na construção do conhecimento. Usar palavras antigas é importante, no sentido de repensar e reconstruir a língua falada, não que faremos com que as crianças voltem a fazer uso dela no seu dia a dia, pois é impossível retomar o passado, o que interessa, é a construção de palavras novas em Terena, para não correr o risco de desaparecer.

O quadro abaixo mostra a relação de palavras que nós terena, principalmente na geração nova, não usam mais. Sendo que algumas delas foram substituídas pela língua portuguesa e outros deixaram de ser usadas principalmente aos que se referem ao tratamento pessoal, como por exemplo: *âti, úte, lêle, têno* e outros.

Tabela 02 – Palavras em terena que desapareceram conforme o tempo

PALAVRAS EM TERENA QUE DESAPARECERAM	
<i>Âti</i> - Irmã mais velha	<i>Ôngo</i> - titia
<i>Têno</i> - Respeito que se tem para com a moça ou prima/irmã.	<i>Ènomea</i> - Cunhado
<i>Lêle</i> - Irmão mais velho, ou seja, de homem para homem.	<i>Ônongena</i> - Cunhada
<i>Ûte</i> - Irmã mais velha	<i>Íningone</i> - amigo
<i>Ôtu</i> - avô	<i>Énjone</i> - Colega
<i>Nâti</i> - Líder de uma comunidade.	<i>Nênvo</i> - Sobrinho(a)
<i>Lulu</i> - Titio	<i>E'úngo</i> - Meu tio
<i>Únae</i> - Meu irmão	<i>Álunoe</i> - Moça

Na observação ocorre mais facilmente a substituição das palavras para a língua portuguesa, do que acontecer às mudanças de língua terena para a língua terena como foi apresentado acima, mudando apenas o jeito de escrever e de falar. E conseqüentemente fazendo o desaparecimento de muitas palavras em terena, como procurei mostrar nas duas colunas.

Olhar a língua terena como luz que ilumina todo nosso jeito de ser, por meio dela, olhar o mundo do outro sem a concepção de que a língua terena é inferior, mas colocá-la no status (RCNEI, 2005) como qualquer outra língua como coloquei acima é fundamental: - Refletir o sentido e significado da língua enquanto função importante na reconstrução da identidade Terena.

Construir palavras novas que não existem na língua terena é outro desafio proposto pelos professores e alunos no ano de 2009. Percebi a luta da comunidade escolar no sentido de preservar e manter a língua.

Durante a pesquisa pude observar a construção de novas palavras pelos alunos que colocarei alguns exemplos dessas logo a seguir. A resistência e a insistência na continuidade da língua como elemento fundamental na comunicação entre nós Terena, ressalta nossa peculiaridade e identidade.

TABELA 03 - Inámati emo'úti ya emó'uke terena (palavras novas na língua terena)

Televisão <i>komomòkuti nonêti.</i>	Tomada <i>ihúxoti yúku</i>	Bola <i>epô'e</i>	Ônibus <i>hánaiti ivú'eti</i> <i>Vekoti</i> <i>poké'eke.</i>	Desodorante <i>kouhékoti</i> <i>ihopúneti</i>
Geladeira - algo que gela. <i>Ikasàxopeti</i>	Apagado <i>ipukópeti</i> <i>yuto'éti</i>	Bom dia <i>Mbiu koe</i> <i>yupóniti</i>	Ar condicionado <i>ikasáxoti</i> <i>ovokúti</i>	Perfume <i>xúnati kouhékoti</i> <i>ihopúneti</i>
Ventilador <i>kohúpiokovopeti</i>	Maquina de lavar roupa <i>kipohe'ôpeti</i>	Boa noite <i>mbiu koe yóti</i>	Gelo <i>kásati mopô'i</i>	Chuveiro <i>vékoku úne</i> <i>ahikovokuti</i>
Celular ou telefone <i>vékoku emo'úti</i>	Mochila <i>nipúku</i>	Boa tarde <i>mbiu koe kíyoi</i> <i>káxe</i>	Café <i>hahanó'evoti</i>	Torneira <i>vékoku úne</i>
Microfone <i>va'ukòpeti</i>	Álbum de foto <i>ihaku nonêti</i>	Fogão <i>oye'ékopeti</i>	Refrigerante <i>itíveti ekâti</i>	Lápis <i>hahá'iti</i> <i>yutoxópeti</i>
Batedeira <i>isukópeti mbûlu,</i>	Computador: <i>katípakexoku</i> <i>yutóxoti</i>	Lâmpada <i>kouhápuikoti</i>	Cerveja <i>suvá'iti ekâti</i>	Caneta <i>yutoxópeti</i>
esmalte <i>Homoxópeti hipôti.</i>	Radio <i>Kamokénokuti</i>	Avião <i>ivú'eti vekoti</i> <i>vaiúke</i>	DVD <i>vékoku</i> <i>oxokénati</i>	Tinta <i>homoxópeti</i>
Liquidificador <i>isukópeti orekâti.</i>	Óculos de grau <i>Kohupákoti</i> <i>ukêti</i>	Carro <i>ivú'eti vekoti</i> <i>poké'e</i>	Sofá <i>muyáhiti</i> <i>ivatákokuti</i>	Calcinha <i>kali porôti</i>
Quadro negro <i>yutóxoku ihikaxoti.</i>	Óculos de sol <i>omómikoti</i> <i>ukêti</i>	Bicicleta <i>kali upôriti</i> <i>ivú'eti</i>	Sala <i>omómikokuti</i>	Cueca <i>kali poro hóyeno</i>

Há preocupação com a construção de novas palavras na língua terena, porque muitas palavras, nomes de objetos, por exemplo, não existiam antes, então é preciso criar nomes em terena. Os alunos junto com professores buscaram alternativas no sentido de propor a criação de um dicionário na língua terena, já com palavras novas em Terena.

A tabela acima mostra alguns nomes já com propostas em terena. Penso que nesse sentido, construir palavras novas é uma forma de se mostrar contrário ao desaparecimento da língua, mas é necessário nosso empenho e dedicação.

Manter viva a língua terena, diante das coisas que mudam é um grande desafio, pois ela acompanha essa mudança cultural do mundo moderno. “Este deve permitir o fortalecimento das

línguas e das culturas, contribuindo para a melhoria das práticas comunicativas e sociais reais, e não só representar os discursos legais e institucionais sobre bilingüismo e educação escolar indígena” (RCNEI, 2005, p. 51).

A falta de material didático específico na língua indígena é um dos impasses que o professor indígena se depara com o ensino da língua materna.

As dificuldades que vivemos para construir esta escola diferenciada é que não temos livros diferentes. Os que temos são iguais aos da cidade e não falam de nossos povos indígenas... Este problema pode ser superado através da produção de livros nossos (Professora Maria José Lima, Xukuru/Pernambuco *apud* RCNEI, 2005, p. 59).

Nesse sentido, a elaboração do material didático é muito urgente para a escola indígena de Cachoeirinha. Pode-ser de nossa autoria, pois conhecemos a realidade e somos falantes da língua.

Referindo-me a comunidade indígena de Cachoeirinha focando a preocupação com as variações lingüística no sentido de que essa variação está ocorrendo com rapidez, faço reflexão do texto, colocada acima: até que ponto a escola inclui no seu currículo o ensino de língua terena para fim de colocar o status e de colocar em pé de igualdade com a língua portuguesa? Enquanto isso não ocorre, o deslocamento sociolingüístico da nossa etnia vai perdendo seu espaço, seu lugar comunicativo, resultado da língua dominante, que é a língua portuguesa. Apagando assim aos poucos a língua que para mim, é extremamente importante a continuidade do seu uso e escrita na comunidade Terena.

O uso dela no dia a dia é garantir a sua existência no meio de multilingüismo, ou seja, o mundo globalizado. Com relação o dominar e não dominar a língua portuguesa, não me preocupa, quando precisar “me viro” assim como estou me “virando” ao escrever essa minha dissertação onde procuro com transparência dizer quem somos nós os Terena. É assim são meus patrícios que constantemente estão no meio da sociedade com suas línguas e culturas diferentes, eles também “se viram” na hora que precisam.

O que nos interessa é que a nossa língua seja respeitada como instrumento na afirmação de nossa identidade. Não estou ignorando o domínio e o uso de língua portuguesa, mas quero propor uma educação intercultural e bilíngüe. Talvez não fosse preciso propor uma educação intercultural, como já é sabido, nós já vivemos no mundo intercultural, a grande questão como já mencionado é a falta da pratica pedagógica com relação a língua terena.

A partir do momento que houver uma política pública voltada para a educação escolar indígena diferenciada, nós indígenas teremos outro olhar sobre nós mesmos, e assim poderemos

sentir um pouco do “status” que a nossa língua apresenta para a sociedade envolvente. Enquanto isso não acontece ficamos no discurso bonito que todo mundo sabe fazer quando se fala de escola indígena.

Três questões são relevantes para colocar em prática a manutenção da língua:

- a) Investir na formação do professor indígena;
- b) Desburocratizar a burocracia com relação às escolas indígenas, parar com dilema: “o índio não quer a escola diferenciada”.
- c) Diálogo entre comunidades indígenas e as Instituições mantenedoras na construção do currículo diferenciado.

Toda mudança exige mudança de postura do homem, será isso o impasse? Para isso, coloco frase do professor Bessa Freire (2009): “Mexer com a língua é mexer com a casa de formiga”. Eis a realidade a qual as escolas indígenas se encontram quando fala-se do ensino de língua, desde a alfabetização. Ela altera a estrutura da escola, o “ser” do professor, a comunidade e as Secretarias de Educação, seja Estadual ou Municipal.

Essas questões passaram a ser significativas, pois como professora e coordenadora pedagógica dessa comunidade sou responsável pela articulação do corpo educativo em prol da elaboração do Projeto Político Pedagógico. A minha experiência nesse contexto educacional, apesar de legalmente institucionalizada como específica, diferenciada, intercultural e bilíngüe, constata que ainda não se incorporou os dois princípios garantidos na Constituição, ou seja, o do ensino da língua materna (língua indígena) e o respeito aos processos próprios de aprendizagem.

Segundo Meliá (1978) os métodos didáticos usados, que foram elaborados para a sociedade nacional, não produzem resultados previstos, causando frustrações do professor e dos alunos. Meliá descreve a importância de alfabetizar na língua materna, ela oferece grande vantagem de devolver a língua indígena o prestígio perdido no contato. O autor aborda que a “desvantagem que ainda perdura até hoje é a falta de prestígio frente à sociedade nacional, e a falta de material didático específico na língua indígena” (Idem, 1978, p.89).

A complexidade sociolingüística dos Terena sempre foi desvalorizado pelo poder público, o nosso direito a ser alfabetizado na nossa língua nunca foi reconhecido. A escola indígena como um espaço de assimilação do índio a sociedade não indígena, impondo-lhe uma cultura dominante que não é sua (TAUKANE, 1999). Essa escola tradicional que é resultado da

colonização desvalorizou a nossa identidade étnica, social e lingüística e nos leva a buscar uma forma de deixar o que somos esquecendo a língua, costumes e tradições.

Em 2002, a Secretaria Municipal de Educação de Miranda implantou o ensino de língua terena na escola, criando muita polêmica com a comunidade, até mesmo com os professores, isto porque os docentes não estavam preparados para ensinar a escrita de sua língua, mesmo porque os Terena falam, mas não escrevem a sua língua. Não houve por parte da Secretaria Municipal de Educação capacitação para os professores e muito menos material didático para ministrar as aulas. Foi desta maneira que a escola indígena incluiu a língua terena na grade curricular, sem investimentos para a efetivação dessa ação.

O Projeto político pedagógico Terena é uma das alternativas para construir uma pratica de educação diferenciada, intercultural e bilíngüe, e conquistar a autonomia, aplicando novas formas de ação pedagógica.

Segundo as Legislações Educacionais, a organização da educação escolar indígena deve contar com a participação de professores indígenas, de lideranças da comunidade, organizações indígenas e de apoio aos índios de universidades e órgãos governamentais (CEB nº 03/10/99 Art. 10).

A língua materna deve ser utilizada não só na alfabetização, mas também na elaboração de materiais didáticos a serem utilizados na escola, para registrar a História de um povo no caso, a História Terena.

É preciso que as instituições escolares criem mecanismos para que a língua terena seja introduzida de fato no currículo escolar, como uma estratégia de luta pela auto-afirmação étnica e pela conquista da autonomia indígena. Segundo Monsserrat (1989), para alfabetizar necessário conhecer as características particulares da língua. No caso, a terena, tem suas características próprias, na escrita e na fonética.

Segundo Paulo Cabral (2002, p. 18-19), o governo popular de Mato Grosso do Sul, quando assumiu, em janeiro de 1999, criou mecanismos de ação mais efetivas, instituindo por meio da resolução SED nº 1.387 de 27 de agosto de 1999, modificado pela resolução ISD nº 1.390 de 17 de setembro de 1999, o Comitê Estadual de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso do Sul, integrados por dezesseis membros. Este órgão, instalado em 05 de maio de 2000, tem por finalidade propor políticas e diretrizes para o desenvolvimento da educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul.

Foram sintetizadas cinco diretrizes, que são:

- Reconhecer a diversidade cultural indígena de Mato Grosso do Sul e respeitar a identidade cultural de cada etnia;
- Assegurar meios e espaços para os povos indígenas apropriarem-se, assim entenderem, da cultura da sociedade envolvente;
- Apoiar a produção de conhecimentos relativos a cada etnia, na perspectiva de seus interesses, realizando a produção de materiais didático-pedagógicos próprios.
- Garantir a formação, capacitação e atualização de profissionais de educação voltados para o atendimento da demanda por educação escolar indígena, criando política de incentivos correspondente;
- Desenvolver um projeto pedagógico que contemple e respeite a especificidade de cada etnia no tocante aos fatores que intervêm na educação escolar;

2.4. *Ngomomâti koeku hinókoku ra nyúdoe* (Minha análise conforme resultados de minhas entrevistas)

Estas entrevistas são fundamentais no sentido de reafirmar o que muitos pesquisadores, professores indígenas e teóricos vem afirmando com relação a alfabetização na língua indígena. Para muitos serão questões rotineiros de uma pesquisa, mas para mim, serão questões relacionadas como imaginamos e sonhamos com uma escola indígena diferenciado intercultural e bilíngüe.

Quando a criança fala bem a língua do pai e da mãe ela vai na escola e aprende a escrever só na língua dela. Não mistura as duas coisas para não confundir a cabeça da criança. Aprende a escrever bem na língua e vai treinando em português, vai falando as palavras mais importantes dessas que se usam para encontrar com o branco. E depois também aprende a escrever em português. (Higino, professor Tuyuka, AM. RCNEI, 2005, p. 127).

Esse depoimento do patricio professor tuyuka Higino vem fundamentar os depoimentos dos meus patricios da Aldeia Cachoeirinha com relação a alfabetização na língua terena. Higino deixa claro que a criança que é alfabetizada na sua língua materna, é a que oferece melhores resultados. Conforme minha experiência, falante de língua terena, a minha entrada pela primeira vez numa sala de aula é desanimador, logo a gente perde estímulo então os meus patricios

kaliketinoe (pequeninos) passam pela mesma situação devido a não compreensão da língua a qual está sendo alfabetizada. Considero a entrada das crianças terena falantes de língua terena numa sala de alfabetização, como se entra-se num país estranho onde desconhece a realidade de linguagem falada e seu significado. Isso é muito triste.

Precisamos conhecer as leis e os direitos indígenas, porque nós temos direito a uma educação diferenciada. A escola indígena no passado tinha um papel civilizatório. Hoje isso mudou. São os próprios professores indígenas com suas comunidades que devem refletir como será a escola, porque isso tem relação com o projeto de futuro de cada comunidade indígena (Professora Francisca Novantino, Pareci/Mato Grosso. RCNEI, 2005, p. 13).

O que eu e os meus patrícios iremos falar são fatos concretos no processo de educação escolar indígena que apesar de reconhecida e amparada legalmente, ainda encontra vários impasses na sua implantação como disse a patrícia acima. Pensar no projeto de futuro da comunidade é fazer acontecer na realidade essa educação diferenciada. Onde a iniciativa de cada comunidade indígena precisa ser respeitada incentivada e apoiada pelo poderes públicos. Principalmente com relação à produção de material didático específico na língua e a formação específica do professor indígena.

Compreender o ensino aprendizagem de uma criança falante de língua terena deve ser prioridade na elaboração do currículo escolar. Levar em conta a função que essa língua apresenta dentro e fora de uma comunidade indígena. Isto é, dentro da aldeia, ela tem uma função social fundamental na interpretação de todo nosso contexto indígena. E fora da aldeia também ela tem outra função que é de identificação e afirmação de nossa identidade.

A outra situação que deve ser pensada é a necessidade de material específico na língua terena, ampliar o que nós já temos para as séries seguintes. A formação específica de professor indígena terena para a execução da alfabetização na língua materna, como já colocamos acima, também é fundamental porque eles serão os interlocutores da construção dessa educação diferenciada. Todas as falas dos patrícios que a seguir será colocada, penso que não deve ser lido apenas como respostas e perguntas, mas como clamor da comunidade terena de Cachoeirinha e de outras comunidades terena, espalhados neste Brasil, para que sejam reconhecidos os seus direitos, seja na educação, território e na saúde.

Uma vez reconhecido os nossos direitos podemos garantir a nossa língua, o nosso modo de ser, de viver, de pensar e garantir a nossa existência enquanto um povo que fez e que continuará fazendo história no meio da sociedade dos *purutuye*, preservando e revitalizando a

nossa língua terena. A fala da índia Terena Evanice, uma das entrevistadas, deixa claro a necessidade de uma política lingüística na efetivação e na preservação da mesma, enquanto elemento fortalecedor de nossa especificidade como Terena.

Êm ako omótova inótoyeova vokóvo ne vemó'u. Enepo hákoti vihikaxova inotovátimo vokóvo. Yokómoma yara koêku anéye kalivôno ehéuko koitine, kene hákoti ihikaxova je'éxa úti inotóvatimo okóvo. (Sim não podemos esquecer a nossa língua. Se não estudarmos nós vamos esquecer. Observa agora tem criança que já está falando o português, se nossos filhos não estudar eles vão esquecer).

Segundo Maia (2006, p. 234) ao falar da política lingüística cita Haugen (1972):

A manutenção das línguas é tarefa que supera em muito as ações estritamente lingüísticas, devendo mobilizar ações políticas em diferentes instancias, que possam colaborar com diferentes tipos de procedimentos afirmativos, tais como a proposição e a implementação de legislação específica, a formulação de projetos e programas sócio-econômicos e educacionais diferenciados, etc.

Não adianta as populações indígenas querer manter a língua pelo nosso próprio esforço. É preciso uma legislação específica, voltada somente para as questões lingüísticas de cada comunidade indígena. Isto é, uma política diferenciada das instituições responsáveis pela educação escolar indígenas nas aldeias. A colocação da Evanice elabora o seguinte questionamento: Como estudar a nossa língua de maneira que possa fazer parte de todas as disciplinas e conteúdos, se não houver uma legislação específica dentro do órgão Municipal?

É importante entender que o povo Terena, quer uma escola intercultural, quando falamos da inclusão de nossa língua nos conteúdos escolares. E porque, ela não é valorizada enquanto valor extremamente relevante na construção do pensamento e conhecimento?

A preocupação da Evanice com relação as crianças que já falam o português, revelam que é orgulho de um pai quando o filho passa a dominar a língua portuguesa não fazendo questão da própria língua. Sendo que, a pessoa pode falar várias línguas. Penso que um programa de política lingüística ajudará muito nessa conscientização, principalmente no valor que a língua materna representa para os falantes. Com relação a isso, Maia coloca uma proposta: “Se você é índio: fale sua língua! Nada que você possa fazer será mais valioso para a causa da preservação das línguas do que isso. Quer você resida na aldeia ou na cidade, pratique sua língua, fale-a todos os dias, valorize-a, ensine-a a seus filhos” (2006, p. 235).

Evanice- *Ká'aye koêti ne nyúzo, enepone ihikaxovokuti, énone ihikaxovi yutóxoepa úti koane yúhoikopea úti ne vemó'u, ngoenepo anéyene ehéukoti kalivôno. Inotóvatimo okóvo enepo hákoti yutoxópa ne emó'u. Ene koêti, huvo'óxoviti ne*

ihikaxovokuti motovâti akoyea inátapa vokóvo e vemó'u. (Eu quis falar assim, a escola é o que nós ensina escrever e também nos ensina a ler a nossa língua, como eu falei já tem criança que fala o português. Vai esquecer se não escrever a língua. É assim que eu quero falar, a escola nos ajuda para não esquecer a nossa língua).

Para Meliá “a alfabetização se faz em uma língua só e quando se aprende uma segunda língua ou terceira língua, o indivíduo não se alfabetiza por segunda ou terceira vez, mas somente adapta o método para o novo código” (1978, p. 90). Nesse aspecto é de suma importância que a situação lingüística de minha comunidade terena seja pensada refletida quando se trata de alfabetização. Está filosofia educacional descrita por Meliá está firmemente baseada no conceito de que a alfabetização deve ser na primeira língua da criança.

Sobre essa questão a UNESCO no documento “Educação em um Mundo Multilíngue”, (2003) afirma que:

O uso da língua materna é indispensável para a aprendizagem inicial e alfabetização, devendo ser prolongado ao máximo dentro do processo educativo; A sustentabilidade da alfabetização só é viável caso exista uma quantidade suficiente de materiais disponíveis que atenderá aos adultos, adolescentes e crianças em idade escolar. Esses materiais devem abranger assuntos de instrução e lazer; Referente à capacitação de professores e ao uso da língua materna o documento diz: Todo planejamento educacional deve incluir, em cada etapa, a capacitação de uma quantidade suficiente de professores, falantes nativos da língua materna, e que virão a ser competentes e qualificados para ensinar nesta língua (p.???)

O sociolinguista Louis-Jean Calvet (1999), citado por Gilvan Muller de Oliveira (2005) no artigo: Política lingüística na e para além da educação formal diz:

não são os homens existem para servir as línguas, mas são as línguas que existem para servir os homens. Entendo que a língua morre se não tiver preocupação com os falantes. No caso da língua terena, é importante a conscientização dos falantes levando-os a refletir e repensar sobre a relevância dessa língua assim como o autor citado completa: porque as línguas são fenômenos individuais e coletivos ao mesmo tempo. Revitalizar a língua terena na alfabetização é pensar na coletividade do grupo terena enquanto um povo específico (p.87).

NGÍXOAKU NO ÍNJEJA RA HINÓKOKU NYÚDOE

(CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Essa dissertação, conforme experiência realizada na Aldeia *Mbókoti* (Cachoeirinha) vem mostrar que a alfabetização na língua terena vem emaranhada de duas questões: a comunidade indígena terena que almeja uma escola diferenciada e a outra na sua implantação encontram o impasse que é o sistema unificado do plano de ensino.

É sabido que a educação, ou melhor, o ensino-aprendizagem busca formar o indivíduo como cidadão crítico e participativo. Para os indígenas falantes da língua indígena essa formação deve ser na língua do indivíduo para que os mesmos possam construir seu conhecimento gradativamente. Ao passo que com relação a nós indígena, na chegada da escola na aldeia, não foi levado em conta a nossa língua e o nosso modo de ser.

Consciente do conceito de alfabetização e preocupada na formação dos patricios Terena, entendo que: A alfabetização na língua terena, fortalece na construção de novos cidadãos terena crítico e participativo na sua comunidade e na comunidade nacional. Na alfabetização fazemos com que a nossa língua seja valorizada, respeitada e, ressalto, a nossa dignidade como Terena, visto que, os que foram alfabetizados na sua língua terena, hoje são crianças que falam com orgulho a sua língua.

O fato de falar terena e de se afirmar como Terena, enfatiza a seguinte questão: a necessidade de uma política lingüística, digo isso, porque as políticas públicas e o sistema educacional continuam sem reconhecer as nossas diferenças culturais, não aceitando a proposta de alfabetizar na língua terena.

Apesar das pressões políticas há uma reação da Comissão de Professores Terena que vêm questionando junto aos professores a questão de legitimação e exigindo ação das Secretarias Municipais e Estaduais no sentido de colocar nos seus projetos e planos educacionais as questões relevantes como já foi citado acima: a formação continuada de professores terena para que os mesmos possam ser capacitados para trabalhar nas salas de aula não somente ensinar, mas que venham refletir seu papel enquanto educadores, construtores e ressignificadores de sua própria história; a inclusão da língua materna desde a fase inicial de vida escolar da criança indígena; criar núcleo de educação escolar indígena nas secretarias Municipais e Estaduais; dar autonomia para que nós indígenas possamos construir nosso currículo de acordo com o nosso pensar

indígena; acabar com a ideia de que somos incapazes, manipulando nossos líderes onde prejudicam o nosso projeto comunitário; acabar com cargo de confiança na indicação de diretores da escola, pois o mesmo não tem autonomia para fazer da escola uma escola diferenciada como deveria ser.

Os professores indígenas e não indígenas que trabalham nas aldeias indígenas se exige que tenham visão mais reflexiva com relação as nossas questões dentro e fora da escola. Nesse sentido, é importante que o professor, seja indígena ou não, mas que tenha domínio da língua portuguesa e da língua terena, professor bilíngüe.

O professor é o instrumento importante na revitalização da cultura terena, como também, pode ser um elemento que leva a morte da língua se não tiver preparado para formar o terena; é interessante observar também, que na implantação do ensino de língua terena no currículo escolar, um dos impasses encontrados pelos professores e alunos é a falta de material específico na língua terena, o não domínio do sistema de escrita e suas representações.

Sabemos que a língua é dinâmica, nessa dinâmica ela pode se deslocar facilmente onde o falante se adapta a outra língua se a língua materna não for fortalecida. Nesse sentido afirma-se aquilo que os professores, pais e velhos disseram: que as crianças precisam preservar a língua como afirmação de nossa identidade.

Tive oportunidade de perceber nas minhas entrevistas, que a nossa língua é fundamental na alfabetização, por isso, a mesma tem que possuir um reconhecimento no âmbito dos projetos educacionais da secretaria Municipal, a qual a escola da Aldeia Cachoeirinha está vinculada;

Para compreender as práticas culturais fica muito difícil se não é na língua indígena, como se viu nas danças, nas comidas, nos artesanatos, nas crenças, nos mitos e nas lendas. Assistir ou participar das atividades culturais terena deve ser a partir do conhecimento da importância da língua. Sendo assim, a língua pode ser uma forma de não folclorizar as práticas culturais.

Por meio do projeto realizado em 2007, percebo que foi plantado uma semente de auto-reconhecimento como Terena. Quero dizer que a alfabetização na língua terena traz resposta na identificação do Terena. Se perguntarmos a uma criança que não foi alfabetizada na língua terena: Quem é ela? Qual sua etnia? Que língua fala? Não saberá responder. Ao passo que a criança alfabetizada na língua, responde com muita segurança a sua identificação sem nenhum constrangimento.

Na série seguinte, a *kalivono* (criança) já vivencia as duas realidades do ensino e da cultura terena e o ensino da cultura não indígena, que é chamada intercultural. Esse seria o ideal para as escolas indígenas. Pois a minha experiência demonstra ser este o melhor caminho para a consolidação de nossa autonomia cultural.

A alfabetização na língua terena foi uma iniciativa relevante, mesmo não tendo assessoramento e apoio constante de técnicos pedagógicos durante a sua realização. É importante registrar a vontade e a garra com que os professores terena realizavam seus estudos e trocavam experiências. Durante a semana eles elaboravam seus planos de aula, para a semana seguinte, sempre buscando trabalhar de forma interdisciplinar os conteúdos propostos.

Quero deixar claro que a iniciativa foi apenas um projeto piloto, relâmpago, que por falta de interesse político do poder público não houve continuidade. A falta de preparo do educador em alfabetizar na língua materna, é dos motivos mostrados pelos patrícios entrevistado, como vimos acima. Conforme os encontros e reuniões com professores terena de Cachoeirinha, a alfabetização na língua terena é uma forma de manter a língua terena sempre viva, pois a escola indígena deve sempre levar o aluno a valorizar e conservá-la no oral e na escrita. Quando falo em valorizar vêm na minha mente os patrícios que perderam a língua. A alfabetização na língua terena para mim, traz esperança para que os mesmos passem a valorizar a sua própria língua e toda a sua cultura.

A perspectiva desta pesquisa é trazer reflexões sobre a importância da língua terena na alfabetização como caminho para construção de conhecimento, de revitalizar, valorizar e afirmar a identidade da criança terena. A língua como raiz de nossas praticas culturais. Sem a língua não há motivação para participar ou praticar qualquer atividade cultural da nossa etnia Terena. É na língua terena que colocamos sentido e significado em tudo que fazemos dentro e fora da comunidade indígena. Tenho expectativa que todos os meus irmãos terena além de ler e escrever fluentemente na sua própria língua, possam registrar sua própria história, ressaltando a função social que esta língua apresenta na comunicação entre a nossa comunidade e que através dela que nós nos identificamos como terena, ao usá-la expressamos nossos sentimentos, alegrias e tristezas.

Por isso, trago a análise do resultado desse trabalho, onde o processo de implantação da língua terena na alfabetização permite a construção da educação escolar indígena como revitalizador e que ajuda na manutenção da cultura e identidade indígena Terena. Nesse sentido

retomo a fala da Evanice, mãe de um aluno que foi alfabetizado no ano de 2007, “não podemos esquecer a nossa língua. Se não estudar nós vamos esquecer. Observa agora tem criança que já está falando o português, se nossos filhos não estudar eles vão esquecer”.

Diria então, que as mães têm a escola como “salvação” da língua, se não estudar nós vamos esquecer. Isso mostra a preocupação das mães com crianças que tem como primeira língua a língua portuguesa, demonstrando assim, que a língua deve ser preservada e que a escola tem um papel vital nesta manutenção da língua.

A comunidade da Aldeia Cachoeirinha tem a concepção que o uso da língua terena é como um sistema de construção de sentidos e significados. Durante a pesquisa, vimos que os patrícios, conforme as colocações nas entrevistas e pelas conversas que tivemos nas visitas e nas reuniões da escola, demonstravam confiança no projeto colocando sempre na responsabilidade dos alfabetizadores na construção do conhecimento pensando no futuro do seu filho(a).

A fala do Quintino com relação a língua terena coloca: “a significação e o sentido da cultura terena: é não perder, e o sentido nós tem que manter viva a nossa cultura como índio Terena. Sim, e tudo no idioma em língua terena”.

Penso que a alfabetização na língua materna será menos protestados pelos patrícios se for realmente colocada na prática, isto é, sair da locução para a prática como rege a Constituição Brasileira de 88, em seu artigo 210, a qual assegura as comunidades indígenas o direito a uma educação diferenciada, intercultural e bilíngüe. Isto significa que nós queremos muito mais prática e menos discurso.

A realização do projeto durante um ano, foi um grande desafio, mas que obtivemos resultados positivos que são: a partir da experiência os professores amadureceram nas suas reflexões com relação a sua língua, tendo percepção que a língua é uma das ferramentas no fortalecimento da identidade Terena. Visto que, as crianças que foram alfabetizadas tiveram outro olhar com relação a sua identificação. Hoje, essas crianças são as que se auto-valorizam como falante de língua terena e demonstram o orgulho de ser Terena.

Esse olhar diferente, percebido nas crianças é a certeza de que a primeira língua na alfabetização é a língua materna da criança como afirmam nossos teóricos. Os pais também demonstraram outra postura, conforme nossas entrevistas. A alegria e ao mesmo tempo o pedido para que a língua terena seja reconhecida e valorizada. Com essa experiência elaborou-se uma

cartilha para a alfabetização na língua terena que tem como título: *Yuho'ikoti yoko Yutóxoti Vemó'u* (ler e escrever na nossa língua).

O trabalho foi importante tivemos resultado positivo como a elaboração de material didático específico na língua terena. Essa cartilha serve de apoio para professores que trabalham com a língua terena nas escolas. Não é o suficiente, mas podemos perceber que por meio de empenho, dedicação e determinação de professores e alunos, é possível construir uma escola diferenciada. Não podemos imaginar uma escola que queremos sem sacrifícios, sem luta e sem perspectivas.

Isso é o que procuro mostrar nessa dissertação, por mais que há desafios pela frente, impasses políticos, ignorância da sociedade com relação a nossa diferença étnica, nós, os professores e comunidade terena devemos ser otimistas na construção e reconstrução de nossos valores culturais.

FONTES ORAIS:

- Antônio Muchacho (2006). Etnia Terena da aldeia Cachoeirinha
- Brasiliano Elias. (1991). Etnia terena. 71 anos. Relato de sua vida escolar para sua filha Maria de Lourdes Elias.
- Cecília Matias. Etnia Terena. 2009
- Eliseu Lindolfo. Professor de séries iniciais na escola Felipe Antonio da Aldeia Argola. 2009.
- Elias Antônio (2009). 76 anos da etnia terena de cachoeirinha.
- Elisa Julio Antônio (2009). 69 anos da etnia terena de Cachoeirinha.
- Esther Silva Sobrinho- 80 anos. A dança do Bate Pau - Pesquisa feita nas aldeias Cachoeirinha, Bananal, Ipegue e Limão Verde como conclusão do seu curso de magistério em 1975.
- Felix Candia Antonio 90 anos de idade da etnia Terena (2009).
- Gilson Manoel Sobrinho da etnia Terena 53 anos de idade (2009).
- Ivanice Antonio (2009). 34 anos de idade da etnia Terena de Cachoeirinha.
- Luzia Elias Muchacho, 53 anos – 2008
- Luzinete Julio. Professora de 1ª série na Escola Municipal Pólo Indígena Coronel Nicolau Horta Barbosa da Aldeia Cachoeirinha. 2007.
- Marlene Gonçalves. Professora de 1ª série da escola Municipal Indígena Pólo Coronel Nicolau em 2007.
- Moisés Elias (2009). Etnia Terena da Aldeia Cachoeirinha.
- Ondina Antônio. Professora de língua terena da Aldeia Cachoeirinha. 2009.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- AZANHA, G. Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Cachoeirinha. FUNAI: Brasília, 24 de junho de 2003.
- _____. Gilberto. *As Terras Indígenas Terêna no Mato Grosso do Sul* (ms.) 2004.
- _____. *Relatórios de trabalho/ Os Terêna*. São Paulo: CTI 1986-1998.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Editora: UFMG. 2007.
- CABRAL, Paulo Eduardo. *Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul: Algumas Reflexões*. Campo Grande – MS, 2002.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*. São Paulo: Saraiva 1997.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. Tradição oral e memória indígena: a canoa do tempo. Em: Salomão, Jayme (dir): *América: Descoberta ou Invenção. 4º Colóquio UERJ*. Rio de Janeiro, Imago, 1992 (pp. 138-164).

_____. Maino'í e Axi'já: esboço do mapa da educação indígena no Rio de Janeiro. In: Donaldo Bello de Sousa e Lia Ciomar Macedo de Faria. (Org.). *Desafios da Educação Municipal*. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, v. 1, p. 406-422.

_____. Se eu fosse os índios, as línguas – *Taquiprati*. Diário do Amazonas. 17/05/2009

_____. *A canoa do tempo: Tradição oral e memória indígena*. Março de 2006

HALL, Stuart. *DA DIÁSPORA: Identidades e Mediações Culturais*. Ed. UFMG, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós – Modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Editora: DP&A, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar-Ed. 2006.

MAIA, Marcus. *Manual de Lingüística: Subsídios para a formação de Professores indígenas na área de linguagem*. Brasília, novembro de 2006.

Mato Grosso do Sul. Constituição Estadual lei nº 9394/96, no Parecer nº 14/99, na Resolução/CEB/CNE nº 03/99. 2002.

Mato Grosso do Sul. Deliberação CEE/MS nº 6767, de 25 de outubro de 2002. Publicado em 3 de dezembro de 2002 no D.O. 5890 página 4.

MATOS, Francisco Gomes de. *Os direitos Lingüísticos e pedagógicos dos Alfabetizandos*. 1999.

MELIÁ, Bartolomeu. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Loyola, 1979.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. *O que é Ensino Bilingue: a metodologia da Gramática contrastiva*. Em aberto, Brasília, ano 14, n. 63, jul/set. 1994.

MONSERRAT, Ruth. Conjuntura Atual da Educação Indígena. In: Loretta Emiri & Ruth Monserrat (org.). *A Conquista da Escrita. Encontros de Educação Indígena: 244-255*. Cuiabá/São Paulo: OPAN/Iluminuras, 1989.

MULLER, Gilvan. *Política Lingüística na e para além da Educação Formal*. Estudos Lingüísticos. Florianópolis, 2005.

NEVES, Gomes Josélia. *Alfabetização intercultural: oralidade, escrita e bilingüismo em sociedades indígenas*. Revista Espaço Acadêmico – nº 85- junho de 2008. Ano VIII- ISSN 1519.6186- [HTTP://WWW.espacoacademico.com.br/085/85neves.htm](http://WWW.espacoacademico.com.br/085/85neves.htm)

NINCAO, O. S. (2008). *“Kóho Yoko Hovôvo/O Tuiuiu e o Sapo”*: biletamento, identidade e política lingüística na formação continuada de professores Terena. Tese de doutorado. UNICAMP, 2008.

_____. *Representações de Professores Indígenas sobre o ensino da Língua Terena na Escola*. Dissertação: Universidade Católica de São Paulo, 2003.

PARÂMETROS EM AÇÃO: Educação Escolar Indígena. As Leis e a Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

OLIVEIRA, Gilvan Muller. *Política Lingüística na e para além da Educação Formal*. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do Índio ao Bugre: O processo de assimilação dos Terena*; prefácio de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

REFERENCIAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade –SECAD/MEC – Brasília: MEC. 2ª edição, 2005.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas Brasileiras*. Editora Loyola. Rio de Janeiro, 1985.

SGANZERLA, Frei Alfredo. *A História do Frei Mariano de Bagnaia*. Ed. FUCMT, 1992.

SILVA, Marcio Ferreira. *A conquista da Escola: educação escolar e movimento de professores Indígenas no Brasil*. Em aberto, Brasília, ano 14. n. 63. julho/setembro. 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. *Documentos de Identidade: Uma Introdução às teorias do currículo*. 2007.

TASSINARI, Antonella M. E. *Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação*. In: LOPES DA SILVA, A. e FERREIRA, M.K.L.; Antropologia, História e Educação. São Paulo, Global Editora, 2000.

TAUKANE, Darlene. *Educação Escolar entre os Kura Bakairi*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT, 1999.

TEIXEIRA, Raquel F. A. *As línguas indígenas no Brasil*. In. Organização Silva, Aracy Lopes da. Grupioni, Luis Donisete Benzi (org.). *A Temática Indígena na Escola. Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º graus*. 4ª ed. São Paulo: Global: Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 2004.

UNESCO, em documento “*Educação em um Mundo Multilíngue*”, (2003) <http://www.sil.org/americas/brasil/porteduc.htm>

VEIGA, Ilma Passos Al. y CARDOSO, Mª H. *Escola Fundamental: currículo e ensino*. Campinas, Papirus, 1995.

VIEIRA, Jorge, Luis Gonzaga. *Terra de Cachoeirinha: conflitos e resistências na do território*. Tellus, ano 6, nº10, abril, 2006.

ANEXOS

Anexo I: Projeto: Yuhoikoti Yutóxoti ya Emó'uke Terena (ler e escrever na língua terena).

Apesar de reconhecer a importância da escrita o que parece ser fundamental à cultura indígena não é a letra, mas a palavra.

PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO EM 2007

MARIA DE LOURDES ELIAS

MOTOVÂTI VITÚKEA: YUHÓIKOTI YOKO YUTÓXOTI YA EMÓ'UKE
(Projeto: Ler e escrever na Língua Terena)

MRANDA-MS
NOVEMBRO/2006.

“Enepone xâne ákoti yútoe enóne ne xâne ákoti píha tumúne”.
“O povo que não tem escrita é um povo que não se desenvolve”.

Vygostk

“Héu koeti vítuke konokoâti turíxea úti ya úhepetike isoneûti. Enepo noâti úti ne tikóti konokoâti ákoyea omótova vokóvo, vóvo'ixea héu koeti káxe, motovâti úhe'ekea íhonoyea. Enóne koeneye ne ihíkaxovoti kalivôno, konókoti úhepeti isoneûti motovâti íhonoyea ne nóne úti omíxoneke koane isóneuke”.

Profª. Maria de Lourdes Elias

SUMÁRIO

JUSTIFICATIVA.....	01
OBJETIVOS.....	02
METODOLOGIA.....	03
PROGRAMA CURRICULAR.....	04
EXTRA-CLASSE	05
AVALIAÇÃO	06
PÚBLICO ALVO.....	07
CRONOGRAMA.....	08
REFERÊNCIAS	09

1 - JUSTIFICATIVA

A Constituição brasileira de 1988 em seu Art. 210 assegura as comunidades indígenas o direito a uma educação diferenciada, intercultural e bilíngüe. A Resolução CEB 03/99 institui no Brasil as categorias de escola e professores indígenas, fixando as Diretrizes Nacionais para o seu funcionamento. Completando, a Deliberação CEE/MS n. ° 6767, de 25/10/2002, garante através de seu Art. 3. ° o ensino ministrado na Língua materna como forma de preservação e resgate das características sociolingüísticas de cada povo, respeitando seus próprios processos de aprendizagem.

Respalhada pela legislação, a partir de 2002 iniciou-se o processo de implantação do ensino da Língua Terena nas aldeias do município de Miranda-MS visando garantir a especificidade da educação escolar indígena em seu caráter diferenciado intercultural e bilíngüe. Hoje, o grande desafio que se coloca é como desenvolver o processo de alfabetização, quais as metodologias, recursos e materiais didáticos a serem utilizados, já que a Língua Terena é trabalhada no contexto oral, onde falantes não dominam a leitura e escrita. Portanto, nesse panorama, busca-se implantar e implementar a alfabetização em Língua Terena nas séries iniciais do Ensino Fundamental na Escola Municipal Indígena Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa, na Aldeia Cachoeirinha, a partir do ano letivo de 2007.

Essas questões passaram a ser significativas, pois, como professora Coordenadora Pedagógica dessa comunidade escolar e com decisão coletiva com os professores das séries iniciais, refletimos e analisamos várias situações no decorrer da aprendizagem das nossas crianças. Uma das experiências analisadas é de que a criança encontra dificuldade ao ser alfabetizada em Língua Portuguesa.

As crianças Terena ao serem alfabetizadas na língua materna o seu rendimento será melhor. Segundo Meliá, a criança quando é alfabetizada na sua língua materna conseqüentemente fará as adaptações dos códigos. Como já sabemos, as crianças indígenas de Cachoeirinha são falantes da Língua Terena, não esquecendo que as letras que fazem parte da língua Terena também fazem parte do código escrito da Língua Portuguesa. A diferença é que cada língua tem sua própria estrutura gramatical.

Como responsável pela articulação do corpo educativo em prol da comunidade Indígena Terena de Cachoeirinha a nossa Escola apesar de legalmente institucionalizada como específica, diferenciada, intercultural e bilíngüe, constata que ainda não se incorporou aos dois princípios garantidos na Constituição, ou seja, o do ensino da Língua Materna e o respeito aos processos próprios de aprendizagem.

A criança se alfabetiza primeiro numa língua e depois em outra. A pessoa não se alfabetiza em duas línguas ao mesmo tempo, a não ser que domine bem as duas. Mas o tempo gasto para alfabetizar em duas línguas ao mesmo tempo seria dobrado e, com certeza desanima o aluno, além do que o resultado não é muito satisfatório. A escolha da língua de alfabetização na Escola de Cachoeirinha é justamente pensando neste contexto que a criança é alfabetizada em língua que não é de seu uso diário. Um outro ponto importante é que alfabetizando as crianças na língua materna estaremos revitalizando a nossa Língua Terena como também valorizar e fortalecer o nosso Ego Terena.

Para colocar em prática essa proposta, os professores da Aldeia Cachoeirinha estão elaborando seu material didático com a participação dos alunos na elaboração dos textos. Esse projeto é um dos norteadores do nosso Projeto Político Pedagógico Terena que está em andamento na elaboração.

2 - OBJETIVOS

Geral

A implantação da Alfabetização em Língua Terena nas séries iniciais do Ensino Fundamental na Escola Municipal Indígena Pólo coronel Nicolau Horta Barbosa na Aldeia Cachoeirinha será como instrumento de luta em todos os processos de resistência na conquista de autonomia.

Específico

- Alfabetizar na Língua Terena no início da escolarização do Ensino Fundamental;
- Focar os conhecimentos tradicionais e trabalhar os conhecimentos não-indígena na oralidade;
- Produzir textos e registrar conhecimento produzido na própria língua.
- Produzir material didático para a 1ª série do Ensino Fundamental

3 - METODOLOGIA

Os professores e alunos desenvolverão suas atividades conforme resultado de suas pesquisas com os velhos e conforme o contexto dos alunos. Todos os conteúdos serão na língua terena de forma interdisciplinar, isto é, a aquisição de conhecimentos ocorrerá de forma conjunta nas diversas áreas do conhecimento contextualizado.

4 - PROGRAMA CURRICULAR

- 1. Língua Terena;**
- 2. Matemática;**

3. Ciências:

- 3.1. Saúde;
- 3.2. Alimentação;
- 3.3. Corpo Humano;
- 3.4. Higiene;
- 3.5. Lixo.

4. Geografia:

- 4.1. Terra de Cachoeirinha;
- 4.2. Tipos de Vegetação;
- 4.3. Tipos de solo;
- 4.4. Elementos da natureza;

5. História

- 5.1. História dos mais velhos;
- 5.2. Lendas;
- 5.3. Religião;
- 5.4. Costumes.

6. Educação Artística:

- 6.1. Artesanato;
- 6.2. Dança;
- 6.3. Uso e costumes;
- 6.4. Cerâmica;
- 6.5. Medicina Tradicional;
- 6.6. Pajelança;
- 6.7. Música;

- 6.8. Crença;
- 6.9. Lendas;
- 6.10. Festas;
- 6.11. Casamento Terena;
- 6.12. Pinturas corporais;
- 6.13. Comidas típicas.

5 - EXTRA-CLASSE

A atividade extraclasse prevista está ligada ao ensino da prática desportiva, a vida social e aos interesses individuais dos alunos. Será considerada parte integrante do processo educacional, visando despertar o incentivo e a iniciativa do educando.

Além desses objetivos, a atividade extraclasse deverá convergir para o desenvolvimento do aluno na capacidade de observação, reflexão, criação, julgamento de valores, comunicação, convívio, cooperação, decisão e ação.

6 - AVALIAÇÃO

A avaliação deverá ser um ato dinâmico com caráter diagnóstico, devendo possibilitar um redimensionamento das ações. Quando realizada dentro do processo ensino-aprendizagem, esta sempre será vista como ponto de partida (diagnóstico), possibilitando análise e reflexão do fazer pedagógico.

7 - PÚBLICO ALVO

Será diretamente aos alunos da 1ª série do ensino Fundamental da Escola Municipal Indígena Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa da Aldeia Cachoeirinha em Miranda-MS.

ENTREVISTAS

Entrevista 1

Entrevistado: professor, diretor Edilson Antonio Pedro da Escola Indígena Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa da aldeia Cachoeirinha.

Para Edilson falar a língua terena ou fazendo uso dela na escrita “**possibilita a autovalorização e a identidade indígena**”.

Monserrat (1994, 12) coloca: ...o que interessa as comunidades indígenas é um processo escolar de manutenção lingüística, em que o ensino bilíngüe aponte para o fortalecimento de suas línguas maternas como instrumento eficiente de afirmação de sua identidade socioeconômico-cultural frente a sociedade majoritária.

Neste sentido manter a língua no processo educacional é compreender como a autora coloca não só como meio de comunicação, mas como instrumento de auto-valorização da identidade como afirma meu patrício Edilson. Para isso, é necessário que a escola e seus componentes estejam preparados na inclusão dessa língua, pois essa auto-valorização da identidade é parte de todo um conjunto de organização nossa. Isto é, a partir do uso da língua que formaremos nossa interligação com a natureza, consigo, com o outro, com a nossa religiosidade, com nossas danças, mitos e assim partir para o conhecimento do branco que também é necessário adquiri-la. O ensino da língua portuguesa se faz cogente que sem ela a gente não se comunicaria com o *purutuye*.

Data: 25 – 08 – 2009

Local da entrevista: Escola Indígena Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa

Idade: 33 anos

Profissão: Professor

Local de Trabalho: Escola Indígena Pólo Coronel Nicolau Horta Barbosa

Formação: Normal Superior Indígena

Etnia: Terena

Onde Mora: Aldeia Cachoeirinha

M. de Lourdes - Fala e escreve a língua terena?

Edilson – sim

M. de Lourdes- Qual a língua que você fala com seu filho? Por quê?

Edilson – Terena, porque possibilita a autovalorização e a identidade como indígena.

M. de Lourdes- O que significa falar ou não falar terena tendo em vista a cosmovisão terena?

Edilson- significa a valorização da cultura e que, é preciso continuar no caminho da construção de uma proposta educativa pensada.

M. de Lourdes- Qual a importância de falar ou não a língua terena ou falar as duas línguas?

Edilson- Fortalece cada vez mais a cultura, e que leva a pessoa no desenvolvimento de sua língua e a aprendizagem do português como veículo de comunicação na sociedade hegemônica.

M. de Lourdes- Percebe-se a língua terena como “inferior” ou “mais pobre” do que a língua portuguesa?

Edilson- Não vejo desta maneira, para mim a língua terena tem poder e superior dentro da minha comunidade e a língua portuguesa sim, também tem poder mas fora da aldeia. Por isso que precisa falar os dois.

M. de Lourdes- Como vê a escola como espaço de fronteiras entre as culturas ou o “entre lugares” e não como espaço de legitimação das polaridades?

Edilson- Para isso é preciso que haja políticas públicas, como os direitos políticos, culturais e educacionais conquistados pelos povos indígenas, por meio de suas lutas, afirmado na Constituição Federal de 1988.

M. de Lourdes- Seu filho foi alfabetizado na língua terena? Como você observou o resultado do seu aprendizado? Houve fracasso ou rendimento?

Edilson- Não.

M. de Lourdes- Que diferença você observou com crianças alfabetizadas na língua terena e na língua portuguesa?

Edilson- Na língua terena eu não posso falar que não houve desenvolvimento por parte das crianças, mas eu posso dizer que há dificuldade por parte dos professores de não estarem preparados para alfabetizar na língua terena. Os nossos professores são formados e acostumados ensinar na língua portuguesa, mas é preciso que nossos professores tenha formação para estar a serviço da melhoria das relações de ensino – aprendizagem em qualquer processo educacional.

M. de Lourdes- Você acha que a criança falante de língua terena deve ser alfabetizada na sua língua? Se concordar explique por que. Se não concorda explique por que.

Edilson- Eu concordo, desde que haja professor formado na área.

M. de Lourdes- Qual relação da língua com a identidade indígena?

Edilson- Como indígena, somos o que somos, não só por nossa identidade, mas também porque somos reconhecidos pelos outros.

M. de Lourdes- Relação com a sociedade envolvente (emprego, vestibular, prestígio...)

Edilson- Ao meu entender para esta questão existe programas específicos para indígena, como: cota indígena do Federal e bolsa para acadêmico indígena do Governo Estadual.

Sobre a alfabetização na língua terena... O Edilson diz:

“Eu concordo desde que haja professor formado na área”.

A autovalorização da língua desde a alfabetização, como fortalecimento de identidade colocado pelo professor Edilson a qual enfatiza a necessidade da formação do professor indígena para alfabetizar na língua indígena, trago para reafirmar sua fala o que o autor Klaus Zimmermann (1997) citado por Fleuri (2003, p. 42) ao comentar sobre o programa de educação intercultural bilingue na Guatemala coloca: O autor chama a atenção para o fato de que é preciso formar professores capazes de atuar com êxito no ensino das línguas indígenas, bem como investir na pesquisa acadêmica sobre os costumes, a cultura, a cosmovisão etc. dos povos indígenas, servindo como aportes para a continuidade do processo de implementação de projetos de educação intercultural.

Entrevista 2

Data: 13 de agosto de 2009
Local: Aldeia Cachoeirinha
Nome: Marcolino Joaquim
Idade: 42 anos
Profissão: Professor
Formação: Ensino Médio e Pedagogia
Etnia: Terena
Onde mora: Área indígena

M. de Lourdes- Fala e escreve a língua terena?

Marcolino- Sim. Tenho dificuldade na escrita.

M. de Lourdes- Se não escreve gostaria de aprender ou não tem interesse? Por quê?

Marcolino- Claro. É preciso saber escrever, porque faz parte de nossa cultura.

M. de Lourdes- Qual a língua que você fala com seu filho? Por quê?

Marcolino- Língua terena. Porque o índio tem que ser falante de seu idioma.

M. de Lourdes- Qual a relação da língua com identidade indígena?

Marcolino- Devemos manter vivo a nossa luta e identidade para repassar aos filhos e netos.

M. de Lourdes- Relação com a sociedade envolvente (emprego, vestibular, prestígio...)

Marcolino- São poucos os prestígios. Quanto o vestibular o governo Federal estipula cota para os povos indígenas, contudo o índio precisa de emprego para melhorar condição de vida.

M. de Lourdes- Os significados e os sentidos da cultura terena são melhores expressos na língua terena?

Marcolino- Deve-se falar materna e ter domínio na escrita.

M. de Lourdes- O que significa falar ou não terena tendo em vista a cosmovisão terena?

Marcolino- Significa manter a língua materna sempre vivo, porque faz parte da nossa cultura.

M. de Lourdes- Qual a importância de falar ou não a língua terena ou falar as duas línguas?

Marcolino- É necessário o uso de bilíngüe, porque os dois devem ter elo de ligações.

M. de Lourdes- Percebe-se a língua terena como inferior ou “mais pobre” do que a língua portuguesa?

Marcolino- não considero inferior, porém a falante da língua considerá-o rico, porque faz parte da cultura.

M. de Lourdes- Como ver a escola como espaço de fronteiras entre as culturas ou “entre lugares” e não como espaço de legitimação de polaridades?

Marcolino- Creio que não existe fronteiras entre as culturas, porque a escola visa no conhecimento de outras culturas, deve se saber também que entre grupos sociais existem diferentes costumes.

M. de Lourdes- Seu filho foi alfabetizado na língua terena? Como você observou o resultado do seu aprendizado? Houve fracasso ou rendimento?

Marcolino- Sim. O ensino/aprendizagem foi positivo. Mas na série seguinte o desempenho não foi o mesmo, talvez, a metodologia do docente seja diferente.

M. de Lourdes- Que diferença você observou com crianças alfabetizada na língua terena e na língua portuguesa?

Marcolino- Tem mais facilidade na aprendizagem e no uso de bilíngüe a criança aprende o desconhecido.

M. de Lourdes- Você acha que a criança terena falante de língua terena deve ser alfabetizada na sua língua? Se concordar explique o por quê. Se não concordar explique o por quê?

Marcolino- Concordo. Porque a criança uma vez alfabetizada na sua língua materna facilitaria na compreensão da leitura e da escrita.

Entrevista 3

Data: 13 de agosto de 2009
Local: E.M., Pin. Aldeia Cachoeirinha.
Nome: Quintino Pereira Mendes
Idade: 45 anos
Profissão: Professor/Monitor
Onde Trabalha- Na Educação
Formação: Ensino Médio
Etnia: Terena
Onde Mora: Em Aldeia Cachoeirinha

M. de Lourdes- fala e escreve a língua terena?

Quintino- Sim.

M. de Lourdes- Se não escreve gostaria de aprender ou não tem interesse? Por quê?

Quintino- Eu escrevo a minha língua com muito orgulho. Eu sou uns dos interessados. Para manter a minha idioma viva é como minha identidade.

M. de Lourdes- Qual a língua que você fala com seu filho? Por quê?

Quintino- Em língua terena. Porque eu quero que meus filhos fale a nossa idioma, com muito orgulho de ser terena, em qualquer lugar.

M. de Lourdes- Qual a relação da língua com a identidade indígena?

Quintino- Primeiro a nossa idioma em terena é um, e o nosso modo de ser é um, a nossa cultura é um, o nosso modo de se alimentar é um, a nossa danças é um, e nosso canto é um é enfim. É a relação do nosso documento tem que ser reconhecido em todo Brasil é internacionalmente.

M. de Lourdes- Relação com a sociedade envolvente (emprego, vestibular, prestígio...)

Quintino- Esse ponto aqui isso é sempre uma grande obstáculo para nós como indígena estudante, na parte do domínio da língua portuguesa. E na área de emprego também as vezes agente é discriminado por causa de ser índio. E na área de vestibular isso é um sonho de todos os indígenas estudante, de prestar uma faculdade. E o prestígio sempre isso tem que esta presente.

M. de Lourdes- Os significados e os sentidos da cultura terena são melhores expressos na língua terena?

Quintino- a significação e o sentido da cultura terena: é não perder, e o sentido nós tem que manter viva a nossa cultura como índio terena. Sim, e tudo na índioma em língua terena.

M. de Lourdes- O que significa falar ou não em terena tendo em vista a cosmovisão terena?

Quintino- No meu cosmovisão, a não falar a língua terena, isso significa que o individuo não quer mais ser o índio terena. E no meu segundo ponto de vista, a não falar a língua terena, isso não tem problemas, uma vez que o indígena, domine a sua idioma, é a língua portuguesa, é muito importante que agente domine ela também.

M. de Lourdes- Qual a importância de falar ou não a língua terena ou falar as duas línguas?

Quintino- a importância de falar a língua terena isso significa que a nossa língua está viva. A não falar língua terena: isso significa que nós estamos correndo risco de deixar a nossa língua. Falar a língua terena e falar a língua portuguesa é importante também.

M. de Lourdes- Percebe-se a língua terena como inferior ou “mais pobre” do que a língua portuguesa?

Quintino- não a língua terena é mais rica do que a língua portuguesa.

M. de Lourdes- Como ver a escola como espaço de fronteiras entre as culturas ou o “entre lugares” e não como espaço de legitimação de polaridades?

Quintino- no meus ponto de vista não tem, problemas com a fronteiras com muitas culturas diferentes.

M. de Lourdes- Seu filho foi alfabetizado na língua terena? Como você observou o resultado do seu aprendizado? Houve fracasso ou rendimento?

Quintino- Não foi alfabetizado na língua portuguesa. E pouco ainda eu quero mais, aprender mais coisas. As vezes sim, mais agora nos estamos com rendimento agora.

M. de Lourdes- Que diferença você observou com crianças alfabetizada na língua terena e na língua portuguesa?

Quintino- a criança alfabetizada na língua terena ele vai bem e na língua portuguesa em segundo lugar.

M. de Lourdes- Você acha que a criança terena falante de língua terena deve ser alfabetizada na sua língua? Se concordar explique por quê. Se não concordar explique por quê.

Quintino- Sim. Porque isso e a nossa identidade e o nosso documento é manter viva.

A insistência do povo terena em manter a língua.

Quando perguntei para o Quintino se a criança terena deve ser alfabetizada na língua responde:

Sim. Por isso e a nossa identidade e o nosso documento é manter viva.

E o Marcolino responde: **Concordo. Porque a criança uma vez alfabetizada na sua língua materna facilitaria na compreensão da leitura e da escrita.**

Nessas entrevistas vimos que nós o povo terena, buscamos que a nossa língua seja realmente incluída no currículo escolar, que aconteça na prática. Digo isso, até agora só se fala teoricamente. Na fala dos meus patrícios está claro o reconhecimento da importância de sua língua, seja ela no oral ou na escrita. Segundo Quintino, ela é nosso documento que precisa manter viva. Apesar de as respostas serem um pouco romântico, mas se a teoria e prática andassem juntas, estaria envolvida outras questões como já falei antes, que a inclusão da língua levaria muito mais que isso, que a auto-estima do ser terena enquanto aldeado e desaldeado, pois como sabemos a educação é muito importante na formação do cidadão crítico. Educar na língua as crianças falantes da língua terena, depois na língua portuguesa, é construir o alicerce do “ego” do índio terena. No meu conhecimento a educação começa em casa, não quer dizer que os pais vão ensinar a ler e escrever aos seus filhos em casa quer dizer que a formação do cidadão terena deve começar na aldeia na escola da aldeia para que os mesmos não entrem em conflitos emocionais quando chegar na Universidade ou quando morar na cidade. Digo isso, o meu conflito foi pior, porque na aldeia quando fui alfabetizada isto é, na língua portuguesa nunca a minha primeira professora disse quem eu era na verdade, não se tocava nas minhas questões culturais, e chegando na Universidade disseram para mim que eu era diferente, diferente nos costumes, línguas e tradições. Onde passei um grande desafio, uma grande revolta, pois eu tinha os valores, os saberes que nunca ninguém deu valor. Mas hoje no meu mestrado já superei muita coisa porque já consegui me identificar como terena. Então penso que os pequenos patrícios devem ser preparados desde os seus primeiros anos escolares a olhar e refletir a sua própria realidade e ao mesmo tempo olhar e refletir o outro contexto do mundo atual, isto é, dentro da diversidade cultural. Também essa prática se tornou um grande desafio, principalmente para nós os professores indígenas, na realidade como já comentei acima, constantemente deparamos com “não” dos poderes públicos quando na tentativa de implantar um currículo de educação intercultural para as nossas crianças. Ao falar sobre uma educação diferenciada colocarei a seguir uma observação minha com relação o desenvolvimento de alunos terena neste ano de 2009 na 1ª série do Ensino Fundamental na escola onde a pesquisa está sendo realizada. Esse relato será a partir do 1º bimestre até ao 3º bimestre deste ano.

Entrevista 4

Este depoimento é de uma mãe de aluno que foi alfabetizado na língua terena do ano de 2007.

Data: 15 de agosto de 2009
Local: Aldeia Cachoeirinha.
Nome: Evanice Antonio
Idade: 33 anos
Profissão: dona de casa
Onde Trabalha- no lar
Formação: 4ª fase do EJA
Etnia: Terena
Onde Mora: Aldeia Cachoeirinha

M. de Lourdes- fala e escreve a língua terena?

Evanice – ngoyúhoa itea ako nyundáxa ne vemó'u. (falo mais não escrevo a nossa língua).

M. de Lourdes- Se não escreve gostaria de aprender ou não tem interesse?

Evanice – Ngahá'a énjea nyundóxea ne vemó'u. Uhé'ekinonuti noinjôa ne nje'éxa yutóxea koane yúhoikea. (Quero aprender a escrever a nossa língua acho bonito quando vejo meu filho escrevendo e lendo na nossa língua).

M. de Lourdes- você só fala terena com seu filho?

Evanice – Ê'em poehane ngoyúho ne vemóú, ako enja énzeukea áko éheukinavi ne nzá'a koane ênon. (sim só falo a nossa língua, não sei falar a língua portuguesa meu pai e minha mãe nunca falaram a língua portuguesa para nós).

M. de Lourdes- Como você observou o seu filho depois que foi alfabetizado na língua terena?

Evanice- Uhé'ekoti noinjêa nje'éxa yúhoikea koane yutóxea ya vemó'u. Inyongova (Bonito vê meu filho ler e escrever na nossa língua. Tenho inveja dele).

M. de Lourdes- O fato de saber escrever e ler a língua terena, você acha que seu filho passará a valorizar?

Evanice- Êm hako tinôa ne vemó'u ngíxoá ne nje'éxa...Koahati vemó'u na kíxoá tènoa úti ehém. (Sim não tenha vergonha da nossa língua falo para o meu filho... porque é nossa língua porque vamos ter vergonha dela né).

M. de Lourdes- Você não acha que seu filho deve aprender o português?

Evanice- Kónokoamaka éxea nje'éxa ne emó'u purutuye, itea ngoyuhó'inopeati lûdi...énone exo éheukea ne nje'éxa ya ûndi ako enja kó'inokeeye vo'oku ako énzeukina. (Também meu filho

precisa aprender a língua do branco, mas vou falar para você Lourdes... é ele que sabe falar o português do que eu, não sei porquê ele é assim porque não falo o português com ele).

M. de Lourdes- A alfabetização na língua terena você acha que deve continuar?

Evanice- Êm ako omótova inótoyeova vokóvo ne vemó'u. Enepo hákoti vihíxaxova inotovâtimo vokóvo. Yokómoma yara koêku anéye kalivôno ehéuko koitíne, kene hákoti ihíxaxova je'éxa ûti inotôvatimo okóvo.(Sim não podemos esquecer a nossa língua. Se não estudarmos nós vamos esquecer. Observa agora tem criança que já está falando o português, se nossos filhos não estudar eles vão esquecer).

M. de Lourdes- Parece que é só na escola que a criança aprende a falar terena, sendo que falamos em casa.

Evanice- Ká'aye koêti ne nyûzo, enepone ihíxaxovokuti, énone ihíxaxovi yutóxoepa ûti koane yúhoikopea ûti ne vemó'u, ngoenepo anéyene ehéukoti kalivôno. Inotôvatimo okóvo enepo hákoti yutoxópa ne emó'u. Ene koêti, huvo'óxoviti ne ihíxaxovokuti motovâti ákoyea inátapa vokóvo e vemó'u. (Eu quis falar assim, a escola é o que nós ensina escrever e também nos ensina a ler a nossa língua, como eu falei já tem criança que fala o português. Vai esquecer se não escrever a língua. É assim que eu quero falar, a escola nos ajuda para não esquecer a nossa língua).

M. de Lourdes- Seu filho está indo bem na escola depois da alfabetização na língua terena?

Evanice- Mbiu kôe. Kaná'uteoxo enó'iyameku esá'ikexea letara turixovopeke xo'inae, itea kó'oyene mbiu koene yutóxea koane yúho'ikea.(Está muito bem. È verdade que no começo do ano trocou muitas vezes as letras, mas hoje escreve muito bem e ler muito bem).